

**CADERNOS** *naui*

---

**FLORIANÓPOLIS, VOLUME 9, NÚMERO 16**

**JUNHO DE 2020**

**CADERNOS NAUI** - Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Reitor:** Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar

**Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas:** Prof. Dra. Miriam Furtado Hartung

**Coordenador do PPGAS:** Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche

**Editora Chefe:** Alicia Norma González de Castells

**Comissão Editorial:** Ana Cristina Rodrigues Guimaraes; Dagoberto Bordin; Rafael de Oliveira Rodrigues; Patrícia Martins; Vladimir Fernando Stello.

**Diagramação e Formatação:** Bárbara Mendes Lima; Moema Parode

**Foto de capa:** Acervo AMIC/Mariela Felisbino da Silveira

---

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Toda correspondência deve ser dirigida ao correio eletrônico do CADERNOS NAUI  
e-mail: [cadernosnau@gmail.com](mailto:cadernosnau@gmail.com)

## EDITORIAL

---

Prezados Leitores,

**A**presentamos mais um número da revista eletrônica criada e editada pelo Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Publicação semestral que reúne artigos inéditos, resenhas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e ensaios fotográficos. Cadernos NAUI nasce do desejo de compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais.

Neste número do volume 9 apresentamos o Dossiê Temático “Um prelúdio aos estudos sobre dinâmicas sociais e patrimônio cultural” organizado por Ana Cristina Rodrigues Guimarães e Rafael de Oliveira Rodrigues. Este dossiê é o resultado dos debates e reflexões apresentados no Grupo de Trabalho *Dinâmicas Sociais e Patrimônio Cultural: (Re)configurações, Paisagens e Identidades*, coordenado pela dra. Ana Cristina Rodrigues Guimarães e pelo dr. Rafael de Oliveira Rodrigues, no evento *Territórios, Cidades e Migrações: diálogos interdisciplinares*, que ocorreu na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em setembro de 2019. O evento reuniu pesquisadores da rede *Territorialidades, Deslocamentos, Paisagens Urbanas e Populações Tradicionais*, vinculados ao Instituto Brasil Plural (IBP/INCT/CNPq), e proporcionou a troca de conhecimentos sobre a temática das cidades e do patrimônio cultural.

O Grupo de Trabalho trouxe para o debate questões relacionadas às dinâmicas das sociedades complexas, que envolvem também o patrimônio cultural, focando nos desdobramentos que essas dinâmicas podem ocasionar na construção de identidades, paisagens, fronteiras e territorialidades. Temas desenvolvidos nos artigos aqui reunidos.

Para finalizar apresentamos o artigo “Porque lá do fundo parecemos todos iguais, não é?”: sociabilidades e apanha de amêijoa na cidade do Barreiro de Sara Marisa da Costa Aranha. Estudo etnográfico desenvolvido nas praias fluviais da cidade do Barreiro, Portugal onde a autora procura compreender “o que é construído em termos de adaptações de vida e convivialidades entre apanhadores com percursos de vida distintos numa situação comum de instabilidade”, mergulhados sob o atual estado da economia global.

Agradecemos aos todos os autores e pareceristas que contribuíram com este número de nossa revista. Esperamos que esta publicação estimule a todos e que possamos receber cada vez mais artigos de maneira a fazermos um Cadernos NAUI cada vez melhor.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Os Editores.

# SUMÁRIO

---

## DOSSIÊ UM PRELÚDIO AOS ESTUDOS SOBRE DINÂMICAS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL

### **Apresentação**

*Ana Cristina Rodrigues Guimarães (UFSC) & Rafael de Oliveira Rodrigues (UFAL)*

**Yoga como patrimônio imaterial da humanidade: diálogos interculturais e relações de poder** 17

*Camila Sissa Antunes*

**“Nós somos Ilhéus, juntos somos mais fortes”:** Fluxos da construção de identidade e comunidade na Ilha da Culatra – Faro, Portugal 33

*Mariela Felisbino da Silveira*

**Pesquisando a cidade: alguns apontamentos sobre a *Caminhada Narrativa*** 44

*Paola Luciana Rodriguez Peciar*

**Um jornal impresso confronta o fluxo urbano: a experiência do editorial “próxima parada: Monte Serrat”** 55

*Priscila De Oliveira dos Anjos; Jefferson Adriano Maier & Luccas da Cunha Coelho*

**Uma análise sobre o interesse neoliberal no território catarinense** 68

*Lucas André Pereira Domingos*

**Traços e transformações do espaço urbano contemporâneo: passagens pela Ponte Hercílio Luz e seu entorno** 79

*Diego Pontes*

**Uso como valorização de edifícios de interesse histórico e cultural em São José /SC** 93

*Ana Carolina Martins Silva & João Paulo Schwerz*

### **ARTIGO LIVRE**

**“Porque lá do fundo parecemos todos iguais, não é?”: sociabilidades e apanha de amêijoa na cidade do Barreiro** 102

*Sara Marisa da Costa Aranha*

## DOSSIÊ UM PRELÚDIO AOS ESTUDOS SOBRE DINÂMICAS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL

---



Foto: Acervo AMIC/ Mariela Felisbino da Silveira, 2020.

Organizadores

Ana Cristina Rodrigues Guimarães

Rafael de Oliveira Rodrigues

**APRESENTAÇÃO: UM PRELÚDIO AOS ESTUDOS SOBRE DINÂMICAS  
SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL**

---

Ana Cristina Rodrigues Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Buenos Aires. Procuradora Geral da  
Fazenda Nacional- PFN/SC – NAUI/UFSC,  
e-mail: anacristinarg@gmail.com

Rafael de Oliveira Rodrigues

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Prof. do  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade  
Federal de Alagoas (PPGAS/UFAL) – NAUI/UFSC,  
e-mail: rafael.rodrigues@santana.ufal.br

O dossiê que compõe este número de Cadernos NAUI foi pensado a partir dos estudos apresentados no Grupo de Trabalho *Dinâmicas Sociais e Patrimônio Cultural: (Re)configurações, Paisagens e Identidades*, coordenado pela dra. Ana Cristina Rodrigues Guimarães e pelo dr. Rafael de Oliveira Rodrigues, no evento *Territórios, Cidades e Migrações: diálogos interdisciplinares*, que ocorreu na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em setembro de 2019. O evento reuniu pesquisadores da rede *Territorialidades, Deslocamentos, Paisagens Urbanas e Populações Tradicionais*, vinculados ao Instituto Brasil Plural (IBP/INCT/CNPq), e proporcionou a troca de conhecimentos sobre a temática das cidades e do patrimônio cultural.

Representando o projeto *Cidades plurais: patrimônios, espaços públicos e consumos culturais urbanos*<sup>1</sup>, este Grupo de Trabalho trouxe para o debate questões relacionadas às dinâmicas das sociedades complexas, que envolvem também o patrimônio cultural, focando nos desdobramentos que essas dinâmicas podem ocasionar na construção de identidades, paisagens, fronteiras e territorialidades. Buscava-se pensar e debater os significados atribuídos ao urbano, desde uma perspectiva material dos centros históricos nas cidades, mas também de uma perspectiva imaterial, considerando os fluxos da vida cotidiana de determinados grupos que interagem e ressignificam permanentemente esses lugares. Interessava também o debate sobre as metodologias aplicadas ao estudo dos usos, apropriações e ressignificações desses ambientes de pesquisa.

Os artigos que compõem este dossiê, portanto, perpassam estas temáticas e ilustram as questões levantadas e discutidas no grupo de trabalho, especialmente a produção acadêmica e científica dos integrantes do Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI/UFSC), coordenado pela profa. dra. Alicia Norma Gonzalez de Castells e vinculado à rede de pesquisa ligada ao IBP.

### **Dinâmicas urbanas e patrimônio cultural**

Ao longo dos anos, o NAUI tem voltado suas atenções para algumas temáticas-chave no entendimento das sociedades complexas e das urbanidades, procurando, através de uma perspectiva interdisciplinar de conhecimentos produzidos pela Antropologia Urbana, Arquitetura, Urbanismo e Comunicação, lançar luzes para temas como as diferentes apropriações do espaço público, as dinâmicas sociais de produção desses espaços e o modo como as políticas públicas voltadas para os centros

---

<sup>1</sup> O projeto *Cidades plurais: patrimônios, espaços públicos e consumos culturais urbanos* está articulado à rede *Territorialidades, Deslocamentos, Paisagens Urbanas e Populações Tradicionais* sob a coordenação da profa. Alicia Norma Gonzales de Castells (Departamento de Antropologia/UFSC) e do prof. Sérgio Ivan Gil Braga (Departamento de Antropologia/UFAM).



históricos e o patrimônio cultural têm impactado e produzido novas interações nas cidades. O foco de interesse dos pesquisadores do NAUI tem sido o estudo das dinâmicas socioespaciais em contextos urbanos.

A temática socioespacial passou a ser incorporada pela antropologia a partir da primeira metade do século XX, com os estudos produzidos pela Escola Sociológica Francesa, precisamente a partir dos trabalhos de Durkheim (1989), Mauss (2003) e Halbwachs (1990), quando foram lançadas as bases para as primeiras reflexões sobre as relações existentes entre o espaço – como categoria central de reflexão filosófica – e a sociedade, objeto de estudo fundamental das ciências sociais.

Estes autores foram responsáveis por refletir as interfaces materiais do espaço, juntamente com as construções simbólicas que contribuem para a apropriação e produção social dele. Apesar de não se aterem aos estudos da produção socioespacial em contextos urbanos, eles influenciaram sobremaneira uma série de estudos sobre o fenômeno urbano ao longo do século XX, como, por exemplo, os de Lefebvre (1991), De Certeau (2008) e Augé (2010), voltados para as diferentes formas de atribuição de significado, os diferentes modos de apropriação e produção socioespacial das cidades, pelos diferentes agentes que experienciam e produzem o urbano: o poder público, o capital privado e os indivíduos que atribuem a esses espaços os mais variados sentidos de lugar.

Mas o interesse pelo fenômeno urbano em sua ampla complexidade não está restrito aos trabalhos produzidos e inspirados pela Escola Sociológica Francesa. Nos Estados Unidos, os intelectuais ligados à Escola de Chicago também se dedicaram ao estudo das transformações das cidades a partir das grandes levas de migrantes imersos nas tensões das duas guerras mundiais. Os trabalhos desenvolvidos por Wirth (1928), por exemplo, vão analisar os conflitos de interesses entre os diversos agentes sociais, advindos com as diferentes formas de apropriação e produção do espaço público.

A Escola de Chicago foi responsável por consolidar as bases para a reflexão socioantropológica sobre as dinâmicas urbanas, especialmente no que tange às contribuições da segunda geração desta escola, marcada pelos trabalhos de intelectuais como Becker (1999), que atuou assiduamente na produção de estudos voltados para o entendimento de novas metodologias para melhor apreender os conflitos na forma de se apropriar e produzir o espaço nas grandes cidades.

Estes intelectuais, de escolas e abordagens distintas, influenciaram amplamente o estudo das dinâmicas urbanas, contribuindo para a consolidação do campo de estudos que autores como Hanerz (1997), Delgado (2007) e Agier (2015) chamam de sociedades complexas: campo de estudos que concentra suas forças nos temas dos deslocamentos socioespaciais, no fenômeno das migrações, perpassando questões de identidade, gênero, território e áreas de fronteiras.

Eles se tornaram referências para os estudos das urbanidades no Brasil, onde uma das tendências mais comuns tem sido a compreensão do fenômeno urbano como o resultado das ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço, transformando-o em lugares repletos de significados (VELHO, 1994; LEITE, 2002; MAGNANI, 2007; ROTMAN; CASTELLS, 2007). Mais ainda: eles contribuíram para enfatizar que a constituição dos lugares nas cidades contemporâneas, ou nas sociedades complexas, é fruto de apropriações divergentes e conflitivas, as quais muitas vezes vão de encontro à lógica do planejamento urbano, que tem como premissa a organização socioespacial dos lugares, visando a disciplinar os usos e os modos de circulação nos espaços urbanos.

Focando mais especificamente nesses diferentes modos de apropriação e atribuição de significados nas sociedades complexas, uma série de intelectuais brasileiros, como, por exemplo, Leite (2002), Antunes (2009), Rodrigues e Mélo (2018) e Peciar (2018) têm focado suas atenções aos estudos das dinâmicas socioantropológicas em lugares identificados como centralidades para as cidades, por causa do valor histórico e cultural que eles têm para determinados grupos, representados pelo poder público e pelo capital privado, especialmente o setor turístico.

No que se refere ao estudo dos centros históricos, como objeto de estudo da Antropologia brasileira, essa temática se consolidou a partir da criação do Grupo de Trabalho Permanente de Patrimônio e Museus, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e tem se tornado um campo de estudos central para o NAUI no entendimento das dinâmicas urbanas, fomentando a produção de trabalhos de diferentes pesquisadores integrantes desse grupo.

### **Mas qual o lugar do patrimônio?**

A categoria patrimônio não é recente, nem a ideia de sua proteção. Há referência à função do Estado de proteger os monumentos, por exemplo, na Constituição brasileira de 1934. Entretanto, nas últimas décadas, o tema tem ganhado maior destaque e complexidade. Houve a ampliação da categoria com a inclusão de uma gama de bens patrimonializáveis que não se imaginava considerar como tal na década de 1930. No Brasil, essa ampliação é visível no tratamento constitucional sobre a matéria, já que a Constituição de 1988 dispensou vários dispositivos<sup>2</sup> à temática agregando importância jurídica ao patrimônio cultural.

---

<sup>2</sup> O art. 216 da CRFB/88 define o que se considera patrimônio cultural brasileiro. Entretanto, outros dispositivos o complementam e especificam como o parágrafo único do art. 4º, o inciso LXXIII do art. 5º, os incisos III, IV e V do art. 23, os incisos VII, VIII e IX do art. 24, o art. 215, o art. 219, o art. 220 e §2º, o art. 227 e o art. 231.

Não foi apenas no âmbito técnico e jurídico que o patrimônio apresentou ganhos qualitativos. Cada vez mais as áreas de interesse sobre o tema têm se ampliado. Num passado recente, prioritariamente arquitetos e áreas afins se dedicavam ao estudo e à aplicação das medidas protetivas do instituto. Hoje vemos pesquisas e publicações de diversas áreas como da antropologia e do jornalismo, conforme consta neste dossiê.

Da mesma forma, novos atores sociais passaram a agir nesse campo. Temos aqueles que operam junto às instâncias institucionais que ao longo do tempo vêm ganhando novos contornos tanto no âmbito do Estado Nação – federal, estadual e municipal – como no âmbito dos organismos internacionais. Temos ainda o homem ordinário, antes invisibilizado, que no seu cotidiano não pensa sobre o patrimônio, mas o produz e, em certos momentos, atua como agente do processo de patrimonialização, apropriando-se da categoria para fazer uso político dela.

Pensar esse sujeito que produz o patrimônio – seja no sentido de realizar práticas que serão consideradas patrimônio, seja no sentido de participar do processo de patrimonialização – é pensá-lo imerso em relações de poder. Como nos ensina Foucault (1995), o sujeito não está dado, ele se constrói socialmente, num constante processo de subjetivação. O poder é o elemento privilegiado deste processo. Sem poder não há sujeito. A subjetividade é formada pela agência do indivíduo e pela sua sujeição à determinada ordem social. Assim, há positividade no poder, no sentido de que não propicia só a dominação, mas também a construção, a instituição do sujeito. Neste sentido, o patrimônio está relacionado à formação da própria subjetividade do homem, uma vez que fomenta um feixe de relações de força que pode resultar ou não na classificação de um bem como patrimônio, mas que desempenha um papel importante na constituição dos sujeitos envolvidos no processo.

Entretanto, analisar as relações construídas a partir do patrimônio passa por situar o sujeito no contexto em que está inserido. A noção de campo de possibilidades e de projeto, desenvolvida por Velho (1999) e que busca lidar com a problemática da unidade e fragmentação, parece ser de grande valia. A noção de campo de possibilidade nos permite pensar concretamente as alternativas dadas a partir do processo sócio-histórico e a partir do potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. Já a noção de projeto permite pensar no âmbito do indivíduo, nas suas avaliações e definições da realidade e, assim, pensar em *performance*, explorações, desempenho e opções realizadas pelo sujeito.

A complexidade dessas relações que envolvem diferentes planos e níveis de realidade social é fartamente exemplificada nos artigos constituintes deste dossiê. Ela também nos permite refletir sobre o lugar que o patrimônio ocupa nesse processo que envolve claramente relações de poder e sujeitos em constituição. Importante pensar em que medida a categoria patrimônio contribui para o debate sobre as ações e relações humanas. Uma pista que pode ajudar a aprofundar essas questões passa por analisar

a natureza das relações constituintes da categoria, que, numa análise perfunctória própria das apresentações, parece estar relacionada com o caráter polifônico no qual é construída, apresentando um dialogismo específico e ainda uma intertextualidade. Mas deixemos Bakhtin para outra oportunidade e vamos ao objetivo principal do dossiê. Teremos agora uma breve descrição dos artigos que foram apresentados no grupo de trabalho *Dinâmicas Sociais e Patrimônio Cultural: (Re)configurações, Paisagens e Identidades* que agora compõem este mais novo dossiê de Cadernos NAUI.

### **Guia para os leitores**

O dossiê tem como abertura o artigo *Yoga como patrimônio imaterial da humanidade: diálogos interculturais e relações de poder*, de Camila Sissa Antunes. A autora se propõe a analisar os discursos e narrativas constantes dos documentos oficiais disponibilizados publicamente pela Unesco no processo de classificação do Yoga como Patrimônio Imaterial da Humanidade. Para além de abordagens dicotômicas como oriente e ocidente, local e global, tradicional e moderno, o conceito de interculturalidade desenvolvido por Canclini (2005) permite pensar o processo de patrimonialização mediado por um organismo transnacional de forma complexa, considerando o conflito, o confronto, as disparidades, mas também o entrelaçamento, o intercâmbio e a negociação de saberes e interesses em torno dessa prática.

Na sequência, tem-se o artigo *Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes: Fluxos da construção de identidade e comunidade na Ilha da Culatra – Faro, Portugal*, de Mariela Felisbino da Silveira. Partindo de um processo de patrimonialização de âmbito nacional – da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes –, a autora nos convida a refletir sobre os dilemas e as opções de enfrentamento encontrados na sua pesquisa na Ilha da Culatra frente aos desafios da pós-modernidade. A instabilidade gerada a partir da pauta ambiental do Estado português que impunha a impossibilidade de ocupação do território acionou um processo coletivo local de legitimação desta ocupação através do uso da identidade ligada ao espaço tradicional e historicamente definido. Paralelamente, a pauta ambiental da União Europeia é agregada ao processo de luta pela ocupação do espaço como instrumento de reforço e fragmentação (HALL, 2004) da identidade do grupo. O artigo nos apresenta o uso político da identidade como forma de resistência local aos poderes estabelecidos.

Já o artigo *Pesquisando a cidade: Alguns apontamentos sobre a Caminhada Narrativa*, de Paola Peciar, apresenta uma técnica de pesquisa muito interessante para aqueles que estudam o espaço público em sociedades complexas: as caminhadas narrativas. Diferente do artigo anterior, em que a autora optou por pesquisar uma comunidade periférica, ainda que inserida numa região hegemônica, Peciar realizou sua pesquisa no centro de uma metrópole, Madri, a capital e mais populosa cidade da

Espanha. A saída metodológica da autora, fruto do estudo e da prática da pesquisa, permitiu acessar etnograficamente várias narrativas sobre o lugar pesquisado e oferecer uma interpretação, no caso, de uma rua, em termos de espaço urbano. Esta técnica acessou tanto o cotidiano como a memória, tanto as práticas como as relações interpessoais, além das inter-relações entre as pessoas e o meio físico.

Diferente do artigo anterior, em que a pesquisa fora realizada através do método de caminhada narrativa, inspirado, implicitamente no flunar benjaminiano pela cidade, Priscila de Oliveira dos Anjos, Jefferson Adriano Maier e Luccas da Cunha Coelho nos apresentam o espaço urbano a partir do deslocamento através de um coletivo, destacando seus trajetos, seus passageiros, suas memórias e lutas. No artigo *A experiência do editorial “Próxima parada: Monte Serrat”*, os autores partem da experiência de propor um entendimento das dinâmicas do morro como paisagem contemplativa da cidade, uma “cidade-panorâmica”<sup>3</sup>, para pensar as dinâmicas desta paisagem como um lugar praticado pelo homem ordinário, pensando a produção do morro como um “texto” urbano<sup>4</sup>, possível de ser lido e analisado pelas lentes do pesquisador. O artigo traz elementos para pensar a mobilidade urbana em Florianópolis, tema tão caro ao planejamento urbano, e as dinâmicas das políticas públicas na cidade. Também permite refletir sobre o direito à cidade e especificamente sobre a problemática urbana em Florianópolis, um espaço que deve ser considerado historicamente e produzido pelo homem à medida que organiza política e economicamente a sua sociedade. Ou seja, um espaço urbano produzido socialmente e comprometido com a ideologia vigente em determinado momento histórico, no sentido que Lefebvre (1991) dá ao termo. Este viés analítico é compartilhado nos artigos a seguir, principalmente os de Domingos e de Pontes.

Em *Uma análise sobre o interesse neoliberal no território catarinense*, Lucas Domingos traz uma análise macroscópica da relação do capital com o espaço urbano, respaldando-a com dados coletados pelo IBGE. A preocupação do autor é fornecer alguns nortes para um planejamento urbano que contemple o espaço vivido em detrimento do capital financeiro e especulativo, ou seja, um planejamento urbano engajado socialmente. Os processos de revitalização de áreas da cidade, por exemplo, trazem consigo muitas vezes a exclusão dos seus moradores ou usuários habituais e dá lugar a novos empreendimentos voltados ao turismo ou a camadas sociais economicamente mais altas.

Além de nos oferecer possibilidades de pesquisas etnográficas, pensadas a partir dos dados trazidos pelo autor, o artigo cumpre o papel de contextualizar os estudos seguintes, ao apresentar pontos

---

<sup>3</sup> Expressão usada por De Certeau para trazer uma visão da cidade à distância, “um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas” (2008:171).

<sup>4</sup> Novamente citamos De Certeau (2008) para compor a noção de lugar praticado, cujos praticantes não conseguem ler o “texto” urbano que produzem.

para reflexão do processo de urbanização das regiões metropolitanas catarinenses. O próximo artigo, por exemplo, dialoga com vários pontos trazidos por Domingos ao apresentar questões relacionadas à especulação imobiliária e ao turismo como fatores importantes para pensar as dinâmicas sociais. Já o artigo de Silva e Schwerz, propondo uma intervenção no centro histórico da cidade de São José, região metropolitana de Florianópolis, dialoga com Domingos na tentativa de viabilizar o uso coletivo de um espaço revitalizado, utilizando-o para dar visibilidade às práticas sociais.

Neste sentido, Diego Pontes escreve sobre as dinâmicas e políticas públicas que têm orientado as transformações de um espaço urbano específico: a região da Luz, no centro de Florianópolis. No artigo *Traços e transformações do espaço urbano contemporâneo: passagens pela Ponte Hercílio Luz e seu entorno*, ele convida o leitor a pensar esta paisagem a partir de suas ambivalências de práticas institucionais, mercadológicas e ordinárias. Esta relação entre diferentes práticas baseadas em interesses diversos pode gerar tensões e negociações que tornam ainda mais complexo o processo social em jogo. O artigo, além de analisar o espaço urbano vivido, ganha maior visibilidade e interesse com a recente reinauguração da Ponte Hercílio Luz, em dezembro último, depois de vinte e oito anos fechada ao tráfego. A ponte foi tombada como patrimônio histórico, artístico e arquitetônico no âmbito municipal, estadual e federal e constitui símbolo da cidade de Florianópolis.

O artigo da arquiteta Ana Carolina Martins Silva, em coautoria com seu orientador, professor João Paulo Schwerz, intitulado *Uso como valorização de edifícios de interesse histórico e cultural em São José/SC*, traz a problemática do uso das edificações nos centros históricos a partir do caso de São José, em Santa Catarina. Pensando no processo de restauração de monumentos, os autores propõem um uso compatível com o contexto no qual eles estão inseridos, que não os descaracterizem e que possibilite a sua apropriação pública. Neste sentido, elaboram um projeto de intervenção com uma proposta de um Centro de Arte e Cultura Popular para uma edificação subutilizada, conectando o patrimônio histórico com os novos usos e pensando a paisagem urbana adjacente.

A partir dos estudos desenvolvidos pelos diferentes pesquisadores que integram o NAUI, convidamos os leitores para uma reflexão das dinâmicas socioespaciais, pautada por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, em diálogo com o que tem sido produzido de mais recente no estudo das sociedades complexas, especialmente no tema da produção social do espaço nas cidades.

## Referências

- AGIER, Michel. 2015. **Migrações, Descentramento e Cosmopolitismo**: uma antropologia das fronteiras. Maceió: EDUFAL, UNESP. (Cap. 4, p. 155-202).
- ANTUNES, Camila S. **Do passeio na avenida à balada no prolonga** [dissertação]: sociabilidade no espaço público. O caso da Avenida Getúlio Vargas, Chapecó (SC) / Camila Sissa Antunes; orientadora, Alicia Norma González de Castells. - Florianópolis, SC, 2009.
- AUGÉ, Marc. 2010. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP (Prefácio, cap. 1 e 6, Pp. 7-26 e 95-104).
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 15ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- DELGADO, Manuel. **Sociedades movedizas**. Pasos hacia una antropología de las calles. Barcelona: Anagrama, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**: o Sistema Totêmico da Austrália. São Paulo, Paulinas, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: Rabinow, P. & Dreyfus, H. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 1995.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HANNERZ, Ulf. 1997. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". In *Mana* 3 (1): 7-39. Rio de Janeiro: Contracapa.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MAGNANI, J. G. C. **A rua e a evolução da sociabilidade**. Os Urbanistas (Revista Digital de Antropologia Urbana), ano 1, v. 1, outubro de 2003.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PECIAR, Paola Luciana Rodriguez. **A rua e a justaposição de espaços de permanências e espaços de mudanças**: reflexões acerca de uma experiência urbana e etnográfica / Paola Luciana Rodriguez Peciar ; orientadora, Prof. dra. Alicia Norma González de Castells, 2018. 245 p.
- RODRIGUES, Rafael de Oliveira; MÉLO Roberta de Sousa. **Nos tempos dos charutos prateados**: ressonâncias em torno do reconhecimento do Campo do Jiquiá como um patrimônio histórico do Recife. Revista Mundaú, 2018, n. 5, p. 101-120.

ROTMAN, Mónica; CASTELLS, Alicia Norma González de. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manoel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007.

WIRTH, Louis. **The Ghetto**. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

VELHO, Gilberto. "Trajetória individual e campo de possibilidades". In: G. Velho. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.



# YOGA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA HUMANIDADE: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS E RELAÇÕES DE PODER

---

Camila Sissa Antunes<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo nos interessa analisar o processo de inclusão do Yoga como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, procurando compreender os significados, contextos, atores e redes que emergem a partir do seu pedido de inclusão e do conseqüente reconhecimento dessa prática milenar nos espaços institucionalizados que a referenciam e a acionam nas políticas, diretrizes e discursos de busca pela sustentabilidade e paz mundial, analisando, com esta intenção, as interfaces entre cultura, patrimônio, conhecimentos tradicionais, saúde e política.

**Palavras-chave:** Patrimônio, Patrimônio imaterial, yoga.

**Abstract:** In this article, we analyze the process of including Yoga as an intangible Cultural Heritage of Humanity, seeking to understand the meanings, the contexts, the actors and networks that emerge from its inclusion request and, consequently, its recognition as an ancient practice in institutionalized spaces that refer and trigger policies, guidelines and discourses on search for sustainability and world peace, and analyze with this in mind, the interfaces between culture, heritage, traditional knowledge, health and politics.

**Keywords:** Heritage, Intangible Heritage, yoga.

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social pela UFSC (2015), docente colaboradora de Antropologia e Sociologia na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/CEO). Contato: camila.antunes@udesc.br

O Yoga pode ser considerado a filosofia prática mais antiga do planeta, seu surgimento ocorreu na Índia há aproximadamente 7 mil anos, é uma prática que faz parte do *ethos* indiano, influenciando profundamente as áreas da saúde, medicina, educação e artes daquele país. A história indiana traça a origem do Yoga a partir de Sada Shiva, que foi o primeiro professor. Sua presença está bem documentada na tradição textual indiana do Rigveda datada entre 1500–1200 a.C, bem como nos textos Satapatha Brahmana de 300 a.C, nos tratados filosóficos dos Upanishads - Mundaka e Bhagvad Gita datados antes do quinto ou quarto século a.C. Um dos textos fundamentais sobre a filosofia do Yoga são os Yogasutras do mestre Patanjali, a palavra *sutra*, que traduzida quer dizer “corda ou fio” se refere à série de ensinamentos que são alinhavados como pérolas em um colar. O Sutra de Patanjali é uma coleção de 196 versos curtos e poderosos. Mesmo que haja um debate acadêmico sobre a sua data exata, entende-se que ele escreveu o seu Sutra há aproximadamente 2000 anos.

Atualmente, se reconhece o Yoga como uma prática globalizada, adotada em vários países, em diferentes contextos, expressões e práticas, apropriando-se de particularidades e ênfases específicas, mas que estão, no entanto, unificadas sob bases históricas, filosóficas e cosmológicas semelhantes. A recente inclusão do Yoga na lista de salvaguarda do Patrimônio Cultural da UNESCO em 2016 é exemplar nesse sentido, e, como procuraremos argumentar, no processo de patrimonialização se observa nos discursos e narrativas oficiais a construção de novos sentidos para a prática. Esses discursos oficiais, apesar de não deixarem de considerar os aspectos e objetivos mais individuais do Yoga<sup>2</sup>, colocam em relevo seus aspectos e impactos supra-individuais.

Assim, no contexto da interculturalidade em que se estabelece um diálogo, não apenas internamente no país originário do Yoga, mas entre as pessoas envolvidas na prática de todo o planeta, as narrativas criadas para o processo de patrimonialização do Yoga destacam como sua filosofia e prática antigas, apesar de terem como fundamento técnicas voltadas para ajudar os indivíduos a criar auto-realização, aliviar sofrimentos que possam estar enfrentando e permitir um estado de libertação, podem impactar positivamente na transformação global. Estes discursos devem ser contextualizados não apenas no que se refere ao próprio tema do patrimônio imaterial e das suas políticas institucionais de salvaguarda, como também no contexto de disputas políticas em torno do Yoga como conhecimento tradicional indiano e ao mesmo tempo uma prática globalizada.

Neste sentido, este trabalho se desenvolveu a partir da análise de documentos oficiais da Comissão de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO referentes ao Yoga e disponíveis

---

<sup>2</sup> Com relação aos aspectos individuais podemos destacar como o Yoga geralmente está alinhado para seus praticantes a um caminho espiritual na busca de um estilo de vida saudável, holístico e transcendental – no sentido da integração do ser através da unificação de corpo, mente e alma.

em sítio específico<sup>3</sup>. A partir da análise destes materiais tem-se a intenção de descrever e problematizar os argumentos para o pedido de classificação do Yoga da Índia como Patrimônio Imaterial da Humanidade. Todos os documentos são de acesso público, e passaram pela análise após filtro e categorização, bem como tradução. Para este artigo foram analisados os seguintes documentos: (1) documentos de inscrição na lista representativa para avaliação na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2016, (2) vídeo institucional apresentado na ocasião da reunião, (3) cartas e memorandos oficiais referentes ao pedido e seu julgamento, (4) a decisão do comitê intergovernamental, (5) notícias referentes ao assunto publicadas em diferentes canais de comunicação e (6) a página do Ministério AYUSH (Ministério do Ayurveda, Yoga e Naturopatia, Unani, Siddha e Homeopatia), principal órgão responsável pela inscrição junto à UNESCO.

### **A tradução do Yoga como Patrimônio Imaterial**

Segundo Rotman e Castells (2007)<sup>4</sup> a inclusão da salvaguarda do patrimônio imaterial pela UNESCO em 2003 é um marco nas políticas e ações dos estados neste sentido, atribuindo pela primeira vez esse termo e objetivando sua valorização. Essa inclusão tem como reflexo, segundo as autoras, a ampliação e diversificação do campo do patrimônio a respeito dos bens que são patrimonializáveis, incorporando-se também as produções culturais de setores subalternos; entende-se que os bens culturais imateriais tem íntima relação com a identidade dos povos, que são valorizados não apenas como transmissores de bens, mas também como criadores de novos patrimônios (p. 72). As autoras ressaltam os processos de politização, mercantilização e construção de identidades que perpassam a patrimonialização, referindo-se à antropologia, como locus da perspectiva crítica desses processos.

A qualificação do patrimônio como imaterial ou intangível é relativamente recente, e representou uma ampliação do escopo de sua abrangência. Segundo Gonçalves (2009) “(...) como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida (...) A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações.” (p. 25).

Assim, nos interessa aqui pensar sobre as dinâmicas da inclusão de uma prática milenar oriental nos moldes conceituais definidos culturalmente e cientificamente pelo ocidente, representados na ideia

---

<sup>3</sup> Página da lista de Patrimônio Imaterial da UNESCO, item Yoga, disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/yoga-01163>

<sup>4</sup> ROTMAN, Mónica e CASTELLS, Alicia Norma González. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos** / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau : Nova Letra, 2007.

de patrimônio. Se tensionam essas relações refletindo sobre oriente e o ocidente enquanto discursos e objetos para análise, que emergem nessa pesquisa, como aponta Germinatii (2019) mediados pelas práticas de poder que os cercam e os constituem.

Os antropólogos veem amplamente o yoga como uma produção "transcultural" que é influenciada pelo discurso global sobre o yoga. Um exemplo de encarar o yoga como transcultural pode ser encontrado na seguinte declaração do antropólogo Joseph Alter: "Para entender o yoga como tem sido praticado na Índia no século passado, é provavelmente mais importante ler os trabalhos de vários fins do século XIX, por exemplo trabalhos alemães sobre a medicina de cura, juntamente com seus colegas nos Estados Unidos, do que ler os Yoga-Sutras de Patanjali ou o Hathayogpradipika, o Shivasamhita ou o Gherandsamhita" (ALTER, 2000, p. 55).

Outrossim, esse fenômeno será analisado em termos de interculturalidade, na perspectiva de Canclini (2005) que salienta que a interculturalidade remete à confrontação e entrelaçamentos, porque se trata de grupos entrando em relacionamento e intercâmbio, entre os quais a diferença estabelece relações de negociação, conflito e empréstimo recíproco, respeitando as disparidades. Esse movimento se deve à desestabilização das ordens nacionais e étnicas geradas pela nova interdependência que a globalização suscita.

Entendo aqui, que o processo de patrimonialização representa ele próprio características da interculturalidade, através da qual as fronteiras ideológicas e culturais se transformam e permitem novos arranjos. A interculturalidade nos permite tornar mais complexas as situações, dentre as quais as teorias da diferença têm que se articular com as concepções da interculturalidade, entendendo essa interação como desigual, envolvendo movimentos de conexão/desconexão, inclusão/exclusão. A política da diferença traz um equilíbrio interpretativo na interculturalidade. O autor menciona uma passagem do multicultural ao intercultural e o descreve: "[...] a passagem que estamos registrando é de identidades culturais mais ou menos autocontidas a processos de interação, confrontação e negociação entre sistemas socioculturais diversos" (Canclini, 2005, p. 40).

Assim, procuramos analisar a seguir os discursos e seus significados, contextos, atores e redes que emergem a partir do seu pedido de inclusão e do consequente reconhecimento dessa prática milenar como patrimônio.

A visão analítica aqui expressa, leva em consideração as dinâmicas do campo patrimonial que colocam em relação e em tensão as produções acadêmicas, as práticas sociais e os espaços de reconhecimento do patrimônio das entidades supranacionais (ROTMAN e CASTELLS, 2007). Assim, nos interessa refletir sobre a formação de conceitos e construções culturais que envolvem a aprovação de um selo de "Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade", seus desdobramentos e impactos. Neste

sentido, entendemos que ocorre um processo de “tradução” do Yoga (sem deixar de ser uma prática milenar) para o contexto atual das políticas públicas globais de salvaguarda, no intento de contemplar os elementos apontados como necessários para ser considerado um bem cultural imaterial da humanidade.

### **Caminhos da patrimonialização do Yoga**

O Yoga foi incluído na lista de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO durante a 11ª assembleia na Etiópia, em 28 de novembro de 2016. Já apontamos que as justificativas para tal inclusão ultrapassam a sua importância como uma prática de saúde do corpo físico, incluindo a visão filosófica subjacente à prática, que envolve a busca pela integração do ser. O Yoga é inventariado por várias instituições na Índia, incluindo a Sangeet Natak Akademi, que mantém o Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial e Diversas Tradições Culturais, com a participação e o consentimento de praticantes e partes interessadas.

O Yoga é um sistema holístico indiano de bem-estar pessoal, físico, mental e espiritual focado na unificação de corpo, mente e alma. No sentido literal, a palavra “Yoga” significa união – harmonia entre o corpo e a mente de cada indivíduo e do mundo – representa a intenção de fortalecer um estilo de vida holístico e saudável. Partindo dessa visão ampla, a UNESCO define o yoga como “uma série de posições, meditação, respiração controlada, cântico de palavras e outras técnicas concebidas para ajudar os indivíduos a construir a autorrealização, apagar qualquer sofrimento que eles possam estar vivendo e possibilitar um estado de liberação”.

Assim, em sua inclusão como patrimônio imaterial, o discurso político amplia esse aspecto mais individual para o impacto global da prática: “Yoga desperta um senso de unidade e harmonia com o eu, a sociedade e a natureza. Ao mudar nosso estilo de vida e criar consciência, ele pode nos ajudar a lidar com as mudanças climáticas e criar um mundo mais equilibrado”<sup>5</sup>. Esta fala do primeiro ministro indiano Narendra Modi representa a ênfase colocada no Yoga como o legado da Índia para a humanidade, destacando sua potência unificadora (de todos os seres) e de respeito à diversidade e criatividade humanas, uma vez que o Yoga é praticado por todos, independentemente do sexo, casta, idade, status, nacionalidade, cor ou credo. Discurso que tem claramente um caráter de diálogo intercultural, considerando uma relativização e transformação de uma prática que é visceral na cultura indiana, para outros contextos culturais, que dela se apropriam e ressignificam.

---

<sup>5</sup> Primeiro Ministro da Índia, Narendra Modi, durante sua visita à UNESCO em 10 de abril de 2015.

Para desenhar o contexto político de nossa análise da patrimonialização do Yoga e a compreensão das motivações para o pedido e ações de salvaguarda, optamos por iniciar com a descrição do cenário de aproximadamente dez anos atrás que colocou em disputa dois lados antagônicos em relação ao Yoga: de um lado professores e “mestres” de um mercado milionário do Yoga no ocidente, especialmente nos Estados Unidos, e que entraram com pedidos de patentes de posturas de yoga, e por outro a reação, principalmente do governo da Índia, diante dessa apropriação indevida de um conhecimento indiano milenar. Em reação a este patenteamento considerado errôneo, um grupo significativo de gurus e cientistas da Índia se organizaram para identificar todas as antigas posturas de Yoga (denominadas ásanas), com a finalidade de documentar todos os conceitos, posturas e terminologias conhecidos de yoga. A partir desse trabalho foi criada a “Traditional Knowledge Digital Library (TKDL)” - Biblioteca Digital de Conhecimento Tradicional – , que conforme explica o doutor V.P Gupta, criador desse arquivo digital, objetiva reduzir os casos de apropriação indevida das informações que são de um conhecimento de domínio público, escritos há milhares de anos e que não podem ser patenteados<sup>6</sup>. Na época esta ação foi identificada com o objetivo de proteção dessa preciosa herança do país, que não pode ser apropriada por transformações modernas e pessoas que tentam patentear um “novo” estilo de Yoga que já tenha sido criado pelos indianos há milhares de anos.

O TKDL envolve documentação do conhecimento disponível em domínio público sobre o conhecimento tradicional da literatura existente relacionada a sistemas tradicionais, incluindo o Yoga em formato digitalizado. O objetivo da biblioteca é proteger o conhecimento antigo e tradicional do país da exploração através da biopirataria e de patentes antiéticas, documentando-o eletronicamente e classificando-o de acordo com os sistemas internacionais de classificação de patentes. A partir de agora, para o Yoga, 1680 Asanas de 15 livros foram transcritos. Isso é para interromper a apropriação indevida e fornecer proteção defensiva contra a concessão de patentes.

A mais recente criação do Dia Internacional do Yoga em 2015 e a inclusão do Yoga na lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2016 têm como pano de fundo essas disputas políticas que articulam, como procuraremos demonstrar em nossa análise, redes de múltiplos atores, com significados e articulações que merecem um olhar cuidadoso.

Em termos locais, além dessa reação às patentes, houve mudanças nas políticas governamentais internas da Índia. Diante da realidade do reconhecimento da importância do Yoga na preservação, manutenção e promoção da saúde, e da difusão do Yoga pelo mundo todo, o governo da Índia criou um ministério separado chamado AYUSH (Ayurveda, Yoga e Naturopatia, Unani, Siddha, Homeopatia) para

---

<sup>6</sup> Wellbaum, Andrea. Índia cria arquivo de posições de yoga para evitar pirataria. BBC Brasil em Londres. 25 fevereiro 2009. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/02/090225\\_yoga\\_patente\\_aw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/02/090225_yoga_patente_aw)

lidar com questões relacionadas aos sistemas de medicina tradicional para o gerenciamento da saúde. Esse ministério é fundamental para a criação e manutenção de diversos programas de treinamento de reorientação, educação médica continuada, aquisição, catalogação, digitalização e publicação de livros e manuscritos, em fim, programas que fornecem atenção concentrada ao desenvolvimento das práticas de Yoga na Índia em vários níveis, e também para promoção do Yoga em nível internacional.

Neste sentido, identificamos o ministério AYUSH como o principal articulador da inclusão do Yoga na lista de representatividade da UNESCO, sendo o elo que reuniu uma rede de outros atores como: comunidades de Yoga, professores, grupos, ONGs e indivíduos afiliados a vários órgãos autônomos. No documento de inscrição é ressaltado que a análise cuidadosa foi realizada com o apoio de vários praticantes de yoga, pesquisadores, organizações, instituições, faculdades, centros e *ashrams*<sup>7</sup> que transmitem o yoga. Segundo constam nos documentos oficiais, foram realizados seminários, simpósios e painéis de discussão para desenvolver uma abordagem nacional relacionada à salvaguarda e promoção do Yoga como bem cultural.

Os discursos políticos de defesa do pedido de inclusão do Yoga na lista da UNESCO de bens culturais imateriais da humanidade estão perpassados por diálogos entre a tradição e os campos de apropriação desta filosofia milenar, em suas transformações e difusões. Apesar do intento demonstrado nos documentos oficiais, no que tange às políticas de salvaguarda, esteja muito mais restrito à Índia, há outras iniciativas que notadamente procuram estabelecer um novo patamar para o yoga em escala global.

Um importante passo na patrimonialização foi a criação do Dia Internacional do Yoga em 2015 (celebrado no dia 21 de junho). A ONU aprovou a resolução apresentada pela Índia para realizar essa jornada, com o apoio de 177 países, um recorde da entidade. A data foi escolhida por coincidir com o solstício – o dia mais longo do ano. Na perspectiva do Yoga, o Solstício marca a transição para o *Dakshinayana*<sup>8</sup>. Além disso, a primeira lua cheia após o solstício é chamada de *Guru Poornima*, onde é celebrado o *Guru Purnima Puja* (ritual em que são homenageados os Gurus, que são os transmissores do conhecimento do Yoga). De acordo com a tradição yogi, a primeira transmissão do conhecimento do Yoga foi feita neste dia por *Shiva*, o primeiro Guru. O solstício também é considerado uma data especial, quando as influências cósmicas tornam favoráveis as práticas espirituais.

---

<sup>7</sup> O termo *ashram* é, normalmente, usado para designar uma comunidade formada intencionalmente com o intuito de promover a evolução espiritual dos seus membros, frequentemente orientado por um místico ou líder religioso.

<sup>8</sup> No simbolismo hindu *Dakshinayana* representa a purificação e reenergização, o aspecto feminino da natureza e com características mais receptivas. Na crença cultural do hinduísmo, um ano de vida humana equivale a apenas um dia completo dos deuses que é dividido em *Uttarayana* e *Dakshinayana*, representando, respectivamente, o período do dia e o período da noite.

A Resolução 69/131 da ONU (que cria o Dia Internacional do Yoga) reconhece que o Yoga proporciona uma abordagem holística da saúde e bem-estar, e que uma maior conscientização sobre os benefícios da prática de Yoga seria benéfico para a saúde da população mundial. Reconhece que a saúde global é um objetivo a ser desenvolvido em longo prazo e requer a cooperação internacional por meio do intercâmbio de melhores práticas que visem à construção de um melhor estilo de vida individual. Assim, a adoção da data visa conscientizar sobre os benefícios do Yoga – prática ancestral que visa a ampliação da consciência e da espiritualidade – para um melhor estilo de vida individual e para desenvolver a saúde global.

Um elemento a ser destacado aqui é o que podemos identificar como uma globalização dos termos utilizados na descrição e ênfase nas práticas, os termos em sânscrito, tradicionalmente utilizados, são deixados em suspenso, para a tradução de seus objetivos de maneira compreensível por pessoas que não sejam necessariamente praticantes. Assim, apesar de serem ressaltados os aspectos tradicionais e milenares das práticas listadas como patrimônio, na resolução os termos originais como ásanas, pranayamas e dhyana, por exemplo, que significam, respectivamente, posturas, respiração consciente ou controlada e meditação, são citadas transversalmente, para ser dada ênfase a termos tais quais: equilíbrio ambiental e paz mundial.

Assim, percebe-se esse movimento com o discurso dos agentes políticos envolvidos, que procuram mostrar o valor transcendente da prática, e sua importância para toda a humanidade, como a fala do primeiro-ministro indiano Narendra Modi, diante de 37 mil praticantes em Nova Délhi, quando afirmou: "Não é só o primeiro Dia Internacional do Yoga, mas o começo de uma nova era que inspirará a humanidade na sua busca por paz e harmonia". Nesta ocasião, o Ministério do Turismo da Índia gastou cerca de US\$ 1,5 milhão para promover no mundo todo o primeiro Dia Mundial do Yoga, com eventos na Oceania e em lugares famosos como a Torre Eiffel, em Paris, e a Times Square, em Nova York. No total, a celebração foi realizada em 251 cidades de 191 países. O discurso político neste dia e nos seguintes, ressalta o que se denomina "poder suave" do Yoga, expressão usada pela ministra das Relações Exteriores da Índia, Sushma Swaraj. Além disso, a prática diária do Yoga é um ritual que a Índia tenta incluir entre as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS): "Queremos mostrar ao mundo esse modo de vida, porque não é só um exercício nem algo intelectual, é uma forma de viver. É um bom caminho para ajudar na paz do mundo, algo muito simples e que só com 20 ou 30 minutos ao dia é muito beneficente", (Hongasandra Ramarao Nagrendra).

Por ocasião desta instauração, em carta institucional, a diretora-geral da UNESCO Irina Bokova, ressaltou a força do Yoga na promoção da paz mundial, sendo uma prática que transcende a parte física



(realizada através das posturas, conhecidas como ásanas) incluindo uma visão humanista transcendente:

Yoga significa união - harmonia entre o corpo e a mente de cada indivíduo e do mundo. Despertando este sentido de totalidade, o Yoga lembra mulheres e homens dos valores, sonhos e necessidades que compartilham com todos os outros, proporcionando-lhes força para superar conflitos e promover a paz. Desta forma, o Yoga é uma força verdadeiramente transformadora, um caminho para criar sociedades mais pacíficas, justas e harmoniosas.

A comemoração desta data mundial para 2019 teve como tema “O Yoga pela Ação Climática”. A proposta foi ressaltar como o yoga pode combinar pensamento e ação, incluindo a ação em prol do equilíbrio do meio ambiente e contra as mudanças climáticas. Em um tweet para lembrar o dia internacional, a agência da ONU afirmou que “(...) o yoga é uma potência transformadora que pode nos dar a força e a visão de que precisamos para (alcançar) sociedades mais justas”.

Assim, a criação do Dia Internacional do Yoga junto à ONU é parte integrante da movimentação conjunta em torno da patrimonialização do Yoga, sua salvaguarda e valorização em contexto global. Parte aqui de uma série de mobilizações internacionais, interesse das agências, bem como do governo indiano, que se torna o principal articulador das candidaturas.

A este respeito, o governo ressalta como a comunidade do yoga participou ativamente da preparação e elaboração da indicação como patrimônio imaterial, destacando ainda que, antes mesmo dessa pretensão, várias comunidades, instituições, grupos e indivíduos sempre desempenharam um papel fundamental na transmissão, salvaguarda e manutenção do yoga ao longo dos tempos. Todo um coletivo da sociedade indiana foi acionado para as discussões sobre a nomeação e sua elaboração. No documento de inscrição ressalta-se que a inclusão do Yoga na lista de representantes da UNESCO: “(...) levaria a uma maior revitalização, bem como apoio na forma de financiamento, na melhoria das infraestruturas e outras instalações para a disseminação e salvaguarda da prática.” (RL 2016 – No. 01163 – p. 11).

### **Discursos, atores e redes: Yoga como patrimônio imaterial**

Neste tópico analisaremos mais detalhadamente os discursos presentes nos documentos que envolvem especificamente a inclusão do Yoga na lista do patrimônio imaterial da humanidade. No documento disponível na página da UNESCO, referente à inscrição do Yoga na lista de representantes do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade<sup>9</sup>, é ressaltada a importância da prática naquele país e

---

<sup>9</sup> Arquivo de nomeação n. 01163, disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/yoga-01163>

sua ancestralidade, de tal maneira que perpassa praticamente todos os aspectos sociais e culturais da vida indiana:

“O yoga é um sistema holístico de bem-estar físico e mental pan-indiano, praticado em toda a geografia da Índia. O antigo sistema de Yoga se originou bem antes da civilização do vale do Indo. Esse fato é evidenciado, por um lado, por achados arqueológicos em todo o subcontinente indiano e, por outro, por uma tradição textual quase ininterrupta da literatura indiana sobre o assunto, que trata de seus aspectos físicos, práticos, metafísicos e holísticos. O elemento yoga permeava todos os aspectos da vida indiana, incluindo pensamento filosófico, medicina, educação, literatura, saúde e técnicas tradicionais de dança e teatro indianas, todas baseadas nas práticas de Yoga.” (RL 2016 – No. 01163 – p. 2).

Na identificação e definição do elemento a ser inscrito na lista de representatividade, o documento supracitado segue o que está definido pela Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em seu segundo artigo, no qual se contemplam “(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades – bem como instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados com isso - que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003, p. 4). Ainda neste artigo, é ressaltado que esses patrimônios são transmitidos entre as gerações constantemente recriados e fonte de identidade e continuidade para seus povos detentores.

Dos domínios apontados do documento como possibilidades de manifestação do patrimônio cultural imaterial, o yoga apenas não está sinalizado em “artesanato tradicional”, aparecendo indicado nas seguintes categorias: (a) tradições e expressões orais, incluindo a linguagem como veículo do patrimônio cultural intangível; (b) artes performáticas; (c) práticas sociais, rituais e eventos festivos; (d) conhecimentos e práticas sobre a natureza e o universo (UNESCO, 2003). Além disso na categoria “outros” é incluída a seguinte descrição: “Conhecimento médico e científico antigo da humanidade”. Aqui podemos identificar como o Yoga abrange aspectos amplos da vida, e é relacionado, nessa inscrição, como um conhecimento tradicional, que ultrapassa as fronteiras indianas para se tornar global.

É comum se reconhecer em bibliografia de autores de dentro do campo, na construção da história do Yoga no ocidente, a ideia de “mito original” da vinda do Yoga ao ocidente atribuída a Vivekananda. Joana Almeida, nesse sentido, analisa esse processo de introdução do Yoga no ocidente como um jogo de sentidos, em que, tem como componentes no processo de orientalização do Ocidente, acontece simultaneamente uma consciente e bem sucedida tarefa de ocidentalização do yoga (Almeida, 2006, p.171). A autora cita Strauss (2000) para afirmar que foi a partir de Vivekananda, em 1893, que houve a primeira grande disseminação do Yoga no ocidente. Este foi “uma das personalidades carismáticas que

encontraram terreno fértil para a transmissão de sistemas de pensamento e práticas alternativas num Ocidente desencantado” (p.165). O seu papel foi, diz a autora, de ocidentalizar a prática e adequá-la a uma linguagem técnico-científica e nesse processo, afirma, houve a ocidentalização do oriente. Assim, é bastante discutido na literatura que o Yoga no ocidente é muito mais focado na construção de corpos bonitos e saudáveis, sendo que muitos dos praticantes desconhecem a profundidade filosófica e cosmológica que sustenta a prática, no ocidente o Yoga passa a ter majoritariamente, características essencialmente técnicas e práticas.

Diante desse contexto podemos interpretar os argumentos pelas iniciativas que partem do Oriente, quando a Índia toma para si a responsabilidade de mostrar ao mundo o que o Yoga realmente significa, em sua completude. Parte em reação aos movimentos de apropriação e ressignificação do Yoga e em parte por uma decisão política de assumir a representação legítima por essa prática globalizada.

O texto de defesa do Yoga como patrimônio imaterial da humanidade transita entre o seu estabelecimento como conhecimento tradicional milenar e a difusão de suas práticas pelo mundo, ressaltando que: “As práticas de yoga ajudaram milhões de pessoas a aprender a manter um modo de vida equilibrado”. (RL 2016 – No. 01163 – p. 3-4). As práticas ressaltadas pelo documento, bem como pelo vídeo institucional apresentado pelo governo indiano, são as seguintes: *Yama* ou cinco abstenções, *Niyama* ou cinco observâncias, *Ásana* - posturas, *Pranayama* - Respiração suspensa, *Pratyahara* - Abstração, *Dharana* - Concentração, *Dhyana* - Meditação, *Samadhi* - Consciência plenamente integrada, *Bandhas* - Fechadura, *Mudras* - Gestos e *Shat -karmas* - Práticas de limpeza, *Yukta-ahara* - Comida holística, *Yukta Karma* – ações corretas e *MantraJapa* - Cantando palavras sagradas.

Com relação ao aspecto dos portadores e praticantes do patrimônio imaterial ou intangível e sua transmissão o documento ressalta o aspecto didático tradicional que envolve, em síntese, uma relação entre “gurus” ou mestres e aprendizes: “Tradicionalmente, os gurus do yoga eram os guardiões desse antigo sistema de conhecimento da Índia”. Essa dinâmica se manteve por centenas de anos restrita a uma relação pessoal dos interessados em aprender com esses gurus yogues, mas hoje sua transmissão está disseminada em diversas organizações, instituições e centros educacionais, numa diversificação do ensino da prática que permitiu a tornar mais acessível e diversificada. Assim, ressalta-se aqui uma transformação no formato de transmissão desse conhecimento, que tradicionalmente se dava de forma oral e direta, e se diversifica atualmente.

Os primeiros livros de yoga apareceram no Ocidente no final do século XIX e início o século XX. No início do século XIX, algumas famílias indianas enviaram seus filhos para estudar na Inglaterra, e ao retornarem, alguns destes estudantes tornaram-se líderes como aconteceu com: Gandhi que estudou direito em Londres; Aurobindo que estudou em Cambridge e ainda Krishnamurti, Vivekananda,

Sivananda entre outros indianos, que se tornaram personalidades ativas na independência da Índia ou na divulgação da cultura hindu para o mundo, mesclando os conhecimentos da cultura ocidental com os ensinamentos do hinduísmo. Sivananda é um exemplo, dentre outros yogis, que formaram grupos de swamis para divulgar o ensinamento do yoga no Ocidente, retirando-o da casta dos sacerdotes e da tradição de transmissão discipular, para ensiná-lo através da publicação de livros, de palestras, de retiros e escolas de formação. Cabe destacar que há outro movimento de difusão do yoga que não se associa ao hinduísmo, com base na filosofia do Tantra (a tradição espiritual que se originou na Índia em tempos pré-históricos e que foi sistematizada primeiramente por Shiva), sendo um dos principais representantes o Guru indiano Anandamurti, cujo nome civil é Prabhat Ranjan Sarkar, cientista social, autor de mais de 200 livros e que criou a organização internacional Ananda Marga (presente em mais de 180 países) e que ajustou a antiga ciência do tantra yoga as necessidades da época atual, desenvolvendo uma filosofia espiritual racional e científica.

Segundo Sarah Strauss (2008) o Yoga contemporâneo realiza um diálogo entre ciência e secularização, e diferentemente dos yogues clássicos que necessitavam isolamento social para se dedicar ao seu aprendizado e busca espiritual, os yogues modernos se globalizam e adquirem um posicionamento político de difusão da prática para o mundo, e essa mudança, segundo Sarah Strauss (2008) configura uma das características mais marcantes do Yoga que se conhece atualmente.

Apesar de indicar essa transformação na transmissão do conhecimento filosófico e prática do yoga, o discurso em defesa da patrimonialização, no entanto, ressalta que seja coletivo ou individualmente, há uma preocupação em manterem essa transmissão alicerçada no conhecimento tradicional: “Professores e praticantes de Yoga têm responsabilidade em relação aos seus alunos e em relação à prática do Yoga, eles precisam estar equipados com o conhecimento teórico do Yoga, a fim de preservar e proteger esse antigo sistema de bem-estar para a posteridade”. (RL 2016 – No. 01163 – p. 4). Aqui, é relevante notar como a patrimonialização está associada a uma necessidade de proteção deste conhecimento milenar e tradicional.

Ao refletir sobre a relação entre patrimônio, tradição e modernidade, Castriota (2009) reflete sobre como esses elementos se relacionam de maneira complexa. Neste contexto, ao definir tradição, o autor ressalta sua “dimensão dinâmica, que lhe fornece certa plasticidade e lhe permite sobreviver frente à modernidade, na qual a lógica da cultura passa a ser a da mudança” (CASTRIOTA, 2009, p. 15). Assim, nos diálogos permanentes entre tradição e modernidade são definidas ferramentas de “preservação” dos bens culturais para sua transmissão às gerações futuras, numa dialética que o autor denomina de lembrar-esquecer.

Claro, aqui podemos claramente identificar que a definição do patrimônio depende de uma rede articulada de interesses, políticas e poderes, que delimitam o que deve ou não ser considerado tradicional, referenciado no sistema antigo e “legítimo” indiano. Assim, nos remetemos à definição de patrimônio de Poulot (2009):

(...) depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades. (POULOT, 2009, p. 13).

No discurso aparece em diversos momentos essa relação entre tradição e modernidade, que emergem, claramente no contexto da interculturalidade e favorecem uma defesa do que realmente seria o yoga-patrimônio. Como na seguinte afirmativa, que se refere às ações de salvaguarda esperadas: “Validando técnicas e práticas tradicionalmente seguidas em sua própria forma (pureza), com o objetivo de entender sua implementação na era moderna.” E também: “Verificando e confirmando as reivindicações das práticas de Yoga na linguagem tradicional e no contexto cultural.”. Ambas ações remetem ao tradicional, como aquele detentor de poder para definir uma legitimidade. Aqui, podemos refletir sobre como a construção da memória é um processo negociado entre diversos atores sociais e a sua característica é sempre processual e conflitiva.

Podemos acionar aqui uma relação entre memória e poder, articuladas à premissa de que todas as tradições são, de alguma forma, “inventadas”, ou seja, os atos de memória são atos simbólicos, implicando sempre recordação, tradução, esquecimento e ausência, portanto, em constantes negociações. Assim sendo, o significado atribuído ao passado não é fixo e é permanentemente reconstruído, assim a memória deve ser analisada mediante a adoção de um modelo dialógico, que considera a natureza dinâmica e intersubjetiva da memória social (Misztal, 2003).

Há claramente nos discursos a promoção dos valores universalistas do Yoga como uma forma não de justificar sua existência como patrimônio imaterial, mas como patrimônio imaterial da humanidade, pois na Índia já está bem delimitada a sua importância e relevância, sendo inclusive inventariado por várias instituições na Índia, cabendo agora aos órgãos internacionais reconhecerem sua capacidade de agência em outros níveis:

O yoga é um sistema universal de bem-estar holístico, completamente desprovido de qualquer tipo de intolerância, que encontrou aceitação sem precedentes em todo o mundo. O yoga é harmonioso e compatível com todos os instrumentos de direitos humanos existentes. A prática

do Yoga aumenta a tolerância e aumenta o respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos. A prática do Yoga leva à coexistência equilibrada e harmoniosa entre comunidades, grupos e indivíduos. O Yoga atravessa os limites de classe, credo, religião, etnia, idade, gênero, religião, cultura, nacionalidade e idioma. Ela atende e é aplicável a toda a humanidade. (RL 2016 – No. 01163 – p. 5)

Podemos compreender que a incorporação do Yoga como patrimônio intangível balizada na construção do discurso com essas ênfases, termina por ser ele próprio (o Yoga) agente dessas transformações, ainda que em potência. A noção de agência aparece relacionada à questão de enfatizar a produção do social, não em seus produtos. A ênfase na ação e suas consequências e significados. Conforme salienta Strathern (2006) causa e efeito não estão pressupostos, e é na ação contextualizada que aparecem as categorias (lugares de relevo das experiências dos sujeitos e grupos). Aqui, se constrói, portanto, uma noção do Yoga como potencialmente relevante para o enfrentamento de muitas problemáticas sociais contemporâneas, como se salienta:

A inscrição na lista de representantes ajudará a aumentar a conscientização sobre a necessidade e os benefícios do Yoga para toda a humanidade e para a salvaguarda, preservação e promoção de todos os seus inúmeros aspectos como um patrimônio cultural intangível da Humanidade. (RL 2016 – No. 01163 – p. 5-6)

Siegel (2010) situa o yoga como uma forma de capital cultural ou simbólica: "(...) na produção de valores, símbolos sagrados, realizações internas, ensinamentos e técnicas de aperfeiçoamento do físico, emocional, intelectual e espiritual." (p. 10). Podemos entender também o yoga como ferramenta política de respeito à diversidade e de integração do homem à natureza, numa compreensão holística de respeito à diversidade.

Na conclusão do documento de inscrição, as vozes são conciliadoras, e ao contrário do que se poderia supor, não se aciona uma retomada de uma tradição original, indiana, única e verdadeira como motivação para o pedido de salvaguarda.

As práticas, pedagogia e filosofia do Yoga já atravessaram as margens da Índia. Seus benefícios e crenças baseados em experiências pessoais não se limitam a nenhuma escola, pensamento, credo, classe, casta ou nacionalidade. As informações sobre o Yoga não são restringidas por nenhuma prática habitual na conduta de qualquer comunidade. O elemento visa e propaga o bem-estar holístico do eu e demonstra uma unificação "consciente" do homem e de seus arredores, e é desprovido de dogmas ou mitos religiosos. É dada a devida importância à herança intangível do elemento que está amplamente associado ao conhecimento da natureza e do universo. (RL 2016 – No. 01163 – p. 12)

Assim, se ressalta como o Yoga transcendeu as fronteiras de seu território original e foi incorporado na literatura científica, religiosa e secular antiga. Apesar de sua amplitude e difusão, se

reconhece na sua salvaguarda como patrimônio imaterial uma possibilidade para reavaliar, reinterpretar e universalizar esse sistema holístico de bem-estar pessoal.

### **Considerações finais**

A partir da análise, pudemos compreender que no processo de patrimonialização do Yoga, se ressaltam engajamentos internacionais e os discursos por parte dos agentes que se intitulam representantes do Yoga como bem patrimonial imaterial, levando em conta quais questões de poder são constitutivas da construção, da legitimação e da apropriação deste patrimônio.

Finalizamos com a reflexão de Colin Campbell (1997) sobre o processo de entrada das sabedorias Orientais no Ocidente, o autor fala em uma orientalização do ocidente, e questiona: “The Yoganization of the West?”, sintetizando um movimento que ele analisa e que estaria em contraponto à globalização dos valores ocidentais. Segundo este autor, esse movimento representa uma mudança de pensamento, de paradigma (que se expressam, por exemplo, em uma espiritualidade que conecta o homem à natureza) e apesar de não ser tão forte quanto a globalização dos valores e produtos ocidentais, a orientalização não se dá por estratégias de dominação como acontece na maioria das vezes na ocidentalização (p. 35-36) e representa uma passagem para uma espiritualidade baseada na busca pela sabedoria através da experiência pessoal. Para este autor essa mudança de paradigma pode ser representada pelo conceito de “ecologia interna”, referindo-se a esse processo de interiorização ao mesmo tempo em que se ampliam as preocupações ambientais (Campbel, 1997).

O processo de patrimonialização do yoga, como procuramos demonstrar neste artigo, representa esse movimento. Assim, ao apresentar a contextualização deste processo, que amarcou a criação do evento de comemoração do dia Internacional do Yoga e a sua inclusão na lista do patrimônio imaterial da UNESCO, permite vislumbrar as discursividades que pleiteiam um lugar para o Yoga que em muito transcende a sua visão como uma prática de bem-estar físico e mental, sendo considerado uma prática dotada de agência capaz de promover transformações profundas no nível individual, mas fundamentalmente, em sua potência na transformação global.



## Referências

- ALMEIDA, Joana. Um jogo de sentidos: a ocidentalização do yoga como orientalização do ocidente. In **Religião & Sociedade** 26(1):158, Janeiro de 2006.
- ALTER, Joseph. **Gandhi's Body: Sex, Diet and the Politics of Nationalism**. University of Pennsylvania Press, 2000.
- CAMPBELL, Colin. **Ocidentalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio**. In: *Religião e Sociedade* 18/1, Rio de Janeiro, agosto de 1997.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- CASTRIOTA, Leonardo Barrel. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Belo Horizonte: Anablume: IEDS, 2009.
- GERMINATTI, Fernando Tadeu. Uma (re)invenção do oriente por meio de práticas intelectuais discursivas e jogos de poder. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; NETO, José Maria de Sousa [orgs.] **Orientalismo Conectado**. Rio de Janeiro: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- MISZTAL, B. **Theories os social remembering**. Maidenhead, Philadelphia, Opn University Press, 2003.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- ROTMAN, Mónica e CASTELLS, Alicia Norma González. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. **ABA Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos** / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau: Nova Letra, 2007.
- SIEGEL, P. **Yoga e Saúde: o desafio da introdução de uma prática não-convencional no SUS**. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, 2010.
- STRAUSS, Sarah. **Re-Orienting Yoga: Transnational Flows from na Indian Center**, Dissertação de Doutorado em Antropologia, Universidade da Pensilvânia, EUA, 1997.
- STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade Melanésia. Campinas, Editora Unicamp, 2006.
- UNESCO. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. Paris, 17 October, 2003.

Recebido em 04/03/2020 | Aceito em 27/03/2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)



# “NÓS SOMOS ILHÉUS, JUNTOS SOMOS MAIS FORTES”: FLUXOS DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E COMUNIDADE NA ILHA DA CULATRA – FARO, PORTUGAL.<sup>1</sup>

---

Mariela Felisbino da Silveira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente texto discute a noção de “comunidade culatrense” e seus desdobramentos, na Ilha da Culatra, um povoamento de pescadores e mariscadores, na Ria Formosa, Faro, Algarve, sul de Portugal. Privilegiamos o processo de reivindicação territorial e comunitária, a recente discussão sobre desenvolvimento sustentável daquela área e seu papel na interação entre a Associação de Moradores da Ilha da Culatra e organismos do Estado português que detém a jurisdição daquele espaço.

**Palavras-chave:** Comunidade, identidade, patrimônio cultural.

**Abstract:** This text discusses the notion of “culatrense community” and its developments, identified in Ilha da Culatra, a settlement of fishermen in Ria Formosa, Faro, Algarve, south of Portugal. We privilege the process of territorial and community claim, the recent discussion on sustainable development and its role in the interaction between the Ilha da Culatra Residents' Association and Portuguese State institutions that have jurisdiction over the locality.

**Key-words:** Community, identity, cultural heritage.

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no grupo de trabalho Dinâmicas Sociais e Patrimônio Cultural: (Re) configurações, Paisagens e Identidades no evento Territórios, cidades e migrações: diálogos interdisciplinares da rede de pesquisadores do INCT – Instituto Brasil Plural em setembro de 2019.

<sup>2</sup> Doutoranda em Antropologia no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa em regime de cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina. Em Portugal, é colaboradora do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, pólo ISCTE-IUL. No Brasil, é pesquisadora do NAUI – Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, PPGAS, UFSC | mariela.silveira@outlook.com

## 1. Coabitar, participar, identificar

Como pesquisadora do projeto “Festa da Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas” cujo objetivo foi a candidatura da referida festa como patrimônio cultural nacional português, proponho compartilhar o processo inerente à produção de conhecimento em antropologia a partir da experiência de campo.

Processos de patrimonialização pressupõem, na maioria das vezes, formas de co-habitação em que se tornam necessárias a interação, a negociação e a participação dos pesquisadores junto dos produtores do bem em questão. O trabalho de campo com os culatrenses revelou-se visceral justamente por me proporcionar, como pesquisadora, este lugar de privilégio. Aos poucos, fui percebendo outros aspectos da vida social dos culatrenses que me interessavam e que poderiam ser objeto de um estudo mais alargado, como é o caso de uma tese de doutorado. No decorrer dos meses, fui identificando muitos dos elementos e conceitos que sempre me mobilizaram na minha trajetória profissional em antropologia, bem como uma relação de continuidade com a temática que venho desenvolvendo no Brasil.

A Festa em Honra de Nossa Senhora dos Navegantes, ou a Festa da Ilha, acontece no primeiro fim de semana de agosto e sua preparação e realização envolvem um grande número de pessoas. São dois dias de atividades lúdicas e religiosas que terminam na procissão que percorre as ruas da Culatra.

A Festa da Ilha celebra a devoção à Nossa Senhora dos Navegantes, ao mesmo tempo em que constitui a afirmação de uma identidade muito própria, o reforço dos laços comunitários e o orgulho de ser filho da Ilha. “Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”.

Foi neste contexto que, ao longo dos meses de contatos, vivências e entrevistas, fui sendo familiarizada com as mais diversas estratégias identitárias para (re)afirmação de uma ligação histórica ao território que hoje os culatrenses ocupam e cujas primeiras ocupações remontam ao final do século XIX. As narrativas que me eram apresentadas, para além da festa, traziam à tona o sentido construído, de certa forma em construção, da “comunidade culatrense”.

Em perspectiva temos uma ilha periférica<sup>3</sup> (na porção Sul do Sul da Europa) em uma região hegemônica (Europa) que tem socialmente características consideradas “tradicionais” para a antropologia clássica, mas, como grupo contemporâneo, numa sociedade globalizada, coexiste com as

---

<sup>3</sup> Segundo informações cedidas pela AMIC – Associação de Moradores da Ilha da Culatra, a referida ilha está inserida em uma região lagunar confrontando a norte com a Ria Formosa e a sul com o Oceano Atlântico, tem aproximadamente 6 quilômetros de comprimento e 1,2 quilômetro de largura. A Ilha da Culatra é composta por 3 núcleos habitacionais: Farol, Hangares e Culatra, sendo este último o local onde o trabalho de campo se concentrou. O núcleo habitacional da Culatra tem a população estimada de 1.000 habitantes distribuídos em 400 habitações.

formas “modernas” de vida. São pescadores e mariscadores que vivem do seu ofício e da prestação de serviços para o turismo, ao mesmo tempo em que lutam pelo seu direito ao território geograficamente limitado e identitariamente marcado e associado a representações, manifestações, modos de vida e vivências do passado. Ou ainda, uma comunidade periférica e de posicionamento global como uma das seis ilhas da União Europeia a partir da aprovação do projeto para transição e autonomia energética<sup>4</sup>, e que, entretanto, teve acesso à rede de energia elétrica na década de 1990.

A partir deste cenário, pode ser interessante a proposta de “antropologias mundiais” (Ribeiro, 2006) que, entre outras coisas, sublinha uma espécie de terceira crise de representação da antropologia, inaugurada no momento em que, a partir dos anos 2000, a atenção se volta às mudanças nas relações entre antropólogos em diferentes locais do sistema mundial, hegemônicos e não hegemônicos na produção e reprodução do conhecimento. Considerando este movimento, é pertinente pensarmos não só na posição relativa da Ilha da Culatra como da minha própria colocação enquanto antropóloga formada em uma antropologia nacional, a brasileira, e atuando em uma margem periférica de um centro hegemônico.

O desembarque na Ilha da Culatra, inevitavelmente, ecoava um imaginário que se projetava distante de minha realidade. Entretanto, não demorou para que percebesse o quão familiar era a situação para uma ilha nascida na Ilha de Santa Catarina, ao Sul do Brasil. E estas nuances se revelaram importantes para repensar a ideia endurecida de centro e periferia em uma era de produção de conhecimento altamente globalizada.

## **2. Narrativas e estratégias de (re)construção da identidade culatrense**

O processo de reconhecimento da Festa da N. S. dos Navegantes, como patrimônio cultural imaterial português, possibilitou a interação entre moradores, investigadores, instituições e público em geral. Neste caso, as narrativas têm a missão de equalizar discursos e práticas à volta do que se entende como “ser ilhéu, ser culatrense” enquanto identidade partilhada, com vistas a uma reivindicação territorial e comunitária, instrumentalizada pela (re)configuração constante dos modos de vida numa comunidade piscatória onde o tradicional e o moderno co-habitam.

O processo de ocupação e constituição histórica da Ilha da Culatra dá-se de forma gradual, a partir do final do século XIX, com a migração sazonal de pescadores, e processualmente de suas famílias, atraídos por atividades pesqueiras como as armações de sardinha e a pesca de cerco (Seruca, 200:99).

---

<sup>4</sup> Tema que será melhor desenvolvido no decorrer do texto.

As transformações ao longo do tempo nas técnicas de construção (ver figuras 1 e 2) explicitam o caráter de definitividade da ocupação. Primeiro, o povoado ganha forma com barracas de barrão, depois com revestimento de madeira e telhados de zinco, o que vai configurando a permanência da população estabelecida em núcleos familiares, que vivem sobretudo da pesca, mas também da criação de animais e plantação para subsistência.

**Figura 1** – Habitações em madeira com cobertura de palha que foram gradualmente sendo substituídas por alvenaria.



Fonte: Acervo AMIC.

**Figura 2 – Autoconstruções em alvenaria**



Fonte: Acervo AMIC.

Acontecimentos como a incorporação do território a uma área de reserva natural em 1978<sup>5</sup> e a sucessiva implementação do Parque Natural da Ria Formosa, em 1987<sup>6</sup>, põem em xeque a legitimidade do direito à habitação daquela ocupação historicamente marcada. A partir de 1987 surge uma série de boicotes às eleições municipais, que tinham como alvo não só a luta pelo direito ao território, mas também a reivindicação ao acesso a condições de permanência, tais como energia elétrica, água canalizada e saneamento básico (ver figuras 3 e 4). Desde então, é comemorado, no dia 19 de julho, o Dia da Ilha, que assinala a fundação administrativa da Associação de Moradores da Ilha da Culatra.

<sup>5</sup> Decreto-lei 45/78 de 2 de maio de 1978.

<sup>6</sup> Decreto-lei 373/87 de 9 de dezembro de 1987.



**Figura 3 – Reivindicações e mobilizações comunitárias.**



Fonte: Acervo AMIC, 1987.

**Figura 4 - “Já estou farto de candeeiro a petróleo, queremos luz elétrica” era uma das reivindicações dos cartazes.**



Fonte: Acervo AMIC, 1987.

“Somos ilhéus, juntos somos mais fortes” – estes eram os dizeres estampados nas camisetas dos culatrenses durante as manifestações contra a derrubada de casas na localidade, que passam a ser consideradas ilegais pelo Estado, a partir da incorporação do território à área do Parque Natural da Ria Formosa, em 1987.

Mais uma vez, era preciso reivindicar e negociar os termos de uma ocupação territorial comunitária que remonta às primeiras ocupações, no final do século XIX. O resultado das negociações foram a atribuição e entrega dos títulos de uso dos recursos hídricos e que garantem o direito à habitação naquele espaço. Os títulos são transmissíveis para os filhos e outros descendentes, mas necessitam ser renovados a cada 30 anos mediante prova de manutenção de atividade piscatória pelo titular.

Em 2019, a ilha ingressa no programa de transição energética denominado Culatra 2030<sup>7</sup>, sendo uma das seis ilhas europeias participantes da ação que pretende gerar autonomia e sustentabilidade na produção de energia.

Mantecón (1993) elenca algumas das transformações culturais impulsionadas pela globalização, o avanço tecnológico e as mudanças na percepção de tempo e espaço, que tomam forma a partir da década de 1980. Entre estes fenômenos descritos pela autora nos interessa a relação entre o ressurgimento das identidades locais e o nascimento de culturas globais. Neste sentido, somos levados a entender que uma identidade local, tal qual a reivindicada pelos moradores da Culatra, se embasa na histórica e processual ocupação territorial como forma de garantir o reconhecimento de sua singularidade e importância dentro do contexto nacional.

Uma vez fortalecidas, as Identidades locais passam a integrar a disputa dentro do sistema de culturas globais, momento em que é necessário negociar a permanência de suas especificidades dentro da cíclica, e contraditória, diferenciação e homogeneização que sustenta o sistema capitalista global.

Este processo cíclico de produção de singularidade e diferença pode ser observado na Culatra a partir da narrativa histórica de ocupação do lugar que, somada às várias manifestações pela permanência ao longo dos anos, reafirma a identidade comunitária. Neste momento, a identidade coletiva e

---

<sup>7</sup> No início de 2019 a Universidade do Algarve (UALG), em colaboração com a Associação de Moradores da Ilha da Culatra (AMIC), submeteu uma proposta ao Secretariado Europeu das Ilhas da UE. A Ilha da Culatra foi selecionada e será uma das seis ilhas piloto que receberá apoio técnico para desenhar uma Agenda para a Transição Energética. Na sequência, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Secretariado Europeu das Ilhas da UE, UALG, AMIC, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve (CCDR Algarve) e a Câmara Municipal de Faro. Mais informações em: <http://www.culatra2030.pt/enquadramento.html>

singularizada é inserida na campanha de transição energética, uma tendência global que garantirá a partida reconhecimento e fortalecimento local.

### **3. Processos de reivindicação territorial e comunitária**

Para entender o processo de construção cultural da identidade distintiva de comunidade na Ilha da Culatra é preciso reconhecer o papel dos movimentos políticos locais, que viabilizaram a produção de diferença, no processo histórico de ocupação do lugar, por meio da identidade comunitária "culatrense", apreendendo o papel da construção, afirmação e reelaboração da identidade comunitária como estratégia de permanência na localidade.

Neste momento, para um esboço destas ideias, é interessante consideramos as noções de espaço, lugar, identidade e comunidade. O primeiro desafio é a aparente correspondência teórica entre espaço, lugar e cultura, uma vez que esta perspectiva vem sendo amplamente questionada pela literatura antropológica atual, que tem como uma das premissas a descontinuidade e a desnaturalização das divisões que estes conceitos engendram. Entretanto, é a maneira como se inscrevem os traços de cultura, memória e história sob a “grade neutra” do espaço que determinam as potenciais diferenciações a partir de uma leitura da organização social do lugar. (Gupta e Ferguson, 2000:32). Ou seja, ao olharmos mais de perto as características do grupo, entenderemos que elas se assemelham às de outras comunidades piscatórias tradicionais portuguesas e o que de fato os diferencia de outros grupos considerados tradicionais é a própria (re)produção da diferença através da auto identificação comunitária.

O espaço, ali delimitado geograficamente, vai tornando-se uma localidade, um lugar, impregnado de história e memória contada e transmitida pelos que as detêm. Desta forma, a organização social toma forma ao mesmo tempo em que viabiliza a identidade comunitária culatrense.

Poderia se pensar que a Culatra se identifica com o estatuto de comunidade por conta de um relativo isolamento, já que é uma ilha com acesso apenas por embarcações, sem pontes ou sistema regular de transporte aéreo. Ao contrário, não se trata apenas de uma comunidade territorialmente delimitada, mas de um agrupamento que interage dentro dos “espaços hierarquicamente organizados” (Gupta e Ferguson, 2000:34) dos quais faz parte, tais como a União Europeia, o estado-nação português e todas as suas instâncias governamentais com as quais os ilhéus precisam interagir, dialogar e negociar os termos de sua permanência.

São os termos destas negociações que possibilitam o dinamismo frente à narrativa de sua história. É a partir desta necessidade de se adequar aos termos destes organismos, a exemplo do Ministério do Mar, da Agência Portuguesa do Ambiente e do Parque Natural da Ria Formosa, ao qual o território da



Ilha da Culatra foi incorporado nos anos 1970, que a identidade culatrense vai se revelando necessária. Esta necessidade traz consigo a plasticidade para se adaptar às legislações e às regras de ocupação.

Foi este impulso motor que viabilizou a mobilização do grupo enquanto uma comunidade piscatória tradicional e ainda são as mesmas engrenagens que levam ao projeto Culatra 2030 –

Comunidade Energética Sustentável e, conseqüentemente, ao Secretariado Europeu para Energias Limpas nas Ilhas. É, portanto, neste movimento que as questões locais se articulam com as diretrizes globais dentro do espaço pré-existente tanto geográfica quanto politicamente. Ao mesmo tempo, lança-se um desafio: Como falar do processo de “glocalização” (Mattelart, 1996) de uma identidade coletiva, mas territorializada?

### **Considerações finais**

Neste sentido, um olhar mais atento aos processos que estão envolvidos na constituição da identidade comunitária culatrense, ao invés de buscar uma suposta ligação essencialista entre a cultura e o lugar, é que torna esta investigação viável. A potencial análise do processo de constituição da identidade culatrense pode se iniciar tomando em atenção a marca diferencial desenvolvida “dentro de processos históricos e institucionais locais” (Agier, 2001; Hall, 2004). Entender como a população da Ilha da Culatra recebe, percebe e reage às questões que lhe foram e continuam sendo postas como limitantes ou condicionantes da ideia de “ser ilhéu, de ser culatrense”.

Revela-se fundamental tomarmos como referência que a produção de diferença não é o produto final e, sim, o ponto de partida para entendermos as conexões com o mundo, com os espaços hierárquicos com os quais há relações de interdependência.

No caso da Culatra, poderíamos pensar em uma espécie de paradoxo identitário comunitário? Em um cenário em que o grupo se declara culatrense, mas que precisa ser europeu para ter acesso a linhas de financiamentos junto à União Europeia, sendo que é justamente esta condição singular que dá acesso a mecanismos de financiamento para seu projeto de comunidade. Este movimento entrelaça identidade e território, pois os títulos de autorização de uso dos recursos hídricos e, em consequência, das casas construídas e habitadas pelas famílias estabelecidas na ilha têm como condicionante a renovação a cada trinta anos, momento em que é imposto demonstrar a continuidade da comunidade culatrense e de suas respectivas práticas. Entender as relações entre estas duas identidades, a culatrense e a europeia, não significa dizer que são interfaces excludentes, mas, sim, partes que se justapõem, contraem e retraem de acordo com a conveniência e as circunstâncias políticas e sociais que inserem a identidade coletiva

e singularizada dentro da cíclica, e contraditória, diferenciação e homogeneização que sustenta o sistema capitalista.

## Referências

AGIER, Michel. **Distúrbios Identitários em tempos de globalização**. Mana, v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, 2001, (p. 7-33).

**Culatra 2030: Comunidade Energética Sustentável**. Disponível em: <http://www.culatra2030.pt/index.html>  
Acesso em: 20/1/2020.

**Diário da República Eletrónico** n.º 100/1978, Série I de 1978-05-02. Portugal. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/295781/details/normal?q=Ria+formosa> Acesso em: 20/1/2020.

**Diário da República Eletrónico**. n.º 282/1987, Série I de 1987-12-09. Portugal. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/498153/details/normal?q=Ria+formosa>. Acesso em: 20/1/2020.

GUPTA A. FERGUSON J. **Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença**. In: Antônio A. Arantes (org.), O espaço da diferença. Campinas, SP: Papius, 2000, (p. 31-49).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2004, (p. 7-47); (p. 77-102).  
MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. Bauru, SP: EDUSC, 1996.

MANTECÓN, Ana Rosa. **Globalización cultural y antropología**. In: ALTERIDADES, 1993 3(5): (p. 79-91).

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologias mundiais. Para um novo cenário global na antropologia**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21 n. 60 (p.147-185).

SERUCA, Dorilo. **As pequenas comunidades piscatórias do Sul**. DRPAS, DGPA, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2000.

Recebido em 04/03/2020 | Aceito em 26/03/2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

## PESQUISANDO A CIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A *CAMINHADA* *NARRATIVA*

---

Paola Luciana Rodriguez Peciar<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste ensaio exponho o que denominei em minha tese doutoral como *caminhada narrativa*. Trata-se de uma técnica de pesquisa nova, elaborada para efetivar a interpretação de um espaço público em termos de *espaço urbano*, desde a perspectiva dos aportes teóricos da antropologia urbana. A técnica foi empregada no espaço público de uma rua, e o processo de sistematização de sua apresentação ainda está em curso.

**Palavras-Chave:** Caminhada Narrativa; Técnica de Pesquisa; Espaço Urbano.

**Abstract:** In this essay I expose what I called in my doctoral thesis as narrative walk. It is a new research technique, designed to effect the interpretation of a public space in terms of urban space, from the perspective of the theoretical contributions of urban anthropology. The technique was used in the public space of a street, and the process of systematizing its presentation is still ongoing.

**Key words:** Narrative walk; Research Technique; Urban Space.

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC. Membro-pesquisador do Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, NAUI/UFSC. [paola.peciar@gmail.com](mailto:paola.peciar@gmail.com)

## Introdução

Neste ensaio apresento algumas diretrizes sobre a técnica de pesquisa que denominei de *caminhada narrativa*. Retomo ideias de minha exposição sobre esta técnica no Evento vinculado ao INCT/CNPq Brasil Plural “Territorialidades, Deslocamentos, Paisagens Urbanas e Populações Tradicionais” realizado na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), no ano de 2019.<sup>2</sup> A exposição ocorreu no GT “Dinâmicas Sociais e Patrimônio Cultural. (Re)configurações, Paisagens e Identidades”, sob a coordenação dos doutores Ana Cristina Rodrigues Guimarães PFN/SC – NAUI/UFSC e Rafael de Oliveira Rodrigues (PPGAS/UFAL) - NAUI/UFSC.

A *caminhada narrativa* foi desenvolvida para poder levar a cabo a realização do trabalho de campo que deu suporte a escrita de minha tese doutoral.<sup>3</sup> Uma tese que teve como objetivo interpretar uma rua enquanto *espaço urbano* (CERTEAU, GIARD, MAYOL 2011; CERTEAU, 2008; DELGADO, 2008), desde a perspectiva da antropologia urbana. O trabalho de campo foi realizado em uma rua chamada Leganitos, localizada no Distrito Centro da cidade de Madrid, na Espanha.

O desenvolvimento dessa técnica de pesquisa se deu em função principalmente de três motivos: a) as particularidades do campo, ou seja, as características da Rua Leganitos e do ambiente urbano onde ela está inserida; b) as dificuldades encontradas para realizar o trabalho de campo, como por exemplo, o fato de que eu não contava a priori com uma rede de interlocutores que pudesse me dar suporte e, c) o próprio marco teórico com o qual venho trabalhando, especialmente, os pressupostos sobre o *espaço urbano* e as *sociedades complexas*.<sup>4</sup>

A ação do pesquisador de caminhar repetidas vezes pelo espaço público investigado (seja ele uma rua, uma praça, uma avenida, um bairro inteiro ou outro) e, o estudo aprofundado do contexto onde ele está inserido constituem os dois pilares da *caminhada narrativa*. Também, pode-se elencar que essa técnica é composta pelas seguintes estratégias e ações: caminhadas pelo espaço público na companhia de interlocutores da pesquisa (que sejam usuários desse espaço); paradas estratégicas para o registro da paisagem urbana, material e imaterial, por meio de recursos audiovisuais; conversas informais e entrevistas formais com moradores locais; anotações no caderno de campo das observações realizadas durante as caminhadas e as pausas; e, a persistência de repetir esse exercício inúmeras vezes, até que a heterogeneidade dos usuários da cidade e suas práticas (que parece infinita) comece a revelar informações mais “palpáveis” sobre o modo de vida do lugar pesquisado.

---

<sup>2</sup> PECIAR (2019).

<sup>3</sup> PECIAR (2018).

<sup>4</sup> *Sociedades complexas* nos temas de VELHO (2003,1997).

A *caminhada narrativa* foi fundamental para que eu pudesse realizar a análise de uma rua enquanto *espaço urbano*. Não se trata de um projeto, mas de uma técnica que já foi aplicada.

Porém, devo esclarecer uma questão fundamental.

Este ensaio faz parte de um processo de aprimoramento de escrita ainda em curso. Ou seja, trata-se de mais uma tentativa de sistematizar uma apresentação didática sobre a construção, a aplicabilidade e as possíveis vantagens proporcionadas por essa técnica que chamo de *caminhada narrativa*.<sup>5</sup>

A exposição a seguir está disposta em três seções.

Na primeira seção, “Uma Rua: o campo onde *Caminhada Narrativa* foi construída”, apresento o campo de pesquisa, a Rua Leganitos.

Na segunda seção, “*Etnografia de Rua e Caminhar Junto: as técnicas de pesquisa que alavancaram a Caminhada Narrativa*”, aponto as duas principais técnicas adotadas como inspiração metodológica.

E, na terceira seção, “O *Espaço Urbano* como objeto de pesquisa: o conceito chave que demandou a *Caminhada Narrativa*”, demonstro como a adoção da categoria analítica de *espaço urbano* para interpretar uma rua levou a criação de uma nova estratégia. E, por fim, apresento apontamentos sobre a *caminhada narrativa*, ou seja, mais um esboço de sistematização da apresentação dessa técnica.

### **Uma Rua: o campo onde *Caminhada Narrativa* foi construída**

O campo onde a *caminhada narrativa* foi construída ocorreu na Rua Leganitos, no Bairro Palácio, localizado Distrito Centro da cidade de Madrid, na Espanha.

Leganitos é uma pequena e estreita rua de mão única conformada unicamente por edifícios antigos, a maior parte deles de uso residencial, cujo andar térreo abriga comércios variados. E, em menor parte, alguns edifícios foram restaurados e transformados em hotéis ou conjunto de escritórios empresariais. A origem da Rua Leganitos remonta ao século XVI, quando em 1561 inicia-se o primeiro desenvolvimento urbanístico de Madrid, aos arredores do hoje é o Palácio Real.<sup>6</sup>

As imagens abaixo são alguns ilustrativos do cenário da Rua Leganitos (passado e presente) onde ocorreu o trabalho de campo que originou a *caminhada narrativa*.

---

<sup>5</sup> Essa sistematização requer uma constante rememoração do trabalho de campo e o exercício de releitura do próprio caderno de campo para apresentar a *caminhada narrativa*. No decorrer desse exercício, novos detalhes e lembranças da efetivação dessa técnica vão surgindo e sendo incluídos na escrita da apresentação dessa técnica.

<sup>6</sup> O Palácio é a residência oficial dos reis da Espanha, e em função de sua importância histórica, simbólica, política e arquitetônica dá nome ao bairro onde a Rua Leganitos está localizada: o Bairro Palácio.

**Figura 1** - Rua Leganitos, Madrid/Espanha, no início do século XX



Fonte: Foto... (2015) In (PECIAR,2018).

**Figura 2** - Rua Leganitos, Madrid/Espanha, anos 2000



Fonte: Kike Díaz In (PECIAR,2018).



Ao mesmo tempo em que essa rua fez parte da história e do berço da formação da cidade, hoje ela também se destaca por fazer parte do cenário mais prestigiado e movimentado da cidade: o chamado Centro Histórico de Madrid. O que significa que essa rua se localiza no ambiente dos mais conhecidos pontos turísticos da cidade. Também, a Rua Leganitos está localizada junto a dois dos espaços públicos mais populares da cidade de Madrid, a Praça Espanha (repleta de ícones que fazem referência as tradições da Espanha) e a Avenida Gran Vía (a principal avenida comercial da capital).

Porém, além de pertencer a um ambiente urbano marcado por muitas referências aos costumes tradicionais e a história de Madrid e da Espanha, a Rua Leganitos possui a curiosidade de abrigar um conjunto de comércios de imigrantes, a maior parte deles, do setor de gastronomia. Esses comércios de imigrantes dividem o espaço da rua com comércios tradicionais, na maior parte deles, empresas familiares de pessoas locais (de nacionalidade espanhola, de Madrid ou de outras partes da Espanha). A maioria desses comércios estrangeiros é de imigrantes chineses e, por isso, ainda que comércios de outros imigrantes estejam presentes ali, como peruanos, árabes, italianos, vietnamitas, etc. a Rua Leganitos possui o apelido de “la calle de los chinos” (a rua dos chineses).

Além da diversidade de origem dos comerciantes e da diversidade de origem das pessoas que eles atraem, para o consumo de produtos específicos de outras nacionalidades, também essa rua abriga uma diversidade de moradores em termos de nacionalidade. Estrangeiros que dividem o espaço da Rua Leganitos com moradores locais vivem nessa rua a muitas décadas, pois parte desses apartamentos costumam ser habitados por mais de uma geração de uma mesma família. Os moradores estrangeiros costumam alugar temporariamente apartamentos nessa rua. São pessoas de passagem, preponderantemente estudantes e turistas que passam a fazer parte da vizinhança, ainda que por um tempo reduzido.

Entre outros exemplos, colaboram para a heterogeneidade de usuários da Rua Leganitos, os turistas que se hospedam nos hotéis nela localizados. Como, também, todos os demais turistas das mais diversas partes do mundo que se hospedam nas imediações de Leganitos, por ser o Centro Histórico da capital da Espanha e, portanto, lugar de referência dos costumes tradicionais locais, em termos de gastronomia, arquitetura, arte, espaços públicos, monumentos, comércios, etc.

Em função dessas características contextuais e entre outras particularidades, observadas e registradas durante o trabalho de campo, pude constatar o quanto essa rua é amoldada por usuários e práticas completamente heterogêneas, as chamadas *sociedades complexas* (VELHO, 2003, 1997). Uma vez que composta por moradores locais (antigos e novos), imigrantes, comerciantes, turistas, trabalhadores ou, apenas passantes, que utilizavam essa rua como meio de encurtar caminho em seus deslocamentos cotidianos pelo centro.



Durante os inícios da investigação, e mediante o objetivo de realizar uma interpretação dessa rua enquanto *espaço urbano*, a pergunta que se colocava era: por onde começar e como desenvolver a pesquisa? Eis que surgiu a necessidade da combinação e adaptação de técnicas de pesquisa ancoradas ao método etnográfico. Eis que se originou a *caminhada narrativa*.

### ***Etnografia de Rua e Caminhar Junto: as técnicas de pesquisa que alavancaram a Caminhada Narrativa***

Inicialmente minha *caminhada narrativa* foi inspirada teoricamente em outras duas técnicas: na *etnografia de rua* de Eckert e Rocha (2008, 2003) e, no *caminhar junto*, de Jolé (2005).

Conforme os preceitos dessas duas técnicas, o espaço público é passível de ser investigado pela ação do caminhar. Um caminhar atento e observador. E ambas as técnicas valorizam o uso dos recursos audiovisuais como forma de registro e caracterização do espaço público.

A *etnografia de rua* se desenvolve por meio da presença sistemática do etnógrafo no local que ele objetiva pesquisar. O pesquisador deve observar e refletir sobre os componentes que conformam a paisagem urbana, buscando as significações relacionadas ao seu modo de vida. Como ferramenta de estudo da cidade essa técnica pode constituir-se, também, como estratégia de interação com seus cidadãos, o que colabora para que o etnógrafo possa realizar uma descrição ainda mais densa do seu objeto de estudo (ECKERT e ROCHA 2008, 2003).

Por outro lado, a técnica do *caminhar junto* requer, obrigatoriamente, a presença de um ou mais interlocutor de pesquisa junto do etnógrafo no espaço público que está sendo investigado, seja ele um bairro, uma praça, uma avenida ou uma rua. No *caminhar junto* a aprendizagem sobre um lugar se desenvolve de forma coletiva, uma vez que o objetivo é o de produzir conhecimento com base na forma como os interlocutores qualificam e percebem o ambiente a partir suas práticas (JOLÉ, 2005).

Partindo desse conjunto de orientações técnicas utilizadas de forma combinada, a *caminhada narrativa* começou a se desenhar como alternativa de técnica de pesquisa de campo, junto de outras estratégias, com o objetivo de oferecer uma interpretação do espaço público, no caso uma rua, em termos de *espaço urbano*.

Mas o que significa a interpretação de uma rua por meio da categoria analítica de *espaço urbano*? Esse é o tema da seção a seguir.

## **O Espaço Urbano como objeto de pesquisa: o conceito chave que demandou a Caminhada Narrativa**

Quando assinalo que o objetivo de meu trabalho foi o de oferecer uma interpretação de uma rua em termos de *espaço urbano*, significa analisar uma rua em termos de lugar praticado (CERTEAU, 2008); em termos de conformação de práticas que extrapolam os limites territoriais e de sua unidade espacial (DELGADO, 2008) e, termos de espaço de relações interpessoais e, de inter-relações entre pessoas e um meio físico (CERTEAU, GIARD, MAYOL 2011; LEFEBVRE, 1978).

Essas questões substanciais da pesquisa puderam ser tratadas com o suporte da *caminhada narrativa*, sobretudo, para poder lidar com o desafio de mapear e classificar a heterogeneidade dos usuários do espaço público em questão (conforme os exemplos da seção anterior). Essa técnica surgiu como uma alternativa de investigação para uma pesquisa que, em função das particularidades do campo e da minha condição de estrangeira e estrepante naquele lugar, não poderia contar com um grupo de interlocutores definido ou estável.

A *caminhada narrativa* me ajudou na superação do desafio de fazer trabalho de campo em uma rua e em uma cidade até então desconhecidas para mim. Porque estar no espaço público de uma rua e olhar para uma massa completamente heterogênea e fluida de usuários e práticas, e tentar identificar que usuários são esses e que práticas eles empreendem naquele lugar ou, tentar entender quem se relaciona com quem e porquê ou, buscar saber o significado daquele espaço para pessoas que vão e vem, que estão trabalhando, que estão entrando e saindo de suas casas, ou seja, que estão em movimento, é uma tarefa bastante complicada.

Em outras palavras, a *caminhada narrativa* me ajudou a superar os desafios que se apresentam quando o campo é a cidade (MAGNANI, 1996), viabilizando a realização de classificações e inferências que me ajudaram a alcançar o objetivo de realizar a interpretação de uma rua em termos de *espaço urbano*.

Entre as classificações realizadas com a ajuda da *caminhada narrativa*, cito o exemplo dos usuários da rua. Os usuários da rua puderam ser delineados em três grandes grupos que denominei como *vizinhança*, *outsiders* e *transeuntes*, por meio de critérios como permanência/familiaridade, mudança/estranhamentos e, trânsito/impessoalidade. Dessa primeira classificação foram derivadas outras, levando em consideração nuances de práticas, interesses e significados relacionados ao campo.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Para mais informações ver em PECIAR (2018).

E, entre as inferências realizadas com o apoio da técnica da *caminhada narrativa*, cito o exemplo da análise efetivada acerca do debate da antropologia *na e da cidade* (OLIVEN 2002,1980; DURHAM, 1986; GOLDMAN, 1999). Essa técnica evidenciou que os elementos do *espaço urbano* de uma rua, são também elementos do *espaço urbano* da cidade na qual ela está inserida. Através do estudo de uma rua é possível compreender muitas questões da cidade a que ela pertence, e vice-versa.

A discussão acerca da antropologia *na e da cidade* é um debate recorrente no âmbito dos estudos da antropologia urbana e que, a primeira vista, parece conformar duas formas excludentes de trabalho e de perspectiva. Porém, com o emprego da *caminhada narrativa* e dos resultados já mencionados, argumento que a antropologia *na e da cidade* não são formas excludentes de trabalho ou perspectiva, mas que estão intimamente relacionadas e de modo praticamente indissociável.<sup>8</sup>

Em termos práticos, as classificações e inferências trazidas pelo estudo, através da *caminhada narrativa*, derivaram da experiência de caminhar incontáveis vezes pela rua, observando situações e pessoas, na tentativa que delinear seu modo de vida. Vale destacar que nos inícios dessa caminhada eu desfrutava da condição moradora temporária dessa rua (como inquilina), o que me permitiu exercer a *observação participante* de um modo muito proveitoso.

A escrita dessa prática foi organizada de modo a apresentar a rua em dois trajetos, um ascendente e outro descendente. A escolha não foi aleatória, mas uma opção por respeitar a ideia de que a rua tem seu início na Praça Espanha, e ambas possuem uma rede significados imbricados por diversos motivos (rua e praça). A narrativa dos trajetos foi toda composta de texto e imagem, de modo intercalado, buscando o máximo possível alcançar uma *descrição densa* (GEERTZ, 2008) daquele *espaço urbano*.

Grande parte desse registro ocorreu com a produção de fotografias realizadas em campo, utilizando-me de um dos recursos apontados pela *etnografia de rua* (ECKERT e ROCHA 2008, 2003). Também, em minhas caminhadas fui acompanhada por alguns de meus interlocutores de pesquisa. Foram caminhadas em que o olhar e as narrativas deles (interlocutores/nativos) se misturaram com o meu olhar e minha narrativa (pesquisadora/estrangeira), ação que foi determinante na minha interpretação daquela rua enquanto *espaço urbano*. Esses foram um dos momentos mais ricos na *caminhada narrativa*, onde utilizei-me do recurso basilar da técnica do *caminhar junto* (JOLÉ, 2005).

Mas não somente as caminhadas ajudaram a compor minha narrativa. As pausas também fizeram parte importante desse processo. Paradas estratégicas em alguns pontos específicos durante os percorridos me permitiram estabelecer conversas informais com os usuários da rua, bem como,

---

<sup>8</sup> Para este debate dediquei uma subseção específica em minha tese sob o título de “Rua, Antropologia *na e da Cidade* e o Espaço Urbano”, ver em PECIAR (2018).

fazer o registro dos elementos e fatos daquela paisagem urbana material e imaterial. Também dessas pausas ocorreram alguns contatos informais que me renderam boas entrevistas.

Como esboço de sistematização da apresentação da *caminhada narrativa* é possível inferir que: trata-se de uma técnica de pesquisa empregada no estudo de espaços públicos da cidade, onde se deseja realizar uma interpretação deles enquanto *espaço urbano*; configura-se como apoio em situações de pesquisa com grupos de pessoas de extrema heterogeneidade e em constante movimento. Junto a isso, suas práticas incluem: a ação do caminhar sistemático pelo espaço público em estudo de modo solitário, a ação do caminhar pelo espaço público na companhia de alguns interlocutores da pesquisa (usuários do espaço), conversas informais e entrevistas com os usuários do espaço, paradas estratégicas para o registro da paisagem urbana material e imaterial, por meio de recursos audiovisuais e, o estudo do ambiente urbano onde o espaço público de interesse esteja localizado, a busca pelo maior número possível de informações sobre suas imediações e sobre a cidade de contexto da pesquisa.

### **Considerações Finais**

Neste ensaio apresentei uma técnica de pesquisa que denominei como *caminhada narrativa*, e que foi elaborada na perspectiva dos estudos da antropologia urbana. O emprego dessa técnica está associado ao peso que a ideia de *espaço urbano* possa ter em uma pesquisa sobre determinado espaço público. No caso de meu estudo, o espaço público tomado como campo de pesquisa foi o de uma rua, e a categoria de *espaço urbano* foi meu objeto de estudo.

O texto faz parte de um processo, ainda em curso, de tentativa de sistematização da apresentação dessa técnica. Essa sistematização objetiva que outros antropólogos interessados no estudo das cidades possam a vir empregar a *caminhada narrativa* em suas pesquisas. E, também, objetiva estimulá-los a elaborarem suas próprias técnicas de pesquisa, quando sentirem a necessidade de suporte para poder levar a cabo os objetivos de suas investigações.

## Referências

- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- DELGADO, M. Heterópolis: la experiencia de la complejidad. In: DELGADO, M. *El animal público*. Barcelona: Anagrama, 2008. p. 2358.
- DURHAM, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. C. L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 1986. p. 17-39.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia de rua: estudo de Antropologia Urbana. In: Revista Iluminuras, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9160>>. Acesso em: 04 abr. 2014.
- \_\_\_\_\_. Etnografia: saberes e práticas. PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- GOLDMAN, M. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- OLIVEN, R. **A antropologia de grupos urbanos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes. 2002.
- \_\_\_\_\_. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, G. *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 23-36.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 2008.
- JOLÉ, M. Reconsiderações sobre o “andar” na observação e compreensão do espaço urbano. Caderno CRH, Salvador, v.18, n. 45, p. 423-429, 2005.
- MAGNANI, J. G. C. **Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole**. In:
- MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Fapesp, 1996.
- PECIAR, Paola L. R. Caminhada Narrativa: técnicas combinadas em antropologia urbana. In: Territorialidades, Deslocamentos, Paisagens Urbanas e Populações Tradicionais INCT/CNPq Brasil Plural, Florianópolis/SC, UDESC, 2019.
- \_\_\_\_\_. A rua e a justaposição de espaços de permanências e espaços de mudanças: reflexões acerca de uma experiência urbana e etnográfica. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2018.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Recebido em 13/11/2019 | Aceito em 17/03/2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

## UM JORNAL IMPRESSO CONFRONTA O FLUXO URBANO: A EXPERIÊNCIA DO EDITORIAL “PRÓXIMA PARADA: MONTE SERRAT”

---

Priscila de Oliveira dos Anjos<sup>1</sup>

Jefferson Adriano Maier<sup>2</sup>

Luccas da Cunha Coelho<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo contribui para a história da implantação do transporte coletivo no Monte Serrat, comunidade localizada em Florianópolis, a partir da experiência de escrita, editoração e lançamento do jornal “Próxima Parada: Monte Serrat”. O jornal conta a história da chegada do ônibus ao morro e foi lançado na forma impressa em 2018, em um debate que contou com a presença de lideranças locais e moradores da comunidade. Abordamos essas histórias por meio de uma análise sobre a formação socioespacial de Florianópolis e a trajetória de resistência das comunidades residentes do morro da região central da capital.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Monte Serrat; Transporte coletivo.

**Abstract:** This article contributes to the history of the implementation of public transportation in Monte Serrat, a community located in Florianópolis, based on the experience of writing, editing and launching the newspaper “Next Parade: Monte Serrat”. The newspaper tells the story of the bus’s arrival at the community and was printed in 2018, in a conference with local leaders and other residents of the community. We discuss these stories through an analysis of the sociospatial development of Florianópolis and the resistance trajectory of the communities set on the hill in the central region of the capital.

**Keywords:** Journalism; Monte Serrat; Public transport.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Jornalismo pela mesma universidade. E-mail: priscila.oliveira.dos.anjos@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN) vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e graduado em Design Gráfico pela mesma universidade. E-mail: maierjefferson@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN) vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: luccascoelho@gmail.com.

## Introdução

Embora, a partir de 1920 o transporte coletivo faça parte do cotidiano de Florianópolis, foi somente no dia 13 de agosto de 1993 que o ônibus subiu o Maciço do Morro da Cruz, passando a atender à população do Monte Serrat – a comunidade mais populosa da localidade. Essa distância temporal tem ainda maior significado se compreendida a formação socioespacial da cidade, que passa pela ótica do projeto de modernidade levado a cabo durante o final do século XIV e início do século XX: uma concepção de cidade portuária-mercantil, onde políticas de expulsão dos pobres e das(os) negras(os) via desapropriação e demolição dos casebres na região central passam a ser implementadas pelo Estado para a ampliação do domínio territorial dos comerciantes sob um discurso de ordem sanitaria e de “esthetica” (SANTOS, 2009).

Como traz SUGAI (2015, p. 63), o conjunto de obras de saneamento,

[...] No entanto, certamente contribuíram ao processo segregador em curso: afastando os mais pobres e os cortiços de áreas estratégicas como a Av. Hercílio Luz; concentrando os equipamentos e atividades consideradas depreciativas em áreas sem interesse de ocupação pela população de mais alta renda (incinerador de lixo, estação de tratamento de esgoto, cemitério), no extremo oeste da península; saneando e valorizando as praias como área de lazer, solidificando o processo de expansão da população de alta renda para a Praia de Fora (baía norte); impedindo a construção, nas áreas centrais, de edificações fora das novas regulamentações, pressionando, assim, os setores populares a habitarem as encostas de morro, a área continental ou outras localidades mais afastadas, situadas ao longo da Ilha.

Assim, ao tempo que se expulsaram as(os) negras(os) e as(os) mais pobres das regiões privilegiadas e expandiram-se os investimentos públicos – seguindo interesses imobiliários e de classe – nas mesmas localidades, “nasceu” o transporte coletivo de Florianópolis; contraditoriamente, como é a História moderna, tão necessário à dinâmica industrial e comercial das cidades do século XX quanto responsável pela ampliação do direito à cidade das(os) trabalhadoras(es) (VASCONCELLOS, 2001).

Tal transporte, no entanto, não corria os morros da cidade. Mesmo daquelas comunidades localizadas a alguns metros da região central, o transporte coletivo relegou anos de ausência sob justificativas diversas: falta de asfaltamento para a passagem do ônibus; impossibilidade de angariar lucro com os bilhetes, dada a região “pauperizada”; entre outras.

Produzido por nós para o impresso<sup>4</sup> “Próxima Parada: Monte Serrat” e trazido para este trabalho com o intuito de dar visualidade à formação histórica da comunidade, na Figura 1 encontra-se uma

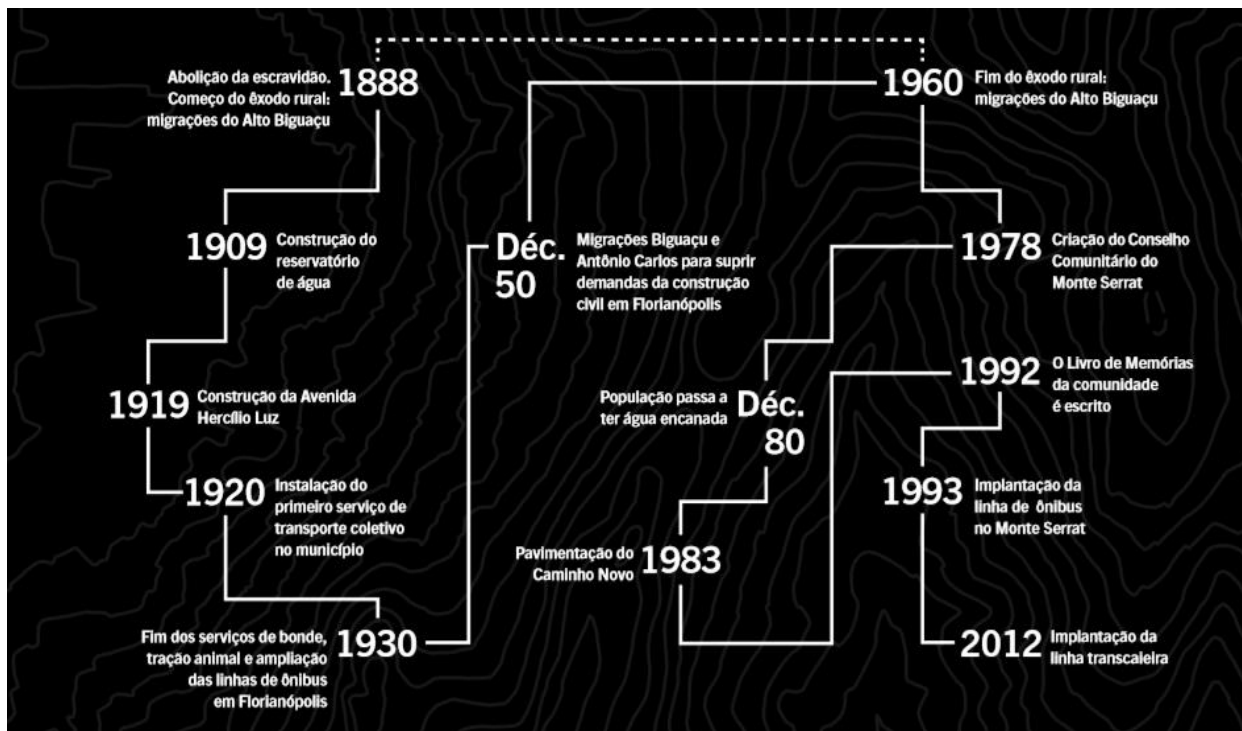
---

<sup>4</sup>O jornal em formato .pdf está disponível em: <<https://bit.ly/pr0ximap4rada>>. Acesso em: abril de 2020.



síntese das diferentes momentos que compõem o desenvolvimento da localidade em relação ao transporte coletivo.

Figura 1 – Infográfico sobre a formação do Monte Serrat.



Fonte: Acervo dos autores..

Santos (2009) nos apresenta três fases na formação do Monte Serrat. A primeira ligada ao fim da escravidão, onde escravos fugidos ou libertos e soldados pobres encontraram na região um local de refúgio, dado que ali afluíam córregos, bicas e fontes de água. A segunda fase deu-se a partir de 1920 após as obras urbanas de saneamento, responsáveis pela canalização do Rio da Bulha (ou Nascente da Fonte Grande), atual Avenida Hercílio Luz, que, dentre outras violências, aliou a expulsão das negras que viviam como lavadeiras nesta região à necessidade das famílias abastadas em manter tal relação com as antigas escravas domésticas – agora trabalhadoras “livres” que permaneceram fazendo as lavanças vivendo na encosta do morro. A terceira e mais proeminente fase foi nos anos 1950 e 1960 com a ascensão da construção civil em Florianópolis, quando migrantes negros e empobrecidos de Biguaçu e Antônio Carlos vieram em busca de trabalho. Sobre a última fase, Santos (2009, p. 590) complementa:

A partir da década de 1950, o crescimento pela migração para o Morro esteve ligado ao desenvolvimento da construção civil na cidade. Segundo Raulino Reitz (1988, p. 59), com o fim da escravatura, famílias de escravos libertos no Alto Biguaçu (atual município Antônio Carlos) como a dos Cardoso e Costa a princípio permaneceram nas fazendas em que viviam,

depois formaram grupos ao longo do Rio Canudos, na Rua Velha, no Bananal, a Oeste da margem esquerda do Rio Negro, em Biguaçu. Durante a década de 1950, seus descendentes migraram para Florianópolis para trabalhar na construção civil. [...]

Na década de 1950, teve início um processo de verticalização da cidade com os primeiros prédios com mais de 4 andares, um novo período de “modernização” urbana, do primeiro plano diretor da cidade. Nessa década, a construção civil teve os maiores investimentos feitos pelo Estado e, na década seguinte, a indústria da construção civil estava estabelecida. A pesquisa de Nereu do Vale Pereira: “Desenvolvimento e modernização” sobre Florianópolis revelou que a década de 1960 foi a de um marco de mudança no processo de crescimento imobiliário da cidade. O crescimento do Monte Serrat estava relacionado ao crescimento da construção civil, que durante aquela década estava ligado ao impulso imobiliário gerado pela instalação da UFSC. Este processo que Pereira chamou de “modernização” foi marcado por novos padrões de moradia e de novos interesses imobiliários impulsionados por um crescimento urbano que gerou profundas modificações na cidade, principalmente no centro, com a demolição de casas e sobrados de arquitetura portuguesa que foram dando lugar aos edifícios. Tudo construído pelos trabalhadores que viviam nos Morros. Esse período estudado pelo professor Nereu foi o de estabelecimento de um dos principais agentes produtores do espaço urbano atual de Florianópolis, os promotores imobiliários.

Enquanto crescia vertiginosamente a ocupação “irregular” a partir da autoconstrução de residências no Maciço Morro da Cruz, a cidade desenvolve o seu primeiro Plano Diretor (1952). Baseado nos princípios racionalistas e desenvolvimentistas, marcas do momento histórico que passava o Brasil, os urbanistas responsáveis por tal plano assim descrevem as “áreas pobres” presentes na região central da cidade:

Há existência de núcleos de malocas nas zonas periféricas do centro urbano. Estes núcleos, que tomam conta de Florianópolis, como em outras cidades brasileiras com a feição de verdadeiros aldeamentos primitivos, são a mais viva expressão urbanística de nosso atraso econômico. (RIBEIRO, PAIVA e GRAIF, 1952, in. SANTOS, 2009)

A história do Monte Serrat é marcada não somente pelo abandono do poder público na consolidação da infraestrutura necessária para se ali viver, mas pelo racismo estrutural que organizou/organiza os planos urbanos à escala municipal, estadual e nacional. Mais essencial que o transporte coletivo, o acesso a água encanada chegou somente em 1980, mais de setenta anos depois da instalação da “caixa d’água” localizada na comunidade e construída em 1909, servindo para abastecer todo o centro da cidade. Até então, a caixa d’água fornecia uma torneira de água para a população residente no morro “E olha, era fila. Eles colocaram a torneira fora do pátio da caixa, e quem tomava conta da Caixa quase não deixava nós entrar” (ANJOS, 2016), conta a moradora Elizabeth Ferreira, de 68 anos. SANTOS (2009, p. 592, grifo nosso) apresenta que

A comunidade não tinha suas reivindicações atendidas pela prefeitura da mesma forma como eram atendidos os moradores dos bairros oficiais da cidade. Quando reivindicaram o calçamento do caminho principal do Morro, a prefeitura apenas forneceu o material e o pessoal técnico, à comunidade coube todo o trabalho, principalmente o de abrir as valas. O operador da máquina retroescavadeira da prefeitura tinha que ser pago pelos moradores. Cada um dava

500 réis, assim o trabalho na vala ficava mais descansado. Os homens reuniam-se na igreja, Uma turma pela manhã e outra à tarde. A Prefeitura dava o material, a comunidade fazia o serviço. À noite bebendo café trazido pelo Pedro Cassimiro, coordenador, faziam vigia do material para que não fosse roubado, principalmente os tijolos. Também trabalhavam à noite para adiantar o mutirão nos finais de semana. Assim que as obras no Monte Serrat foram feitas. Tudo o que a comunidade do Monte Serrat conseguia era na luta, discutindo com os técnicos que sempre apontavam uma série de obstáculos para atender as reivindicações. Foi pressionando a prefeitura que conseguiram o calçamento o saneamento: a água, o esgoto, o posto de saúde.

A formação do conselho comunitário em 1978 é um marco para o avanço da infraestrutura da comunidade. Se “a solidariedade era algo muito presente, que fazia parte da vida no Monte Serrat [...]” (SANTOS, 2009, p. 589), foi a “organização da solidariedade”, em torno de um projeto de enfrentamento a gestão urbana<sup>5</sup>, que deu forças para a consolidação de uma agenda para a cidade que contasse com a existência do morro para além de sua participação na paisagem.

Este artigo busca, a partir da experiência prática constituída pela editoração e impressão da grande reportagem “Próxima Parada: Monte Serrat – a conquista do transporte coletivo nos morros de Florianópolis”<sup>6</sup> –, demonstrar a importância do transporte coletivo para a comunidade do Monte Serrat, perpassando sua história e memória de resistência. Nesta época, o Monte Serrat já era a mais populosa das comunidades do Maciço. De acordo com dados do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), 2.100 pessoas habitavam a comunidade em 1993. Hoje, 23 anos depois, com 10 mil habitantes, a linha Monte Serrat conta com transporte a cada 40 minutos nos dias úteis.

### **Narrativas da luta pelo transporte público no Monte Serrat**

No letreiro do ônibus está escrito Monte Serrat, mas ao dobrar na Rua General Vieira da Rosa (considerada a via principal) o transporte coletivo reunirá pessoas das mais diversas localidades que integram a comunidade mais populosa do Maciço do Morro da Cruz (cerca de 10 mil habitantes).

Enquanto a Nova Descoberta é uma viela longa cortada por uma estreita escadaria, o Pastinho tem sua própria rua principal e outras pequenas escadarias e ruas. Se para chegar no Alto Caieira, o ponto final do ônibus, pode-se passar a igreja e a escola, é possível também chegar ao mesmo ponto final sem passar por nenhum dos locais citados, para isso é só subir a escadaria da rua José Boiteux.

---

<sup>5</sup> É importante frisar que, quando se fala de “gestão urbana”, busca-se significar algo maior do que o governo urbano. Como coloca Harvey (1996), o poder de organizar o espaço advém de um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais, que formam coalizões políticas e alianças de classe.

<sup>6</sup> Produzida em 2016 como Trabalho de Conclusão de Curso no programa de graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela jornalista Priscila dos Anjos (cf. ANJOS, 2016).

Durante os três meses de trabalho de campo realizado no ano de 2016, as narrativas dos moradores do Monte Serrat mostraram uma comunidade diversa que teve na luta pelo direito ao transporte público na década de 90 a viabilização de um espaço em movimento que passou a transitar todas essas localidades.

Para então compartilhar histórias de moradores daquela região nos seus esforços diários a fim de chegar às escolas, trabalhos e realizar outras atividades fora da comunidade sem o auxílio do transporte público e 25 anos depois com a implantação da linha de ônibus, que foi produzida a reportagem Próxima parada: Monte Serrat – O itinerário da recente história do Transporte Coletivo na comunidade mais populosa do Maciço do Morro da Cruz.

Parte dessas histórias foi narrada por moradores que “nasceram no Monte Serrat”, como costumam afirmar aqueles que vivem na comunidade por toda a vida. Esses narradores enfatizaram o caráter de luta da comunidade na história da implementação do ônibus, isso porque antes de chegar o transporte a comunidade precisou se organizar em mutirão para colocar lajotas no chão de barro que cortava o Monte Serrat.

Nana Um deixou de sujar os pés, em 1983, quando as primeiras lajotas foram colocadas no morro. O acesso à comunidade era feito por duas vias: a Rua Nestor Passos, chamada pelos moradores como o caminho velho: íngreme, barrento, até certo ponto estrada, depois trilha, até hoje inviável para os mais velhos e cansativo para os mais novos, e a Rua General Vieira da Rosa (via da igreja e da sede da Copa Lord), na época mais aberta, menos custosa, só que também barrenta. Foram as dificuldades vivenciadas pelos moradores, nos dois caminhos, que fizeram que membros do Conselho Comunitário, naquele ano, procurassem o prefeito Cláudio Ávila, com a reivindicação de pavimentar a ‘General Rosinha’. (ANJOS, 2016).

O pedido à prefeitura foi parcialmente atendido. Foram fornecidos lajotas, tijolos, pá e marreta. A contrapartida, ou seja, a mão-de-obra, teria que vir da comunidade. O chamado foi feito pelo Conselho Comunitário que convidou a população do Monte Serrat a formar um grupo de trabalho para construir o caminho novo. A obra começou com a participação de 29 pessoas, entre mulheres, homens e crianças. Quem batia o ponto de manhã em seus trabalhos à tarde ajudava o mutirão e quem só descia o morro depois do almoço abria as valas na estrada, pela manhã.

A luta dos moradores materializada por meio das narrativas sobre o trabalho braçal para a pavimentação da Rua General Vieira da Rosa também foi composta por meio de um esforço político do Conselho Comunitário do bairro. De acordo com membros do Conselho das décadas de 80 e 90 – Carlos Cardoso, Maria de Lourdes da Costa Gonzaga (Uda) e João Ferreira de Souza (Teco) –, a necessidade de um transporte público para a comunidade sempre foi pauta presente nas reuniões do Conselho e nas negociações com os administradores municipais.

Os governos municipais de Edison Andrino (1986-1989) e de Esperidião Amin (1989-1990) não atenderam a pauta de transporte público da comunidade. Foi só durante a campanha eleitoral de 1992 que a implantação de ônibus pareceu possível para membros do Conselho. Naquele ano, Sérgio Grandó (PPS) e Afrânio Boppré (PT) lançaram, consecutivamente, candidaturas para prefeito e vice-prefeito. A coligação era a Frente Popular, que com oito partidos (PPS, PDT, PT, PSB, PV, PSDB, PC do B e PCB) conseguiu eleger Grandó, Boppré e cinco vereadores. Foi em um comício, em frente à igreja, lembraram os moradores, que Sérgio Grandó prometeu que colocaria ônibus no morro se eleito. Assim afirmou Carlos Cardoso, membro do conselho comunitário no ano de 1992:

A gente conquistou a moradia, a estrada, mas daí via que o pessoal mais antigo não conseguia descer. Então era preciso uma política de habitação e também uma de mobilidade urbana. Tudo que se comprava lá embaixo tinha que subir no táxi ou nas costas. Era um gasto imenso. Com o ônibus foi um ganho de saúde, de vida e até econômico. (ANJOS, 2016).

A apuração dessas e outras narrativas de luta foram realizadas por meio de uma experiência de residir e apurar por três meses na comunidade, pesquisas documentais, o constante ato de anotar conversas que ouvia no ônibus e interações entre os moradores e em entrevistas nas casas dos moradores. O referencial prático foi orientado por técnicas jornalísticas de apuração (FERRARI e SODRÉ, 1986), mas também por métodos apropriados de outras disciplinas. O método de observação participante, por exemplo, foi utilizado por meio de reflexões sobre o uso do método no jornalismo por Amaro (2004, p. 2):

Neste tipo de método investigativo, o principal instrumento de pesquisa é o próprio jornalista-investigador. Ele observa os locais, os objetos e os símbolos, bem como as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de falar, presta atenção às situações, aos ritmos, aos acontecimentos. Participa, de alguma maneira, no cotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas; por vezes entrevista-as mais formalmente. É frequente encontrar "informantes privilegiados", interlocutores preferenciais com quem contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspectos a que não pode ter acesso direto.

Finalizada em julho de 2016, a reportagem foi apresentada como um Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo da UFSC. Assim que foi avaliada pela banca de docentes do curso de jornalismo a reportagem foi publicada no site do coletivo de mídia independente Maruim (maruim.org). No site de notícias sobre a cidade de Florianópolis, a reportagem teve mais de 10 mil acessos, sendo compartilhada por diversos outros coletivos e organizações da cidade, como o coletivo Catarinas, a cooperativa Desacato, dentre outros.

O conteúdo no meio digital, porém, por mais que permita certa “democratização” da informação, exclui, pela desigualdade da população no acesso a tal meio. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2015, que mede a posse, o uso, o acesso e os hábitos da população brasileira em relação às tecnologias de informação e de comunicação, somente 56% dos domicílios têm acesso à internet e, entre os pobres e periféricos, este percentual cai para 28%.

Neste sentido, em agosto de 2016, deu-se início ao projeto gráfico de um editorial, em formato berliner (25,5x40cm), preto e branco, impresso em papel jornal, que desse conta de concentrar a reportagem completa e traduzi-la conceitualmente em elementos gráficos.

Para a distribuição gratuita de tal material, pensou-se em produzir a primeira edição a partir de uma campanha de financiamento coletivo. Entre os meses de abril e julho de 2017, dialogando com os centros de mídia independente e produtores culturais, principalmente aqueles envolvidos com a cultura negra, realizou-se o financiamento da primeira edição do jornal, que distribui 5 mil cópias pela comunidade do Monte Serrat. Contando com a parceria de projetos como o Samba de Terreiro<sup>7</sup>, realizado na Escadaria do Rosário, bem como de diversas entidades sindicais, coletivos e movimentos sociais, divulgou-se o financiamento coletivo e a reportagem por diversos meios de comunicação, tanto físicos quanto virtuais. Para isso contou-se com a produção de uma série de materiais publicitários, desde panfletos e cartazes a imagens para as redes sociais.

### **A experiência do debate sobre o transporte público a partir da publicação do jornal impresso**

Após o financiamento coletivo e impressão do jornal, realizamos então, em conjunto com o Conselho Comunitário da comunidade, o lançamento da publicação. O evento ocorreu em maio de 2018 com a proposta de realizar um debate amplo sobre o funcionamento do transporte público. Realizado na rua em frente à sede do conselho, o evento contou com apresentação cultural de um cantor que é morador do Monte Serrat, e uma apresentação do bloco de samba-reggae Cores de Aidê, grupo que costumava ensaiar no pátio da Caixa d’água, na comunidade.

O lançamento aconteceu ao longo da via com os moradores em um sábado ensolarado, 12 de maio, que também era dia de jogo do Figueirense Futebol Clube<sup>8</sup>, time de muitos moradores da região

---

<sup>7</sup> O projeto Samba de Terreiro traz parte da velha-guarda da Copa Lord (escola de samba do Monte Serrat) para um espaço construído por negros no centro de Florianópolis.

<sup>8</sup> Conhecido popularmente como Figueira, o clube foi fundado em 1921 na região central da cidade, e mesmo com seu deslocamento para o continente, ainda mantém forte relação com os moradores dos morros e comunidades da ilha.



que desciam uniformizados para assistir à partida no centro da cidade. E dia das mães, mulheres que perpassam toda a reportagem.

Com habilidade, o motorista desvia dos carros estacionados ora à esquerda, ora à direita para facilitar a passagem do ônibus. A rua ainda silenciosa é tomada pelo ruído do esforço que o motor faz para subir o morro. São 6h45 da manhã, horário em que trabalhadores, estudantes e mães com suas crianças no colo esperam pela segunda viagem do dia da linha Monte Serrat. (ANJOS, 2016).

Aos poucos, os moradores que desciam e subiam a rua ouviam as falas pelo microfone e paravam para acompanhar a conversa, alguns tomaram assento e ficaram até o final. A conversa foi interrompida algumas vezes para a passagem do ônibus, que inviabilizava ouvir as vozes do debate, mas que fora sempre recebido por aplausos. Iniciou-se então, naquele momento, uma comemoração dos 25 anos da implementação do ônibus (FIGURA 2).

**Figura 2 – Foto do lançamento na comunidade.**



Fonte: Acervo dos autores.

O morador da comunidade Babyton Santos<sup>9</sup> fez sua leitura sobre o acontecimento:

<sup>9</sup> A fala de Babyton Santos foi filmada durante o lançamento do jornal.

A gente pouco comemora e celebra uma conquista quando ela vem do povo, a gente esquece. Em 25 anos é a primeira vez que a gente lembra dessa data, né, então acho que é muito importante a gente registrar isso e materializar essa conquista. A história do Monte Serrat ela é feita de conquistas, né, o Monte Serrat, ou Morro da Caixa pra gente que é mais antigo. A gente tem uma caixa d'água aqui que abastecia a cidade toda e a própria comunidade não tinha água, as mulheres mais antigas, as famosas lavadeiras, tinham que ir lá em cima buscar água na bica pra poder abastecer suas casas, poder lavar roupa, poder fazer seu alimento.

A noção de luta então se desdobra em diferentes significados compostos pelas vivências dos moradores. Seja ao enfrentar o morro a pé para lavar roupas das elites florianopolitanas, ou reivindicando aos órgãos públicos os seus direitos. Como o geógrafo André Luiz Santos coloca, “tudo o que a comunidade do Monte Serrat conseguia *era na luta*” (p. 592), antes mesmo de lutar pelo transporte coletivo, a comunidade já havia conquistado o direito de poder ter acesso à rede de abastecimento de água: mesmo que a caixa d'água tivesse sido construída em 1909, foi apenas nos anos 80 que os moradores do morro puderam usá-la (SANTOS, 2009, p. 591). O calçamento da rua principal é outro exemplo de conquista pela comunidade, a prefeitura deu apenas os materiais e o pessoal técnico, todo o trabalho de mutirão de obras ficou por conta dos moradores (SANTOS, 2009, p. 592).

Para alguns moradores presentes no evento de lançamento do jornal, o resgate e a divulgação dos processos de luta e conquista de direitos para a comunidade, ou seja, a possibilidade do conhecimento da história de dinâmicas políticas do território por moradores jovens ou que recém migraram para a comunidade foi interpretado como uma possível potência que se faz necessária para que se continue em luta, já que os desafios ainda persistem.

Outras falas citaram de que maneira as lutas continuam necessárias para poder garantir direitos já conquistados. O morador Jair, ex-presidente do Conselho, faz uma fala no debate realizado no lançamento do jornal que rememora, por exemplo, os problemas enfrentados pela comunidade após as obras do PAC em 2013:

Eu lembro quando nós alargamos as ruas aqui, as pessoas estacionaram os carros e eles tiraram o ônibus naquele período, o ônibus passava só lá naquela rua, subia e descia, aqui não tinha mais o ônibus que subia pelo menos. Nós fechamos aqui durante uma manhã toda, chamamos a imprensa. Né, seu Teco? Nossa comunidade aqui, a nossa diretoria da época, e eles retornaram com o ônibus aqui de novo, né, mas não tinha ônibus mais que subia por aqui. Então essa é uma luta constante que precisa continuar, né, as obras do PAC: eles vieram e alargaram e melhoraram a rua, a promessa era pra cada servidão dessa ter uma melhoria, escadaria com esgoto. Enfim e ainda não aconteceu, eles melhoraram apenas a parte central da nossa comunidade, a nossa luta precisa continuar.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Fala filmada durante o lançamento do jornal.



Durante o debate foram levantadas pelos moradores diversas situações ligadas ao uso do ônibus nos últimos tempos: os poucos horários; a falta de pontos de ônibus que tenham cobertura para que os moradores não estejam expostos às variações climáticas; e a prática das “caroninhas”, que consiste no ato de usar o transporte sem pagar a passagem, embarcando pela porta traseira do veículo. Esse último problema, conforme foi colocado pelos moradores, não é tão novo, mas na época do lançamento do jornal atingia um patamar insustentável. As diversas tentativas de resolver esse problema sugeridas ao longo do debate merecem por si só um trabalho de pesquisa à parte, por isso não serão aprofundadas aqui.

Foi interessante perceber, ao longo do evento, de que forma um jornal sobre narrativas resgatadas a partir da comunidade foi apropriado por moradores da própria comunidade como um material importante para a organização comunitária em torno de pautas diárias, como se o contato com essas histórias pudesse mobilizar a comunidade para novas lutas e para a manutenção dos direitos já conquistados, evidenciando então a necessidade de ter os moradores do Monte Serrat como agentes protagonistas dessa luta.

### **Conclusão**

Ao ser impressa e distribuída na comunidade do Monte Serrat, a reportagem ganhou potência como instrumento para o reconhecimento das diversas histórias de lutas e conquistas de tal território. A partir do jornal, novas narrativas sobre a cidade surgem, fazendo com que os cidadãos transportem suas vivências e opiniões acerca do transporte coletivo e do fluxo de pessoas em Florianópolis, abrindo possibilidades para a intensificação da participação dos sujeitos nas decisões políticas de diversas escalas – rua, bairro, cidade, região, estado e país. Um exemplo foi o debate organizado pelo Conselho Comunitário tematizando o transporte público no bairro e girando em torno de uma campanha pela preservação do ônibus.

A inserção do jornal no âmbito da cidade também despertou o interesse pedagógico do material. Em específico, no Colégio Marista, que atende centenas de crianças residentes do Morro da Caixa, onde foram realizadas atividades escolares tendo o jornal como fonte de informações sobre a história da comunidade.

Desta forma, trazer elementos sobre de que forma o conhecimento da história de um território como potência de movimentação popular, em meio a materiais noticiosos que negligenciam o Monte Serrat como fonte de notícias, foi o que pretendemos ao desenvolver este trabalho. Visualizamos ainda

a necessidade de, em um diálogo com o meio acadêmico, conceituar esta experiência vivenciada no Monte Serrat, aprofundando-a sob diferentes perspectivas temáticas em trabalhos futuros.

## Referências

AMARO, Vanessa Fernandes. **Vivendo na pele do outro**. A observação participante para desvendar a favela da Rocinha, no Brasil. Portugal: Universidade Nova de Lisboa, 2004.

ANJOS, Priscila Oliveira dos. **Próxima parada: Monte Serrat**. O itinerário da recente história do transporte coletivo na comunidade mais populosa do Maciço do Morro da Cruz. 2016. Disponível em: <<https://readymag.com/jorufsc/proximaparadamonteserrat/>>. Acesso em: 15 julho 2019.

ANJOS, Priscila O. dos. **Próxima parada Monte Serrat**: o itinerário da recente história do Transporte Coletivo na comunidade mais populosa do Maciço do Morro da Cruz. RELATÓRIO TÉCNICO do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Projetos Experimentais ministrada pelo prof. Fernando Crocomo no primeiro semestre de 2016.

FERRARI, Maria Helena; Sodré, Muniz. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-200). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**: análises das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

Recebido em 22/11/2020 | Aceito em 27/03/2020



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

# UMA ANÁLISE SOBRE O INTERESSE NEOLIBERAL NO TERRITÓRIO CATARINENSE

---

Lucas André Pereira Domingos<sup>1</sup>

**Resumo:** As cidades de hoje são reflexo do capital financeiro, mais explicitamente como resultado dessa relação as metrópoles acabam por se tornar centros de poder que fomentam a desigualdade social e a segregação do espaço urbano. A nova dinâmica espacial contemporânea se adapta as novas estratégias do capital. Entender de que maneira as relações financeiras afetam o espaço e o espaço afeta as relações financeiras é um esforço necessário e fundamental para se repensar o planejamento urbano. Desta forma essa análise propõe identificar o comportamento do mercado dentro do ambiente construído, através do mapeamento da expressão neoliberal pelo território catarinense. Os resultados desses mapeamentos apontam uma manifestação expressiva desses itens levantados como representativos do interesse imobiliário na Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí. O que pode ser explicado pela dinâmica linear promovida pela rodovia federal BR101 que concentra infraestruturas e o fluxo de mercadorias e pessoas. Onde a região litorânea se aproveita da condicionante natural (costeira) para desenvolver uma economia baseada no turismo.

**Palavras-chave:** Capital Financeiro. Espaço Urbano. Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí. Território Catarinense.

**Abstract:** The cities of today are a reflection of financial capital, more explicitly as a result of this relationship, the metropolises end up becoming centers of power that foment social inequality and the segregation of urban space. The new contemporary spatial dynamics adapts itself to the new strategies of capital. Understanding how financial relationships affect space and space affects financial relationships, it's necessary a fundamental effort to rethink urban planning. In this way, this analysis proposes to identify the behavior of the market within the built environment, through mapping of the neoliberal expression in the territory of Santa Catarina. The results of these mappings indicate the real estate interest in the Metropolitan Region of Foz do Rio Itajaí. This can be explained by the linear dynamics promoted by the BR101 federal highway that concentrates infrastructures and the flow of goods and people. Where the coastal region takes advantage of the natural condition to develop an economy based on tourism.

**Key-words:** Financial capital. Foz do Rio Itajaí. Market. Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Itajaí e pesquisador do NAUI - Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural - vinculado a UFSC| domingosp.lucas@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A cidade, segundo Lefebvre (2001), é uma obra calçada no uso em detrimento à mercadoria, por isso não há porque a cidade seguir a lógica do capital. Desta forma é possível entender que a cidade deve prover o bem-estar social e valorizar as relações pessoais, e não o lucro. No entanto é no lucro e na ideia de gerir e não governar que a política municipal vem se apoiando.

Para Harvey (1992) a latente transformação urbana, impulsionada pelo crescimento da economia, demarca e representa o que chama de pós modernidade. A urbanização deslança como a principal maneira de acumulação de capital planetária, e é essa forma de acumulação que vem esmagando populações inteiras nos grandes centros urbanos – seja por conta do transporte público, da insegurança e violência urbana ou da precariedade dos serviços públicos prestados.

O neoliberalismo passa a produzir o espaço e esse passa a ser um novo produto do capital. No entanto não é a todos que é permitido consumir. Nesse contexto as parcerias público-privado ficam cada vez mais intensa, no entanto nessas parcerias prevalecem o poder financeiro. O Estado comumente entra com a infraestrutura, incentivos fiscais e facilitações, já o poder privado entra com o embelezamento, a privatização dos espaços e a segregação. (DE MAGALHAES & CARMONA, 2006). Em suma cabe ao Estado os custos e responsabilidades e ao mercado o lucro e o controle.

Traçando a relação entre o fim do Direito à Cidade e a condição pós-moderna pode-se encontrar a solução para esse impasse territorial que está justamente ligado ao uso do excedente do capital na construção das cidades que resulta na expulsão da população em favor da especulação.

Levando em conta estas constatações, ao se debruçar sobre um território delimitado, esse artigo se propõe a ser o que Castells (1983) chama de “investigação acabada” [talvez sem a pretensão de apresentá-lo como algo concluída]. Mesmo assim, leva em consideração a crítica que a escola francesa de sociologia urbana<sup>2</sup> faz a respeito de uma demasiada preocupação com o estudo da vida urbana e ausência de investigações originais interessadas em pôr em prática ou confrontar essas reflexões sociológicas. Para isso a metodologia aplicada ao tentar comprovar a existência do fenômeno da neoliberalização no estado de Santa Catarina se apoia no mapeamento das mudanças sofridas no espaço urbano.

---

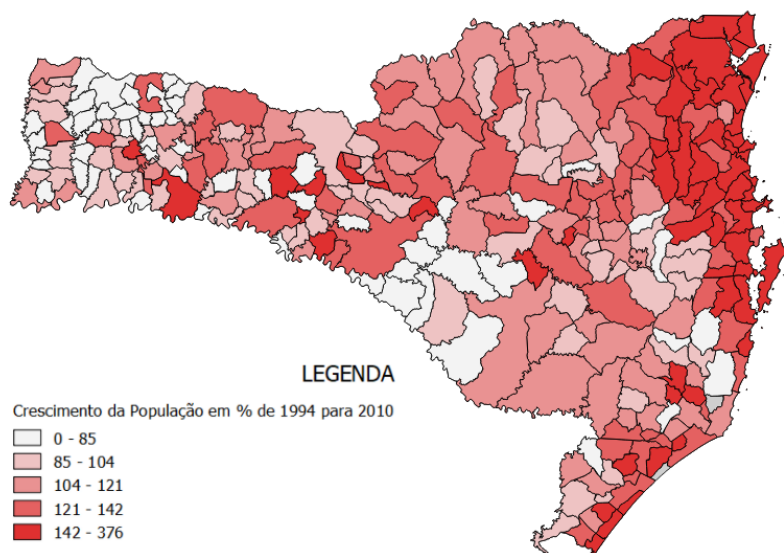
<sup>2</sup> Castells (1983), que foi um dos principais nomes do pioneirismo que trouxe a “cidade” como tema para sociologia, já criticava o fato dessa chamada sociologia urbana se propor e de fato desenvolver muitos projetos de estudo, mas poucas investigações acabadas. O que Castells questionava de algum modo era a efetividade dessa ciência que se propunha a desenvolver teorias, mas não se preocupava em acompanhar sua empregabilidade no mundo real. Existia para ele, então, dentro da sociologia urbana, uma demasiada preocupação com o estudo da vida urbana e poucas investigações originais.

## A METROPOLIZAÇÃO NO TERRITÓRIO CATARINENSE

Um dos principais se não o principal fenômeno que deve ser observado para analisar a metropolização de Santa Catarina é a litoralização. Esse desenvolvimento litorâneo que ocorre no estado envolve não só a população, mas também as atividades econômicas.

No entanto não é isso que exclui o processo de metropolização que Santa Catarina vem sofrendo nos últimos anos. Mesmo a região da costa sendo a área mais densa e povoada do estado o que imprescindivelmente resultará numa saturação, é ainda de longe a região com maior ganho populacional como é possível observar no mapa seguinte que aponta o crescimento populacional em % de 1994 a 2010.

**Figura 1** – Crescimento Populacional em % de 1994 para 2010.



Fonte: O autor, 2018.

Dado: IBGE

O fato do crescimento populacional do estado se concentrar massivamente no litoral aponta o interesse das pessoas em habitarem essa região, pois acreditam que nela encontrariam mais infraestrutura e oportunidades de vida.

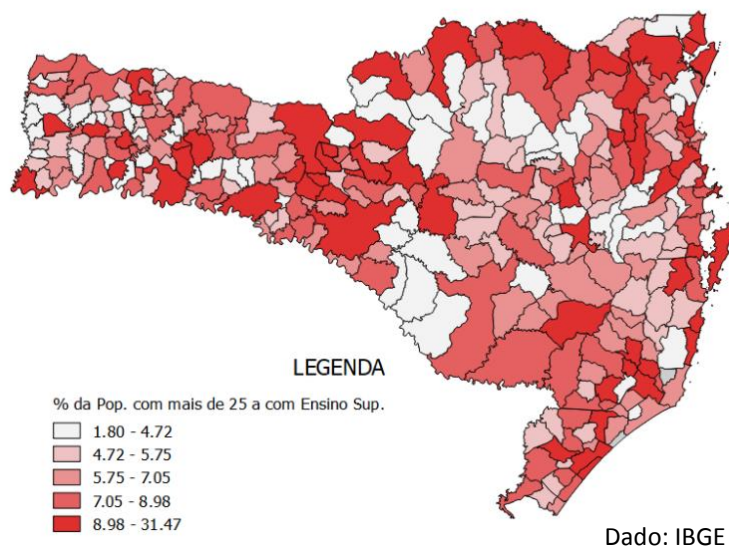
Devido ao forte processo de litoralização (que é de forma resumida o interesse das pessoas, do Estado e do mercado pela região costeira) presente em Santa Catarina e ao grande destaque das maiores cidades do estado se concentrarem não conscientemente ao longo da BR101 (que também indica um eixo litorâneo por todo o país), esta metrópole se apresenta como um objeto complexo passível de ser estudado dentro das dinâmicas neoliberais. O que, tradicionalmente, afirma Maricato (2017), virão a confirmar o interesse imobiliário pela região, que aquece a economia e impulsiona também

megaempreendimentos que alteram a lógica de governança. Assumindo agora uma postura que toma a financeirização como um ator principal das tomadas de decisões políticas. É evidente que a lógica que esse modelo neoliberal que promove a competição entre as cidades ao buscarem entre si os grandes investidores privados, que por sua vez operam com auxílio de leis e incentivos governamentais, tem impacto sobre a cidade. Esse impacto pode ser sentido no dia-dia das pessoas.

Essas consequências costumam aparecer globalmente, segundo Carmona (2010), como: a internalização das atividades que antes aconteciam ao ar livre; a criação de barreiras no espaço público em função do espaço privado; os espaços “públicos” corporativos; as novas normas de posturas e condutas do espaço urbano; os guetos que se elitizam e saem das ruas assumindo ambientes arquitetônicos fechados e exclusivos; a uniformização da cultural resultante do desaparecimento do comércio local; a privatização da segurança; e os grandes centros de consumo e lazer exclusivos.

Ainda seguindo o pensamento de Harvey (1992) outra característica importante que demarca uma nova dinâmica espacial pode ser percebida pela especialização das grandes cidades. Após a financeirização<sup>3</sup> do capital não há mais sentido para centralização das indústrias dentro do território urbano, por isso essas passam cada vez mais a se localizar nas marginais da cidade, dando espaço para o surgimento de serviços cada vez mais específicos.

**Figura 2** – % da Pop. acima dos 25 anos com Ens. Sup. Completo – 2010.



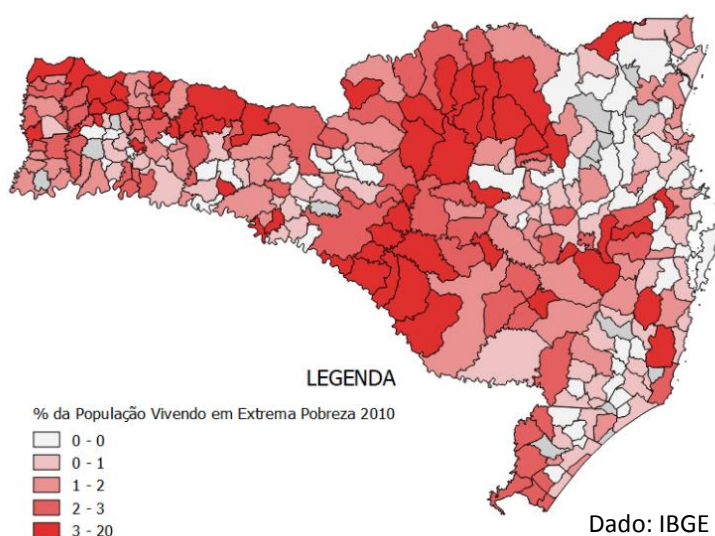
Fonte: O autor, 2018.

<sup>3</sup> O processo de financeirização pode ser entendido com a importância das transações e dos mercados financeiros dentro do sistema econômico. Onde o acúmulo de capital se dá a partir do dinheiro, gerando mais dinheiro. Sem existir para tal uma produção. Na cidade isso se manifesta a partir da especulação imobiliária e do rentismo urbano. (Harvey, 2007)



Apesar de haver certa distribuição da população com Ensino Superior completo em Santa Catarina, há destaque para Florianópolis e Balneário Camboriú, respectivamente as duas cidades com maior % da população com Ensino Superior. O processo de litoralização é caracterizado fundamentalmente pelo desenvolvimento, ou melhor dizendo, pela concentração de oportunidades dentro de determinado espaço urbano. No mapa a seguir é possível observar que as cidades que concentram as maiores taxas de pobreza se concentram na margem da região costeira. De certa forma é possível ler esse como um processo periférico da litoralização.

**Figura 3 – % da Pop. Vivendo em Extrema Pobreza – 2010.**



Fonte: O autor, 2018.

Apesar de estar lidando aqui com a escala Estadual e Municipal esse processo de centro/periferia é algo sentido desde a escala global. Milton Santos (2015) lembra que o processo de centralidade e periferia promove desigualdades e aprisiona os territórios nesse ciclo de dependência do interesse do capital.

### **AS REGIÕES METROPOLITANAS CATARINENSE NA MIRA DO MERCADO FINANCEIRO**

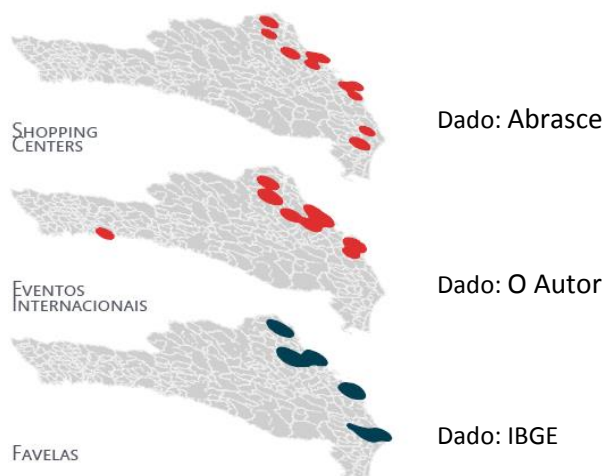
As sobreposições dos mapas em escala estadual apontam sem dúvida para o processo de litoralização que Santa Catarina vem sofrendo, no entanto, o mapeamento a seguir de Shoppings Centers, Favelas e Grandes Eventos no estado resultará um recorte mais fino.

O fato de a região litorânea concentrar a menor porcentagem da população extremamente pobre de Santa Catarina e ao mesmo tempo as únicas favelas do estado apontam para uma intensa desigualdade social que vista em um panorama macro é diluída pela grande concentração populacional.



Este processo de certa maneira é institucionalizado a partir dos grandes eventos e interesses do capital em produzir mais espaço. Esses grandes eventos que embelezam e “revitalizam” o espaço urbano contribuem para valorização dos imóveis gerando uma pressão imobiliária que expulsa a população mais pobre para regiões periféricas.

**Figura 4 – Shoppings, Eventos Int. e Favelas em SC – 2017.**



Fonte: O autor, 2018.

A presença dos shoppings de certa forma aniquila a possibilidade do surgimento ou da manutenção de uma economia local pautada na identidade cultural, promovendo assim não lugares cada vez mais hegemônicos. Diferente das galerias comerciais do século XX, os shoppings de modo algum poderiam ser entendidos como uma loja grande, ou um simples conjunto de loja. A estrutura necessária para abrigar um shopping-center altera também a relação das pessoas com aquele espaço. (SARLO, 2009)

O shopping-center [...] é um empreendimento comercial, mas, antes disso, é um empreendimento imobiliário. Isso significa dizer que a iniciativa de construção de shopping-centers está nas mãos dos empresários comerciantes. As exceções são raras. O capital necessário para a concretização de um empreendimento dessa natureza é vultoso e, dessa forma, há necessidade muitas vezes, para não dizer na grande maioria dos casos, de os recursos serem conseguidos junto à bancos públicos e privados. (PINTAUDI, 2017, p. 29-48)

Respeitando os destaques nas sobreposições dos mapas anteriores e os de escala estadual o presente estudo se apoia nas regiões metropolitanas estabelecidas por lei Estadual. São elas as regiões metropolitanas de Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis. (Nas metrópoles de Joinville, de Florianópolis e de Blumenau - por se tratarem de metrópoles muito extensas - foram levantados dados

apenas dos seus núcleos ignorando suas áreas de expansão, acreditando que por se tratarem de cidades menores com pouca representatividade econômica dificilmente apresentariam expressões clara do neoliberalismo na produção do espaço construído.)

Joinville está fortemente relacionado com Curitiba, sendo evidentemente a periferia de um processo de metropolização já consolidado. Enquanto Blumenau apresenta numerosos aglomerados subnormais analisando sua história é fácil traçar uma relação dessas favelas com a quebra de um sistema fabril e com a construção da estrada de ferro que atraiu milhares de trabalhadores. O que faz uma ligação com um período industrial anterior as dinâmicas do neoliberalismo. É inegável que tanto Joinville como Blumenau estão atrelados a uma política neoliberal que como dito anteriormente trata-se de uma política planetária, no entanto nenhuma das duas metrópoles apresentaram na coleta de dados relevância suficientemente expressiva da participação do neoliberal na construção do espaço.

Para pensar a validade dessa tese apresentada por Harvey de que o processo de neoliberalização do espaço é global é preciso pensar em sua aplicação. Contextualizar geograficamente essas teorias se faz fundamental. É possível falar de neoliberalismo a partir do contexto catarinense, mesmo embora Santa Catarina não possua nenhuma metrópole de fato.<sup>4</sup> O que há, no entanto, são alguns polos e capitais regionais<sup>5</sup> que se desenvolvem a partir de uma rede onde pode-se perceber vocações e um movimento pendular intenso de compensações. O que faz com que algumas cidades mantenham relação intensa com a metrópole de Curitiba e Porto Alegre. (IBGE, 2005)

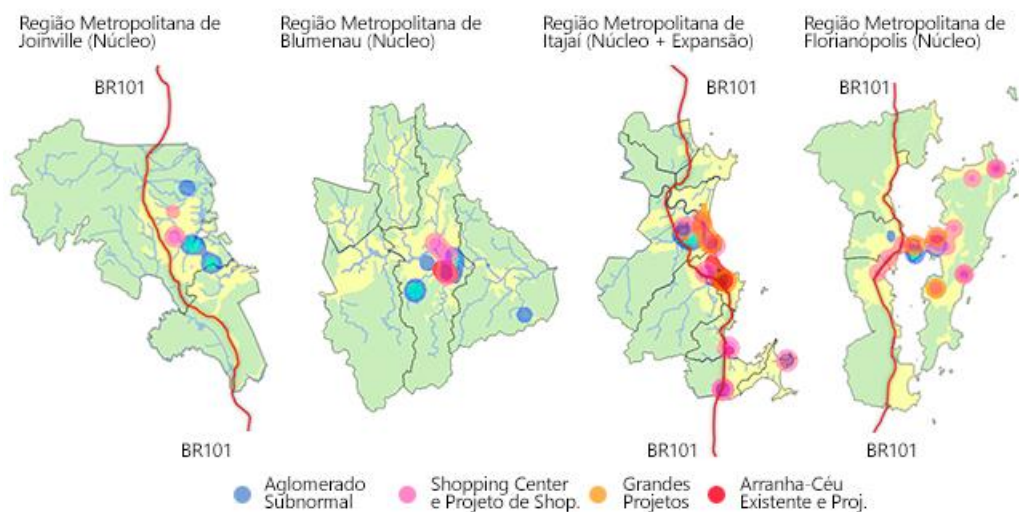
Ainda assim Santa Catarina vem sofrendo um processo de metropolização nos últimos anos. Esse processo está fortemente ligado a outro processo ainda maior, o da litoralização. A litoralização do desenvolvimento de Santa Catarina envolve não só a população, mas também a atividade econômica. No processo de metropolização, as configurações espaciais sempre estiveram associadas ao modo de produção e acumulação do capital. (MORAES; GUARDA; ZACCHI, 2009)

---

<sup>4</sup> Ainda segundo o IBGE, Santa Catarina não abriga ou compõe nenhum grande centro urbano, categoria fundamental para o entendimento de Metrópole.

<sup>5</sup> Apesar de tecnicamente Santa Catarina não abrigar nenhuma metrópole, o Estatuto da Metrópole (Lei de 2005) dá à cada unidade administrativa estadual a autoridade para definir suas regiões metropolitanas ou não - com o intuito de receber verba do fundo federal de desenvolvimento urbano para elaborar e executar planos de integração – o que fez com que o estado dividisse quase que de forma integral todo seu território em regiões metropolitanas.

**Figura 5 – Shoppings, Eventos Int. e Favelas em SC – 2017.**



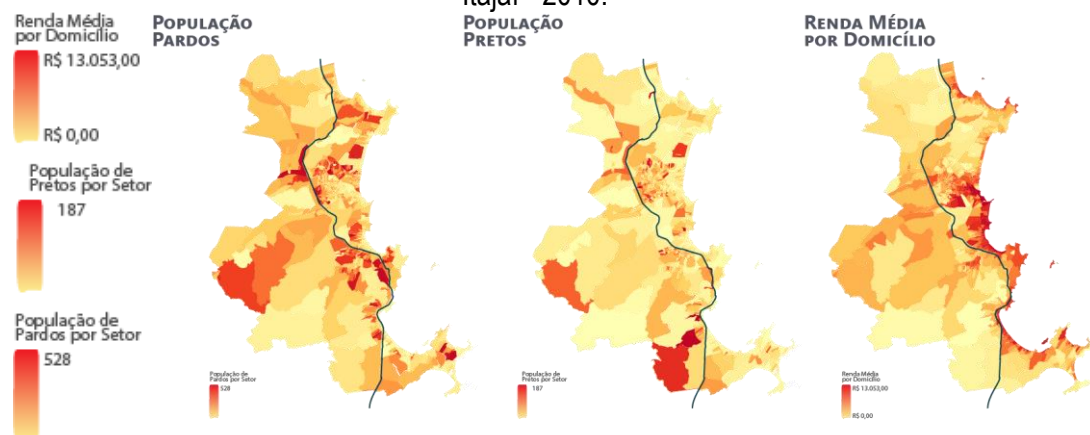
Fonte: O autor, 2018.

A região da Grande Florianópolis faz uma conexão entre as cidades de forma radial, levando do centro de Florianópolis o interesse imobiliário para as cidades periféricas distribuindo assim para Pedra Branca, São José e Biguaçu. Ao mesmo tempo por ser uma capital administrativas ações estatais comandam intervenções no território e uma movimentação do capital o que exigiria uma análise mais complexa.

A região da Foz do Rio Itajaí (A região Metropolitana de Itajaí) entre os quatro polos, é a que melhor representa a situação do neoliberalismo. Nesta são feitas análises através de equipamentos que influenciam no uso e bem comum. Os equipamentos e projetos levantados na região apontam um interesse do capital pela região costeira confirmando um desenvolvimento linear. Esse desenvolvimento por sua vez traz suas próprias contradições e complexidade, uma expressão disso é o desaparecimento daquilo que Lefebvre chama de força diferenciadora, os grupos minoritários marginalizados à sociedade.

Esse processo está ligado a periferização seja intermunicipal ou intra-municipal essas relações de poder são expressas fundamentalmente dentro do ambiente urbano. Como é o caso da população preta e parda que se concentram nos setores onde é encontrada a menor renda por domicílio. O que está ligado a falta de serviços, infraestrutura reforçando esse ciclo.

**Figura 6 – População Parda, Preta e Renda média por Domicílio na região Metropolitana de Itajaí - 2010.**



Fonte: O autor, 2018.

Dado: IBGE

## CONCLUSÕES

As dinâmicas neoliberais que influenciam todo globo vêm se transformando após repetidas crises, no entanto suas contradições jamais são superadas. Com base nesse tema um enfoque em Santa Catarina explicita relações de exploração percebidas na análise do território. O processo de litoralização é um fenômeno global presente em todo território nacional, no estado Catarinense não é diferente, esse processo diz a respeito de um desenvolvimento concentrado em toda faixa costeira. Essa concentração reforça no litoral o crescimento de uma economia rentista pautada na valorização do espaço urbano que é incentivado constantemente com eventos e projetos muitas vezes de caráter internacional que mudam a cara do ambiente urbano o que faz com que a cidade seja um reflexo do interesse do capital e não das vivências das pessoas. Esse ciclo é renovado na medida em que as transformações urbanas são executadas e a renda média da população que é atraída para esses espaços é cada vez maior. Expulsando locais para espaços cada vez mais periféricos. O que necessariamente não significa que esses lugares frutos de “revitalizações” estejam de fato ocupados já que muitas vezes esses imóveis estão jogados pura e simplesmente a especulação imobiliária. Entender essas dinâmicas que assolam as cidades contemporâneas é o primeiro passo para se pensar o planejamento e a governança dessas regiões.

Há um esforço aqui em desdobrar alguns dos indicadores que podem apontar a presença de uma política neoliberal no ambiente construído. Mas vale ressaltar que há uma infinidade de transformações urbanas de diferentes escalas passíveis de serem observadas e convertidas em dados quantitativos e mapeáveis. Esta investigação dada a limitação desse estudo se debruçou

apenas em algumas. Os dados levantados aqui, e os estão a serem levantados ainda, podem não só reforçar a tese da existência de um processo de neoliberalização do espaço, mas indicar sua intensidade e direção. Tal como ele é percebido, absorvido ou porventura combatido pelo movimento social.

## Referências

- AMFRI. Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí. Disponível em: <www.amfri.org.br>. Acesso em: 18 out. 2017.
- CARMONA, Matthew; DE MAGALHAES, Claudio. **Public space management: Present and potential.** Journal of Environmental Planning and Management, v. 49, n. 1, p. 75-99, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HARVEY, David. **O direito à cidade.** Lutas Sociais. ISSN 1415-854X, n. 29, p. 73-89, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Breve historia del neoliberalismo.** Ediciones Akal, 2007.
- HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna.** Edições Loyola, 1992.
- LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. **O direito à cidade.** São Paulo, SP: Centauro, 2001.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Editora Vozes Limitada, 2017.
- MORAES, Sergio Torres; GUARDA, Antonio; ZACCHI, Gabriela Stein. **A caracterização das regiões metropolitanas catarinenses e o estatuto da metrópole.** Geosul, v. 33, n. 67, p.38-60, 2018.
- PINTAUDI, Silvana Maria. **Os Shopping-Centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano.** Boletim Paulista de Geografia, n. 65, p. 29-48, 2017.
- SANTOS, Milton. **Geografia, marxismo e subdesenvolvimento.** GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 1, p. 166-172, 2015.
- SARLO, Beatriz. **La ciudad vista: mercancías y cultura urbana.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

Recebido em 04/03/2020 | Aceito em 26/03/2020



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

## TRAÇOS E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO: PASSAGENS PELA PONTE HERCÍLIO LUZ E SEU ENTORNO

---

Diego Pontes<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho se propõe a elucidar as dinâmicas e políticas urbanas que têm orientado as transformações do espaço da região da Luz, no centro da ilha de Florianópolis/SC. Para tanto, por meio da etnografia e da observação de tensões que envolvem especulações e dilemas que dizem respeito às expectativas de “reabertura” da Ponte Hercílio Luz, esta reflexão se inclina ao olhar às demandas que revestem as transformações urbanas que bordam o universo da pesquisa no contexto atual e que coexistem e colidem com o espaço praticado em questão.

**Palavras-chave:** Cidade. Ponte Hercílio Luz. Transformações urbanas.

**Abstract:** This paper intends to elucidate the urban dynamics and policies that have guided the transformations of the space on the Luz region, in the center of Florianópolis/SC. To this end, through ethnography and the observation of tensions who involving speculations and dilemmas that concern the expectations of the “reopening” the Hercílio Luz Bridge, this reflection is inclined to analyze at the demands that cover the urban transformations that embroider the research universe in the current context and that coexist and collide with the practiced space in question.

**Key-words:** City. Hercílio Luz Bridge. Urban transformations.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC (PósARQ). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFSC com especialização em Ensino de Sociologia pelo CESPEB/UFRJ. Pesquisador do Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI/UFSC) | diegopontez@gmail.com



## Introdução

No dia 30 de dezembro de 2019, às vésperas das comemorações de ano novo, vimos a reabertura da Ponte Hercílio Luz, interditada desde o início da década de 1990. As celebrações e o cerimonial de inauguração oficial ocorreram às margens da cabeceira insular da Ponte e foi acompanhada por milhares de pessoas, contando com atrações musicais comandadas por bandas e DJ's, discursos de autoridades locais, fotógrafos e outros profissionais da imprensa, cervejas artesanais e *food trucks*, ambulantes, aplausos e um verdadeiro mar de *selfies* que começaram ainda pela manhã e seguiram noite adentro.

Ocorrida em uma manhã de segunda-feira, a cerimônia de inauguração, que contou com a presença de turistas e moradores de vários lugares da ilha e do continente, narrava uma espécie de emaranhado institucional envolvido por discursos políticos e exaltações de iniciativas privadas, que literalmente imprimem suas marcas pela cidade, nos mostrando as fronteiras e convivências muitas vezes pouco nítidas entre público e privado nos assuntos ligados às mudanças e transformações que ocorrem em algumas cidades brasileiras (Castells, 2014).

Segundo o que foi noticiado em diversos veículos da mídia ecoando a importância da valorização daquela região da cidade, “antes esquecida e sem investimentos”, a reabertura da Ponte Hercílio Luz, a grande homenageada da festa, traria consigo significativas transformações para o centro da cidade como um todo, discursos, aliás, sublinhados e repetidos muito enfaticamente nas falas das autoridades locais que destacavam a “entrega da Ponte à população”.

A transformação daquela região da cidade em um *mix* cultural destinado aos fluxos turísticos e empreendimentos voltados aos novos consumos urbanos possíveis, notável desde seu projeto urbanístico até a própria nova dinâmica urbana que se articula nos arredores e meandros da Luz, pôde ser observada na nova atmosfera da paisagem urbana “inaugurada” e apresentada à cidade em meio a fluxos de inúmeras outras mudanças e reinvenções na vida urbana central da ilha.

O desfile de carros antigos que atravessara a Ponte em sua reabertura, os novos *pubs* e roteiro gastronômico idealizado àquela região, parquímetros, câmeras de monitoramento e iluminação em *led* parecem anunciar novas expectativas de usos do espaço e das possibilidades de exploração de seu potencial turístico e imobiliário, como frisado nos discursos na cerimônia de “reencontro da cidade com o lugar”, apresentando às pompas os empreendimentos que rodeiam a região da Luz, onde encontramos uma enorme quantidade de revendedoras imobiliárias e um circuito de imponentes redes hoteleiras.

As reflexões que emergiram com a observação do rito de reabertura da Ponte Hercílio Luz, neste artigo se desdobram e vão de encontro às questões que debrucei minha atenção durante a pesquisa de mestrado realizada no PGAU/UFSC entre 2014 e 2016. Naquela ocasião, tratava-se de uma região envolvida por uma gama de revitalizações e outras transformações urbanas que anunciavam um panorama de expectativas, dilemas e especulações sobre a reabertura da Ponte e os impactos em seu entorno (Pontes, 2017).

Desse modo, as análises levantadas no mestrado por meio de *passagens* (Benjamin, 2013) percorridas pela região da Luz, zona central de Florianópolis que compreende a cabeceira da então interdita Ponte Hercílio Luz, o Parque da Luz, e o Mirante e Praça Hercílio Luz e seu entorno, se organizam neste artigo por meio de fragmentos de camadas de memórias *coletadas* durante a pesquisa e desdobram-se em elucidações impulsionadas pelo olhar à reabertura da Ponte em seu cotidiano de transformações.

Com isso, busco aqui apresentar alguns fragmentos históricos e traços de transformações do espaço urbano lançando luz sobre a região central da ilha, abrindo a possibilidade de estudos futuros acerca das dinâmicas urbanas após a reinauguração da Ponte. Trata-se de apreender uma região historicamente marcada por profundas e significativas transformações em sua estrutura e por ambivalentes reinvenções da vida urbana.

### **Passagens e dobras reflexivas pela Luz**

A Ponte Hercílio Luz, tradicional cartão postal e patrimônio da cidade de Florianópolis/SC, foi projetada pelo engenheiro estadunidense David Steinman e construída entre 1922 e 1926, sendo anunciada como o maior vão suspenso da América Latina e o primeiro acesso terrestre que ligaria a ilha ao continente. Inaugurada em 13 de maio de 1926, a Ponte estava inserida em um cenário urbano onde os valores e anseios modernistas revestiam a (re)construção de algumas cidades brasileiras por meio de reformas, embelezamentos estratégicos, e arbitrárias “limpezas” urbanas através de obras de saneamento e urbanização. (CASTRO, 2002)

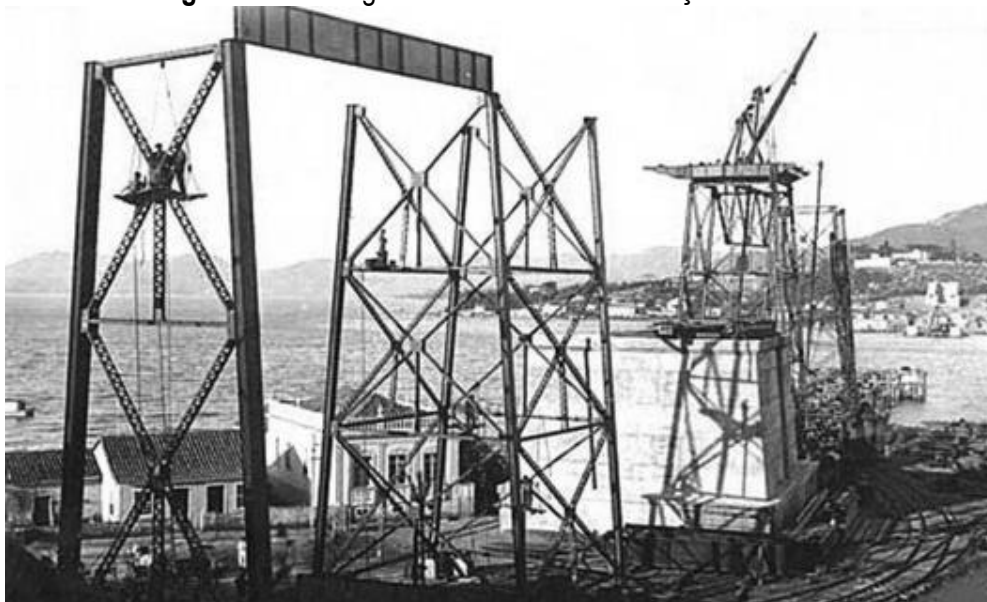
Dentro desse contexto urbano do nascimento da Ponte, podemos pensar que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por profundas modificações e deslocamentos no que diz respeito à representação e estruturação do espaço urbano central da ilha. Na época, a construção da Ponte Hercílio Luz representou um emblemático marco que indicava a abertura da cidade aos prestígios metropolitanos modernos, alicerçado em remoções, demolições e políticas de urbanização que reconfiguravam a paisagem urbana em nome de “uma cidade limpa e organizada” (Losso, 2010).

**Figura 1** – Canteiro de obras da construção da Ponte em 1922.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

**Figura 2** – Montagem das torres de sustentação da Ponte.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Sobre as *mutações urbanas em uma cidade insular*, Sandro Costa (2002) se inclina a reflexões em que a atenção se dá pontualmente às mudanças ocorridas no centro urbano de Florianópolis a

partir a construção da Ponte Hercílio Luz, permitindo especificamente a recomposição dos fluxos e caminhos que abrigavam as vias próximas à Ponte, e que então passariam a ser as principais ligações e vias de escoamento do tráfego em direção ao centro da cidade.

O autor ressalta que a construção da Ponte Hercílio Luz, tanto por sua centralidade quanto pelas expectativas modernas, implicou em transformações e significativos redesenhos no meio urbano, “onde atividades que antes eram desenvolvidas desaparecem gradativamente como, por exemplo, a baldeação de produtos, como farinha de mandioca, aguardente, açúcar, madeira.” (Costa, 2002).

Sua análise abarca também algumas das principais ruas da região central da cidade, como a Conselheiro Mafra e a Felipe Schmidt, que hoje dão acesso ao Parque da Luz, ao Mirante Hercílio Luz e a cabeceira insular da Ponte, e que tiveram suas características funcionais modificadas ao longo do tempo nesse cenário de diversas outras transformações sociais e urbanas que marcavam a passagem do século XIX para o XX, e que Florianópolis também passava a experimentar:

Dentro deste quadro, verifica-se em Florianópolis mudanças sociais e de infra-estrutura urbana, com especial destaque à implementação da iluminação elétrica, a partir de 1910; calçamento e alargamento de ruas; implementação do sistema de esgoto sanitário (1906-1913). Neste panorama de mudanças da estrutura urbana de Florianópolis enquadra-se a Ponte Hercílio Luz (1922 - 1926), que teve implicação direta na dinamização do transporte motorizado na cidade. [...] A ponte é entendida, desta forma, não só como elemento que provoca mutações, mas também como inserida em um quadro mais amplo de mudanças no meio urbano da capital catarinense. Todas as transformações podem ser analisadas como tentativas em fazer da cidade um ambiente moderno e disciplinado, caracterizando o período do final do século XIX e início do século XX, época de intensas transformações culturais, urbanísticas e econômicas locais e nacionais. (COSTA, 2002, p. 2)

Na perspectiva das transformações ocorridas no centro da cidade, Adilson Moreira e Luiz Eduardo Teixeira (2012) percorrem e analisam as *vias pedonais*, os “calçadões”, como espaços de sociabilidades, ressaltando sua contingente expressão de modernização da cidade. Para tanto, por meio de reflexões sobre os usos dos espaços urbanos em suas memórias coletivas, os autores destacam o envolvimento de diversos agentes e classes sociais nas negociações e transformações sobre os espaços da cidade.

Especificamente sobre a Rua Felipe Schmidt, demonstram que a construção da Ponte Hercílio Luz consolidou a rua como principal via de acesso à Ponte e ao centro, onde estavam concentradas a Praça XV, o Mercado Público e algumas casas comerciais. Inicialmente conhecida como Rua dos Moinhos de Vento, a Rua Felipe Schmidt em 1976 teve uma de suas extremidades, entre a Praça XV e a Rua Jerônimo Coelho, transformada em “Calçadão”, “constituindo-se no ponto mais movimentado da capital” (Moreira; Teixeira, 2012).

No que diz respeito às transformações e reconfigurações urbanas ocorridas nos arredores da Ponte Hercílio Luz, vale lembrar que onde nos dias atuais está localizado o Parque da Luz e também o Mirante da Luz e Praça da Luz, encontrava-se o primeiro Cemitério Público da antiga cidade do Desterro, hoje Florianópolis.

Castro e Castells (2007), ao recompor os percursos do movimento de transferência do Cemitério da cidade para uma região antes considerada distante do centro, onde hoje se localiza o bairro Itacorubi, questionam o lugar do Cemitério e do patrimônio no contexto da expansão urbana, e com isso aprofundam o debate acerca da consolidação de referenciais de memórias da capital catarinense, trazendo, desse modo, o cenário de aceleradas transformações urbanas que, impulsionadas por discursos sanitários e higienizadores, colocavam o primeiro Cemitério Público da cidade, inaugurado em 1841, no caminho das limpezas urbanas de saneamento e modernização.

**Figura 3** - Cemitério Público em processo de transferência durante a construção da Ponte Hercílio Luz.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Nesse cenário urbano de intensas mudanças, o Cemitério no centro da cidade passava então a ser considerado um obstáculo à estética modernista que se cristalizaria com a construção da Ponte Hercílio Luz, sendo, com isso, transferido efetivamente para outra localidade um ano antes da inauguração da Ponte. Segundo as autoras, a respeito do lugar da morte na modernidade florianopolitana:

É preciso destacar o contexto de transformações urbanas sofridas na cidade de Florianópolis no período que levou ao deslocamento desse cemitério para uma área considerada distante do centro da capital para as referências espaciais da época. O começo do século XX trouxe importantes mudanças no meio urbano da cidade: construções como praças, casas e a destruição de casarios e alargamento de becos, reformas que mudaram sua fisionomia



redesenhando novas feições ditadas pelos ares da modernidade. Entre os novos projetos para a cidade, estava a construção da Ponte Hercílio Luz, que iria ligar a capital de forma mais eficiente à parte continental, ligação que até então era feita por balsas. Mas para construir a ponte, foi preciso transferir o primeiro cemitério público da capital e o cemitério alemão instalado no alto do Morro do Vieira, respectivamente em 1840 e 1868, para construir a sua grande cabeceira. Os dois cemitérios que ocupavam o alto do morro na entrada da cidade formando uma grande área cemiterial, e causavam desconforto para os moradores locais e eram recorrentes os pedidos de retirada desse lugar. Diversas fontes documentais apontam discursos que pediam a retirada do cemitério por considerar que este era insalubre, mal localizado, lotado, entre outros. Com as obras da ponte, em 1923 o primeiro cemitério público de Florianópolis e o cemitério alemão, começam ser transferidos do Morro do Vieira, próximo ao centro da cidade, para um bairro distante cerca de 6 km (CASTRO; CASTELLS, 2007. p. 5).

Em meio a essas sobreposições de histórias, camadas e caminhos, atualmente, as demolições e construções que serpenteiam a região da Luz no centro de Florianópolis, assim como as alterações estruturais ocorridas pelas expectativas e especulações com a reinauguração da Ponte Hercílio Luz, podemos notar um espaço urbano em acelerado movimento e transformação, impulsionado pelas demandas do consumo urbano e da adequação da cidade aos padrões estéticos guiados pelas políticas do turismo e da *gentrificação* (Leite, 2010; Pontes, 2017; Castells, 2018), que muitas vezes excluem ou visionam “reinventar” certos usos da cidade ao projetarem uma pretensa concepção idealizada de urbanidade orientada arbitrariamente pelas demandas voltadas ao consumo turístico e imobiliário.

### **Transformações através das imagens**

Com isso, considerando as efetivas alterações das dinâmicas urbanas no entorno da Ponte, este artigo se propõe lançar luz sobre algumas imagens e aspectos que possam refletir acerca das passagens pelo contexto histórico da Luz, assim como elucidar as intervenções ocorridas ao longo do tempo em sua estrutura e em seus arredores, além do olhar ao atual estado a qual se encontra essa região, atualmente envolvida pelos movimentos das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz, interditada parcialmente em 1982, impedindo a passagem de veículos, e em 1991 vetando também a travessia de pedestres, motos e bicicletas. (Hayashi, 2012).

**Figura 4** - Rua Conselheiro Mafra, caminho de acesso à região da Luz.



Fonte: Acervo do autor, 2017.

**Figura 5** - Obras de restauração da Ponte Hercílio Luz em 2018.



Fonte: Acervo do autor, 2018.



**Figura 6 - Arredores da região da Luz.**



Fonte: Pontes, 2017.

Desse modo, além dos discursos formais (midiático, urbanístico, político) e dos emaranhados institucionais que se entrelaçam à Ponte e seu entorno, os *espaços de memória* e *palimpsestos* (Nora, 1993; Argan, 1993) vivenciados pelos habitantes da cidade, especificamente pela região da Luz que interessa neste artigo, sugerem a abertura de um olhar a respeito das ambivalências dos usos citadinos e da coexistência de práticas do espaço urbano e suas tensões inerentes à cidade contemporânea.

Essa nova ambiência urbana que se anuncia pela região da Luz, na atmosfera de novos empreendimentos, esbarra no cotidiano de uma cidade escrita dia a dia e corpo a corpo pelos seus próprios movimentos e apropriações, que desenham um cenário dinâmico a partir de seus encontros, manifestações, procissões, festas de carnaval, patrimônios, permanências e passagens. (Des)caminhos que se conectam a outros muitos passos anônimos, deambulações, pichações, errâncias pelo parque ou à beira da antiga “boca” da Ponte, e também por meio de percursos achados e traçados por mim, passante-pesquisador.

Ademais, por meio da contextualização da região posta à análise e, na atualidade, a percepção de sua notória inserção em uma área da cidade que se encontra na mira de arbitrários projetos urbanos *gentrificadores*, tais reflexões se colocam como base para considerar as tensões e

negociações da vida urbana contemporânea (Arantes, 2000) e suas colisões no *espaço praticado* (Certeau, 2014) da região da Luz, que colidem em discursos e forças que apreendem a cidade pela ótica da disciplina e do consumo urbano turístico.

Nesse sentido, o intuito do trabalho se desdobra em refletir sobre as transformações urbanas ocorridas no centro da Ilha de Florianópolis com a construção da Ponte Hercílio Luz, que desencadearam um “processo singular de nomadismo” em seu entorno, abrindo espaço a “processos de reinvenção da antiga vida urbana, a qual era marcada pela presença de mendigos, prostitutas, loucos, vagabundos, proxenetas, ciganos e capoeiristas, tratados, nos primórdios da cidade republicana, como “antinorma” e casos-limite de “crimes contra a saúde”. (LOSSO, 2010)

Com as atuais expectativas após a reabertura da Ponte Hercílio Luz, depois de inúmeras promessas de restaurações não cumpridas desde sua interdição, nos cabe refletir e questionar sobre as “novas” travessias e conexões possíveis por esses novos trânsitos, fluxos, deslocamentos e redesenhos das dinâmicas da vida urbana. Alterações, resistências, movimentos, disputas e intervenções nos traçados e passos da cidade que indicam efetivas negociações, deslocamentos e reconfigurações da paisagem da região central da ilha.

Desse modo, no ritmo dos passos do *flâneur* e a *contrapelo* das narrativas “oficiais” sobre a cidade (Benjamin, 2013), por meio da etnografia busquei lançar luz sobre algumas passagens entre camadas de memórias que compõem uma dinâmica que se desenha pela multiplicidade de usos e sentidos que o próprio centro histórico de Florianópolis abriga. Durante todo o percurso da pesquisa de campo, e também por todas as ruas e caminhos que percorri pela região da Luz, obras de revitalizações, remoções, requalificações e outras transformações fizeram parte dessa atmosfera urbana e bordaram o universo estudado.

Ao pensar pontualmente a região central da cidade, Alicia Castells (2018) indica um olhar por meio dos paradoxos entre passado e presente ao analisar as disputas, discordâncias e os diversos sentidos que coexistem e se entrecruzam acerca do patrimônio cultural e das práticas cotidianas na cidade. O lugar dos centros históricos na contemporaneidade *sob a lente do cotidiano*, segundo a autora, reflete fundamentalmente a “retomada” da atenção aos centros por seletivas políticas urbanas higienizadoras e gentrificadoras.

Assim como muitas outras narrativas possíveis sobre as cidades contemporâneas, as passagens pela Luz em meio a um contexto urbano de velozes transformações conduzem a um olhar caleidoscópico (Benjamin, 2013) da vida cidadina, e imprimem a fluidez, os esconderijos, as intervenções, os jogos de luz e sombra, as ruínas e os atalhos como marcas traçadas pelos movimentos das dinâmicas de (re)invenções sobre a cidade.



**Figura 7 – Finalização das obras de restauração da Ponte**



Fonte: Acervo do autor, 2019.

**Figura 8 – Finalização das obras de restauração da Ponte**



Fonte: Acervo do autor, 2019.

**Figura 9** – Finalização das obras de restauração da Ponte



Fonte: Acervo do autor, 2019.



## Referências

- ARANTES, Antonio. **A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência.** *Paisagens paulistanas – Transformações do espaço público.* Campinas SP: Editora da Unicamp, 2000.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BENJAMIN, Walter. **Imagens de pensamento/Sobre o haxixe e outras drogas / Walter Benjamin;** edição e tradução de João Barrento. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de. **Revitalizações urbanas da Ilha da Magia (Florianópolis).** CASTELLS, A.N.G. de; SANTOS, J. L. da C. (org). *Patrimônio cultural e seus campos.* Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2014. \_\_\_\_\_ **Reabilitações urbanas na cidade contemporânea: entre as formas de fazer a cidade e as formas de fazer na cidade.** CASTELLS, A.N.G. de; NARDI, L. (org). *Patrimônio cultural e cidade contemporânea.* Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2012. \_\_\_\_\_ **O paradoxo dos centros históricos – o caso de Florianópolis.** *Ilha Revista de Antropologia.* v. 20, n. 2, 2018. p. 27-51
- CASTRO, Elisiana Trilha; CASTELLS, Alicia Norma Gonzales. **Lugar de patrimônio é no cemitério: o desterro luterano no cemitério São Francisco de Assis – Itacorubi/Florianópolis.** *Anais do XIV Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira,* 2007, Florianópolis. 2007.
- CASTRO, Eloah Rocha Monteiro de. **Jogo de formas híbridas. Arquitetura e modernidade em Florianópolis na década de 50.** *Tese de doutorado em História Cultural,* CFH, UFSC, Florianópolis, 2002.
- COSTA, Sandro da Silveira. **Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960).** *Dissertação de mestrado em Geografia,* CFH, UFSC, Florianópolis, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2014.
- HAYASHI, Fernando Augusto Yudyro. **Ponte Hercílio Luz: caracterização do projeto, construção, intervenções e estado atual de conservação.** *Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo,* UFSC, Florianópolis, 2012.
- LEITE, Rogério Proença. **A exaustão das cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 25, n. 72, fevereiro de 2010.
- LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. **Dos desregramentos da carne: um estudo Antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC.** *Tese doutorado em Antropologia Social,* UFSC, Florianópolis, 2010.
- MOREIRA, Adilson de Souza; TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Vias pedonais-espacos de sociabilidade no centro de Florianópolis.** *Urbana,* V.4, nº5, dez.2012. *Dossiê: Cidades e Sociabilidades - CIEC/Unicamp.* Campinas-SP, 2012.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** *Projeto História,* São Paulo, n.10, dez. 1993.
- PONTES, Diego. **Recortes sobre a Luz: transformação do espaço urbano e a gentrificação da Luz na Ilha da Magia (Florianópolis).** *Revista Visagem – Antropologia Visual e da Imagem.* v. 3, n. 01, 2017. p. 250-

262. \_\_\_\_\_ **Corpo e cidade à luz da gentrificação: percursos errantes pela região da Luz na Ilha da Magia.** *Dissertação de mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade*, UFSC, Florianópolis, 2016.

Recebido em 04/03/2020 | Aceito em 14/03/2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

## USO COMO VALORIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL EM SÃO JOSÉ /SC

---

Ana Carolina Martins Silva<sup>1</sup>

João Paulo Schwerz<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo proposto se desdobra a partir de um Trabalho de Conclusão de Curso, que objetiva um resultado projetual a partir de uma reflexão sobre núcleos históricos e o papel contemporâneo da arquitetura na preservação de atributos culturais. Utilizando o município de São José, em Santa Catarina, como recorte empírico, questiona-se o grande número de edificações históricas subutilizadas, que expressam, por um lado, uma conjuntura econômica e cultural delicada, e um potencial de recuperação a partir de novos usos compatíveis, por outro. Assim, fundamenta a discussão o estudo do “uso” como forma de valorização e reabilitação de edifícios de interesse histórico e cultural, bem como “novas” arquiteturas em centros consolidados. A partir destas premissas, surge a proposta de um Centro de Arte e Cultura Popular em uma das edificações do chamado Centro Histórico de São José, a fim de evidenciar o patrimônio [material e imaterial] local. As análises, que incluem a própria edificação, seu entorno imediato e o conjunto urbano mais amplo, assim como seus condicionantes legais, delinearam os vínculos entre local, uso proposto, e o novo desenho, a fim de aprimorar o potencial e as boas relações do contexto.

**Palavras-chave:** Arquitetura contemporânea em centros consolidados. Preservação do patrimônio cultural. Uso compatível.

**Abstract:** The proposed article is the result of a Final Thesis project which presents an architectural intervention based on a reflection on historical cores and the contemporary role of architecture in the preservation of cultural attributes. The place of study is the municipality of São José, in Santa Catarina, and it inquires about the large number of underused historic buildings, which express, on one side, a delicate economic and cultural situation, and, on the other side, a potential for recovery from new

---

<sup>1</sup> Aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental UDESC | [anacarolms@outlook.com](mailto:anacarolms@outlook.com).

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo UFSC. [jpschwerz@gmail.com](mailto:jpschwerz@gmail.com).



compatible uses. The discussion of “use” as a way of valuing and rehabilitating buildings of historical and cultural interest is justified, as well as “new” architectures in consolidated urban cores. From these premises, the program of an Art and Popular Culture Center emerges in one of the buildings of the Historic Center, in order to highlight the local [material and immaterial] heritage. The analyzes, which includes the building itself, its immediate surroundings, a broader urban complex, and also its legal constraints, outlined the links between location, proposed use, and the new design, in order to improve the potential and good relations from the context in which it is inserted.

**Keywords:** Compatible use. Contemporary architecture in consolidated centers. Preservation of cultural heritage.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo, apresentado em 2017, na Universidade Estadual de Santa Catarina. O trabalho tem a intenção de discutir novos usos e intervenções arquitetônicas em edificações de caráter histórico, assim como seu potencial em centros consolidados. Deste modo, toma a problemática, infelizmente comum no Brasil, de zonas de interesse cultural descaracterizada por intervenções equivocadas, tanto do ponto de vista político, quanto de uso, e também de desenho. Além disso, aborda a importância de uma nova arquitetura que seja compatível com o contexto urbano da área, buscando aproveitar e aprimorar os potenciais arquitetônico e ambiental existentes. Para exemplificar tais questões surge a proposta de um Centro de Arte e Cultura Popular para uma das edificações históricas abandonadas do centro de São José (SC), possibilitando um espaço específico para execução de programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação e difusão de expressões dos saberes e fazeres tradicionais, de influência açoriana.

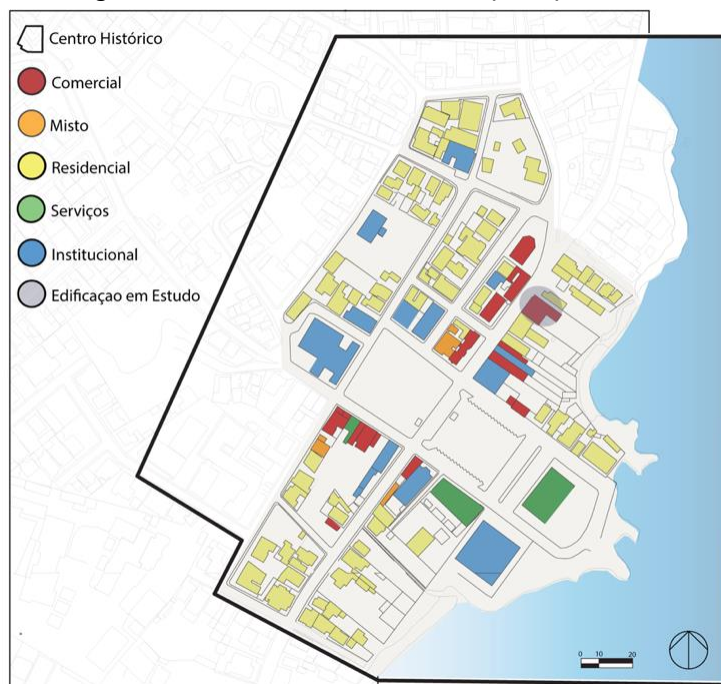
A cidade edifica memórias de uma população. Juntamente com as construções que vêm a se tornar patrimônio material, estas edificações têm histórias em suas paredes que serão contadas de geração em geração. Segundo Sandra Pesavento (2008), o centro fundacional e das experiências compartilhadas foi, por muito tempo, o cartão de visitas das cidades. Ainda que tais espaços tenham passado por diferentes processos de esvaziamento e degradação, deixaram marcas que funcionam ou podem funcionar como referências para seus habitantes.

Os centros urbanos sofrem os desgastes físicos inerentes à passagem do tempo, assim como alterações de uso e até de status, que modificam em diferentes graus suas funções originais; mais ainda, tais centros fundacionais geralmente sofrem perda de significado, vítimas de atualizações espaciais e de sentido cada vez mais rápidas, resultando em vazios de sentido histórico, perdido através das gerações. São José, na região metropolitana de Florianópolis (SC), é uma pequena cidade que, a despeito de seu

potencial e dos registros arquitetônicos presentes, pode ser considerada exemplo, de onde emerge a vontade de intervir. O projeto do centro de arte e cultura popular

A cidade de São José possui um rico centro funcional com diversos usos, onde está localizada a edificação escolhida para reabilitação. Segue uma linguagem luso-brasileira, uma tipologia açoriana utilizada na época da colonização do litoral e ainda comum na região. Analisando seu contexto de inserção em diferentes escalas, foi possível diagnosticar questões condicionantes e potencialidades determinantes para o projeto. O recorte de estudo abarca alguns equipamentos relacionados à cultura, como o Museu Histórico de São José, Arquivo Histórico Municipal, Biblioteca Pública e Fundação Municipal de Cultura e Turismo, sendo definida como APC (Área de Preservação Cultural). Logo, é uma localização estratégica para a implantação do Centro de Arte e Cultura Popular, pois, além de ter uma infraestrutura de apoio cultural próxima, a área conta com edificações subutilizadas que representam enorme potencial e que têm a capacidade de receber novos usos compatíveis. Outra questão é a forma como a edificação seria implantada, seguindo o alinhamento da rua conforme o recuo das outras casas do entorno. A volumetria da arquitetura nova foi pensada para manter as mesmas proporções da casa antiga. A área ainda oferece uma vista privilegiada para a baía sul, vegetação nativa e praças, tornando excelentes pontos em prol da proposta.

**Figura 1 – Recorte da Área com os principais usos.**



Fonte: Google Earth (2015), adaptado pela autora.

As intervenções feitas em edifícios existentes foram, ao longo do tempo, voltadas, em geral, para sua adaptação às necessidades da época e ditadas por exigências práticas e de uso. No entanto, noções que floresceram, isolada e esporadicamente, a partir do Renascimento e amadureceram entre os séculos XV e XVIII, foram conjugadas na formação das vertentes teóricas da restauração: o respeito pela matéria original; a ideia de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção; a importância da documentação e de uma metodologia científica; o uso como meio de preservar os edifícios e não como a finalidade da intervenção; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção; a noção de ruptura entre passado e presente. (KUHL, 2006, p. 18.)

Através “uso compatível”, uso alternativo que não descaracterize fisicamente, e que traga possibilidades de apropriação pública, é possível dar nova funcionalidade ao bem histórico sem perder de vista seus aspectos documentais e materiais, proporcionando uma constante manutenção ao desenvolver um programa e projeto com essas finalidades. Depois que vários teóricos já discutiram sobre a questão do uso, foi formulada a Carta de Atenas de 1931, documento internacional inaugural do campo da preservação. Dentre os princípios gerais da carta, foi enunciada a utilização dos monumentos, contanto que respeitosa, compatível com suas especificidades, de modo a não sobrepor a necessidade de novo uso à preservação.

### **Conceito de uso como critério de intervenção**

No campo da restauração, é possível encontrar um uso compatível, se o que se quer é, de fato, preservar como ato de cultura, que vai diferenciar um processo de decadência por “falta de uso” ou “uso inadequado”, de uma preservação por meio de “uso compatível”, a qual respeita suas várias estratificações, seus aspectos documentais, materiais e de conformação de um bem, a proporcionar uma constante manutenção, desenvolvendo o programa e o projeto com estas finalidades. Deveriam, pois, ser analisadas as características da obra a serem respeitadas e conservadas, para, depois, definir funções e programas compatíveis com elas, e não o contrário, adaptar um dado edifício a um novo uso preestabelecido ou submetê-lo a transformações massificadas, na maioria das vezes em desacordo com suas particularidades, cuja implementação será feita em prejuízo do próprio monumento histórico. (KUHL 2006, p. 204).

Este foi o critério para a restauração da edificação escolhida. Através dos princípios do uso compatível foi possível manter e reaproveitar quase toda sua estrutura original para atender o programa de necessidades de um centro cultural, com apenas alguns ajustes para melhor aproveitamento do espaço e circulação.

No que se refere à preservação do meio ambiente urbano, existe um duplo condicionamento. Por um lado, sendo este um organismo vivo, não há que se impedir o processo de renovação que acompanha o próprio desenvolvimento da vida humana. Por outro lado, cabe à sociedade e ao Estado orientar essa renovação e transformação, para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado grupo. Não se trata, portanto, de congelar a vida ou de transformar as cidades em museus, mas de pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas "históricas" quanto aquelas mais novas. (CASTRIOTA, 2009, p. 89).

Foi aí que surgiu o conceito contemporâneo de "patrimônio ambiental urbano", segundo Leonardo Castriota (2009), que, antes de tudo, pensa no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que informa a cidade, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si e não apenas pensar nas edificações como monumentos excepcionais e isolados.

### **A proposta**

Ao olhar para São José como um "patrimônio ambiental urbano", teríamos um bom exemplo de relações de paisagem urbana, em que pesem contradições significativas. A falta de incentivo do Estado e da sociedade nessa relação dificulta sua evolução como um organismo vivo, um todo. De acordo com José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), há situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão política de uma agência de Estado, nem mesmo, exclusivamente, de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar "ressonância" junto a seu público. Este é o papel fundamental que desempenha a categoria do patrimônio no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas. Em outras palavras, não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva. Na Antropologia Urbana é possível entender que o patrimônio é definido por sua materialidade, sua forma e em seus usos sociais e simbólicos. Mais que a expressão emblemática de uma sociedade ou uma camada social determinada, esse objeto e seus usos parecem na verdade colocar essa sociedade em movimento (GONÇALVES, 2005).

Diversos municípios têm incluído em suas legislações conceitos de fruição pública. Trata-se de medidas governamentais, embasadas nas leis municipais, nos planos diretores, nas leis de zoneamento e diversas outras recomendações de urbanização que visam tornar o espaço público melhor aproveitável pela população.

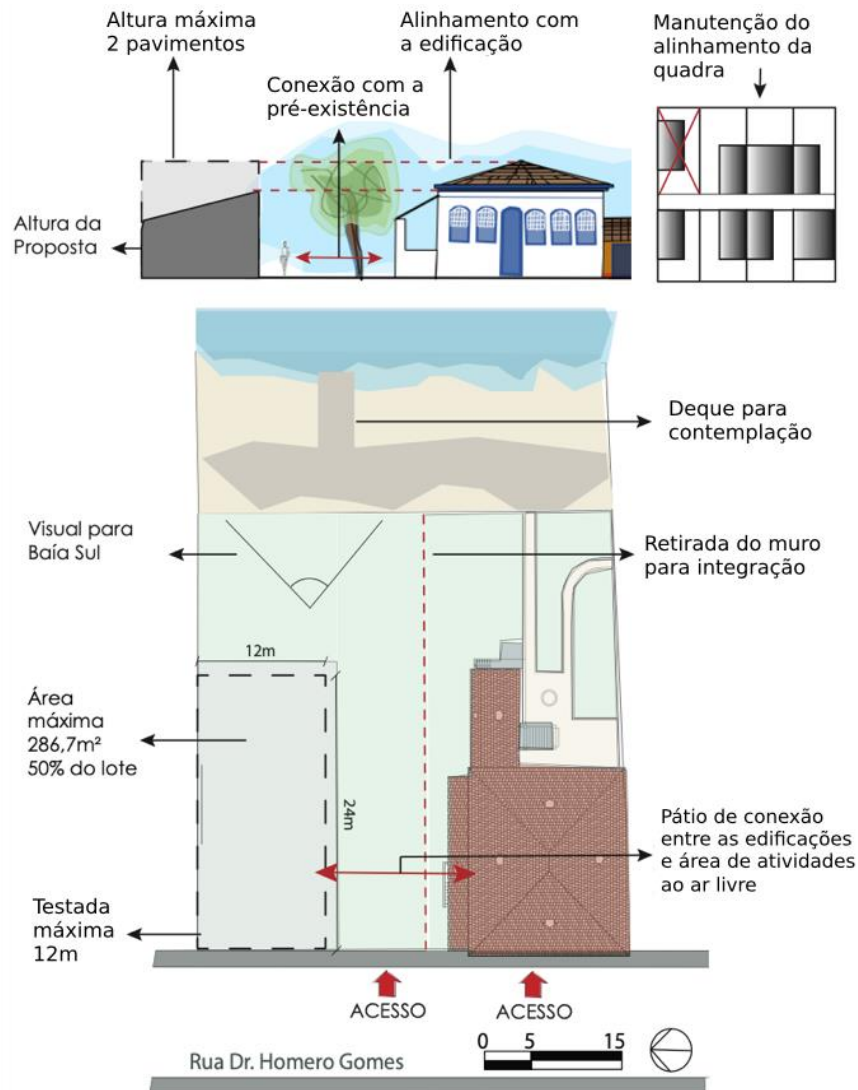
Significa estruturar e melhorar a oferta de áreas públicas qualificadas, privilegiando atividades de valor social, cultural e econômico. Além disso, há um estímulo para que o pedestre seja visto como elemento prioritário nos deslocamentos. Para isso, dezenas de fatores devem ser observados, visando sempre a melhor qualidade de vida. A intenção é trazer esse conceito para a realidade de São José.

Já ocorreram restaurações em edificações isoladas e até mesmo um projeto de orla no centro histórico, no entanto, há muitas edificações descaracterizadas e falta um cuidado com todo o conjunto urbano, com uma identidade e unidade.

Além do respeito pela edificação pré-existente, foi identificado o potencial e a necessidade de um centro cultural para a população local, de uso compatível com este tipo de programa de necessidades. A localização é estratégica e existe um eixo visual com a paisagem da baía. A nova arquitetura segue todos estes critérios, sem se impor sobre a edificação histórica, no entanto, sem ser submissa, utilizando novos materiais, formas e usos.

Os materiais escolhidos para a edificação nova foi o concreto por conta da sua durabilidade, fácil mão de obra e economia, e a pele de vidro para compor toda a fachada voltada à arquitetura pré-existente, com o objetivo de conectar o novo ao antigo. A forma foi pensada de tal maneira a acompanhar a silhueta da edificação história e manter as mesmas proporções para melhor harmonia entre elas. Os usos foram distribuídos a partir do programa de necessidade, onde foram propostas salas multiuso no anexo novo e biblioteca, sala de acervos e café na casa antiga.

**Figura 2 – Proposta de implantação para o Centro de Arte e Cultura Popular.**



Fonte: Acervo pessoal da autora (2016).

Para atender a todo o programa de necessidades de um centro de arte e cultura, foi necessário propor um anexo, uma arquitetura nova. A hierarquia de decisões para essa nova proposta foi feita de tal forma a contemplar a edificação histórica existente, voltando a nova edificação de frente para a antiga. O alinhamento da arquitetura nova com a rua foi um quesito a ser considerado, pois antigamente todas as casas seguiam esse modelo, optando assim por acatar o mesmo formato. Outro ponto importante foi a conexão do centro com o mar, então foi criada uma praça entre as duas edificações a partir de um eixo da rua até a praia, gerando perspectivas de visuais. A acessibilidade também foi uma condicionante importante, pois, ao criar um espaço de uso público, é preciso ser apropriado por todas as pessoas que passam pelo centro. A edificação nova possui elevador em seu interior, já na antiga foram feitas rampas de acesso e plataforma elevatória.



A intenção dessa proposta foi resgatar os valores culturais já existentes nesse território através do uso, seguindo as recomendações internacionais de distinguibilidade, encontradas nas cartas patrimoniais, prestando atenção no contexto e buscando harmonia.

**Figura 3 e 4** – Projeto do Centro de Arte e Cultura Popular.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2016).

A solução projetual é uma alternativa para implantação em relação ao prédio antigo, conectado com novos usos, como acessibilidade, funções novas, demandas atuais. Em relação AA escala urbana, foi utilizado como ponto de partida conectar o centro com o mar.

Por fim, foi possível montar um programa de necessidades para o centro de arte e cultura e averiguar os materiais que melhor se enquadram no projeto, além de auxiliar na concepção formal e estética do novo anexo a ser inserido de tal forma que respeite as recomendações internacionais de preservação e restauração e respeite as perspectivas dele e de seu entorno.

O propósito desse estudo foi trazer alguns pontos para mostrar que não podemos pensar em uma edificação sem pensar em seu entorno e muito menos em sua história. Uma construção pode ser muito mais do que somente paredes, pode trazer consigo memórias que insistem em estar presentes.



## Referências

- ARQUITEXTOS 013.06: A importância dos museus e centros culturais na recuperação de centros urbanos (1) | vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/881>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- BOITO, C.Kühl, B. **Os restauradores**. Tradução. 1a. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- CASTRIOTA, L. **Patrimônio cultural**. Tradução. 1a. ed. São Paulo: Annablume de São Paulo, 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v.11 n.23, Porto Alegre jan./jun., 2005.
- KUHL, Beatriz. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov.2005/ abr. 2006.
- LYNCH, K. **The image of the city**. Tradução. 1a. ed. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1960.
- MACHADO. **São José da terra firme**. Tradução. 1a. ed. São José: Floriprint, 2007.
- PESAVENTO, Sandra. História, Memória e Centralidade Urbana. Rev. Mosaico, v.1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.
- SILVA, Ana Carolina. **Centro de Arte e Cultura Popular**: Alternativa de valorização do Folclore e do Patrimônio edificado no Centro Histórico de São José/SC. Laguna: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2016.
- VIOLLET-le-Duc, E.Kuhl, B. **Restauração**. Tradução. 1a. ed. Cotia: Ateliê, 2000.

Recebido em 04/03/2020 | Aceito em 27/03/2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

**“PORQUE LÁ DO FUNDO PARECEMOS TODOS IGUAIS, NÃO É?”:  
SOCIABILIDADES E APANHA DE AMÊIJOA NA CIDADE DO BARREIRO**

---

Sara Marisa da Costa Aranha<sup>1</sup>

**Resumo:** Na Margem Sul do rio Tejo, a apanha de amêijoa-japonesa representa uma oportunidade de rendimento e uma estratégia informal de subsistência praticada por migrantes e não migrantes. Com base num estudo etnográfico desenvolvido entre 2017 e 2018 nas praias fluviais da cidade do Barreiro, este artigo aponta para uma reflexão que procura compreender o que é construído em termos de adaptações de vida e convivialidades entre apanhadores com percursos de vida distintos numa situação comum de instabilidade. Questiona-se, por isso, de que forma estes apanhadores gerem as suas vidas apesar das contingências sociais e econômicas que nos direcionam para o atual estado da economia global.

**Palavras-chave:** Barreiro. Apanha da amêijoa. Sociabilidades.

**Abstract:** In the Southern Margin of the Tejo River, bivalve harvesting represents an income opportunity and an informal subsistence strategy practiced by migrants and non-migrants. Based on an ethnographic study conducted between 2017 and 2018 along the river beaches of Barreiro city, this article points to a reflection that seeks to understand what is built in terms of life adaptations and conviviality among catchers with different life paths experiencing a common situation of instability. Therefore, we question is how these seekers manage their lives despite the social and economic contingencies that lead to the current state of global economy.

**Key-words:** Barreiro. Clam Digging. Sociabilities.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Urbanos (2019) pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal, sara.aranha@posteo.net.

### Prelúdio etnográfico

É quase uma da tarde e está um vento insuportável, mesmo agora na Primavera. Eu e M. estamos sentados na areia da praia de Alburrica<sup>2</sup>. Apesar de vazia, está repleta de pegadas, pequenos barcos, galochas de borracha, roupas estendidas a secar, sacos de plástico e bicicletas. Os sacos do lixo com as amêijoas continuam a fazer parte da paisagem das praias. Observamos a maré a vazar. Para nós, a baixa-mar não se assemelha a mais nenhuma paisagem. E quem a conhece sabe que as marés grandes são as marés boas<sup>3</sup>. Hoje é, por isso, um bom dia para se “estar na maré”. Tentamos distinguir os apanhadores ao longe pela forma como caminham e pelas cores das suas roupas: vermelhas, azuis, pretas. Os apanhadores hoje são muitos, mesmo com todo este frio. Raspam com os ancinhos<sup>4</sup> durante várias horas, e os que usam ganchorras<sup>5</sup> vestem os fatos de mergulho com as suas boias e redes: “olha o fio preso na rede”, grita uma apanhadora ao marido, este já no rio. M. já os consegue reconhecer ao longe. Estamos sentados há já algum tempo, mas sem pressa. Diz-me M: “Vou-te mostrar a casa dos pescadores, um lugar que as pessoas da nossa idade não conhecem e nem querem conhecer.” Pegamos na bicicleta e regressamos os dois até à Musa da Praia, escultura em madeira de frente para o rio e centro das atenções para quem ainda não conhece o bairro. Chegamos.

Figura 1 - A Musa da Praia de Alburrica.



Fonte: Sara Aranha, Junho de 2018.

<sup>2</sup> Praia fluvial no Barreiro

<sup>3</sup> Os apanhadores referem-se a “marés grandes” quando o nível da água desce durante um bom período de tempo. Ver informação registada pelo Instituto Hidrográfico em <https://www.hidrografico.pt>.

<sup>4</sup> Pequena ferramenta de metal muito usada pelos apanhadores para trabalhar de forma rápida e econômica.

<sup>5</sup> Ferramenta maior, com ganchos, que consegue capturar uma grande quantidade de amêijoas de uma só vez.

São cinco e meia da tarde e o sol faz-nos esquecer o frio desta zona. Procuramos abrigo numa das “varandas” das casas construídas pelos próprios apanhadores, em madeira. Casas pintadas à mão, de um azul sempre vivo apesar de existirem há mais de quarenta anos. Agora que muitos estão ainda na maré a trabalhar, o momento é calmo: descansa-se e joga-se às cartas. Eu e M. sentamo-nos uma vez mais a olhar para o rio e para os seus barcos. Apanhador e músico, M. conhece bem o dia-a-dia de quem escolheu o rio.

Sete da tarde: as mesas vão-se enchendo à medida que os apanhadores começam a chegar em grupos. Com botas até ao joelho, sacos de plástico à volta dos pés e com *collants* cortados em cima e à volta das botas para “não meter água”, muitos começam a lavar as amêijoas nos bicos de água que se encontram aqui. Apesar do bom humor, os discursos sobre os perigos no rio e o frio são uma constante, tais como: “Sabes que não podes entrar lá pelo meio por causa dos olheiros<sup>6</sup>, tens que contornar pela borda!” – diz L. a M. O comprador chega, um dos apanhadores larga as amêijoas no crivo<sup>7</sup> para separar a amêijoia grande, que vale mais, da pequena, que vale menos ou que não é vendida. Guardam as amêijoas na rede e pesam.

Tentamos adivinhar o peso de cada saco: “quem acertar oferece os cafés” – diz P., o comprador. O dinheiro é logo entregue em mão. Lavam-se novamente as amêijoas, já dentro da rede. É um momento de venda e de partilha, trocam-se relatos e cafés, e observa-se o que cada um vendeu: “Vens vender batatas? – perguntam ironicamente, referindo-se às amêijoas. M. aponta-me os pontos de encontro daquele lugar: as mesas perto da margem do rio, os bicos de água, o bar. “As pessoas juntam-se à mesa e no bar para comer, conversar, jogar cartas e beber – observa, enquanto conversamos – e juntam-se nos bicos de água para se limparem ou para lavar e vender as amêijoas”. Acaba-se a venda. Trocam-se as roupas molhadas pelas que já estavam ao sol a secar e muda-se de sapatos. Amanhã a maré começa a baixar às 9h30. “Vens também amanhã para a apanha da batata?” – perguntam-me.

Fim do prelúdio

Este é um relato baseado numa experiência pessoal durante um dia de convívio, de apanha e venda de amêijoia-japonesa. Pretende ser, por isso, um exercício visual para imaginarmos as pessoas, o tempo e o lugar onde este trabalho de campo decorreu.

---

<sup>6</sup> Zona no rio muito lamacenta, e, por isso, bastante perigosa para este trabalho.

<sup>7</sup> Pequena caixa que permite filtrar as amêijoas por tamanho.

Quem são estes apanhadores? Esta investigação é o resultado de uma relação e perceção com aqueles que têm estado lá, nas praias fluviais do Barreiro. Espera-se que a partir de algumas das descrições que compõem este artigo seja possível compreender algumas destas opções de vida.

## Introdução

Nos últimos vinte anos, a amêijoa-japonesa constitui-se como um recurso valioso para centenas de pessoas na cidade do Barreiro. Podendo atingir os 12 euros/quilo, a multiplicação da amêijoa-japonesa tem encorajado vários circuitos informais, representando uma oportunidade de rendimento de fácil acesso para muitos destes apanhadores, e única solução viável face ao desemprego e à precariedade. Entre as vendas diárias e a acumulação com outros “biscates”<sup>8</sup> esporádicos, o percurso de vida destes apanhadores<sup>9</sup> relembra-nos o carácter necessário de se criar o “próprio emprego” para subsistir. Também por isso, os recursos do rio tornam-se mercadorias valiosas num contexto de instabilidade econômica e uma oportunidade de rendimento eficaz num mundo global feito de impermanência.

Assim, este artigo propõe como contributo uma abordagem empírica para pensar de que forma a reestruturação das cidades na economia global atual afeta os cotidianos de vida de certos indivíduos e grupos, levando-os a criar – voluntária e involuntariamente – novas realidades. Procura ainda realçar o papel de certos laços humanos nas estratégias de adaptação social e econômica. Como foi possível observar, os encontros improváveis<sup>10</sup> relembram-nos o que são as possibilidades de coabitações em situações comuns de ruptura, apesar dos crescentes populismos. Aqui, recordamo-nos da intersubjetividade que é o mundo partilhado, “de viver no mundo e de atender ao mundo” e que a antropologia não esquece, (Hastrup, 2004, p. 456 *apud* Mapril e Matos Viegas, 2012, p. 517).

---

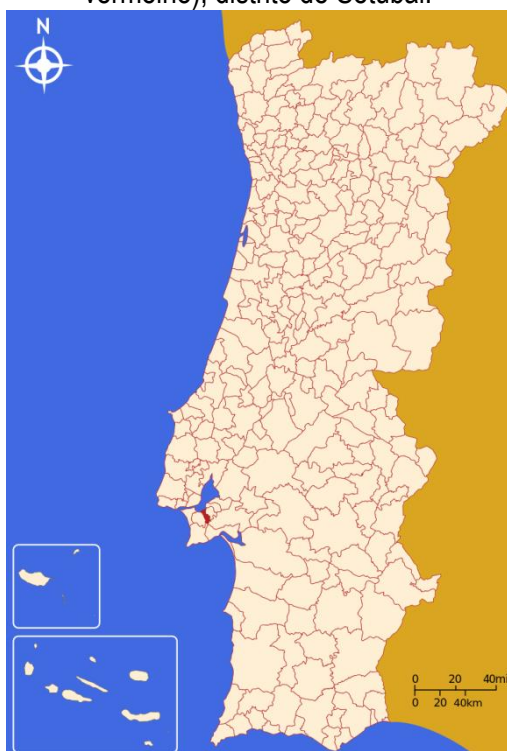
<sup>8</sup> Termo em português do Brasil para designar “Pequeno serviço remunerado que se faz para além do trabalho habitual. = BICO, BISCATO, EXTRA. in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/biscate> [consultado em 28-12-2019].

<sup>9</sup> Residentes autóctones ou vindos de múltiplas regiões de Portugal, como o Alentejo e o Algarve, migrantes do leste da Europa e ainda muitos de origem guineense.

<sup>10</sup> Sobre este tema ver Mapril e Matos Viegas, 2012.

## A cidade do Barreiro

**Figura 2 - A cidade do Barreiro (em vermelho), distrito de Setúbal.**



Fonte: Wikipédia, 2020

A cidade do Barreiro é uma antiga aldeia ribeirinha intitulada Vila, em 1521. Com atividades desde sempre ligadas à pesca, salicultura e moagem, é uma cidade que vai crescendo à beira do rio, servindo como lugar de passagem de forasteiros entre o Norte e o Sul do país. Era ainda lugar central no abastecimento para Lisboa com as suas vinhas, searas, hortas e marinhas de sal, que as águas ricas em peixe ofereciam. Até quase ao surgimento da Companhia União Fabril (CUF)<sup>11</sup>, a maior parte da população dependia da grande diversidade piscícola que o rio proporcionava, como a lambujinha, o camarão mouro, as ostras e o lingueirão. Esta população vive, por isso, sobretudo da pesca, mas também da moagem, de pequenas oficinas, estaleiros, quintas, fazendas e hortas familiares.

A instalação da indústria dos transportes em 1861 marca um momento de mudança decisivo. Em particular, influenciado pela construção do troço da linha de Caminho-de-Ferro do Sul e Sueste, que finalmente possibilitou o transporte de mercadorias entre Lisboa e o Alentejo: carvão, madeira, sal e vinho, são transportados nos vapores entre as duas margens do rio Tejo. Esta construção, juntamente

<sup>11</sup> A Companhia União Fabril (CUF) é uma empresa portuguesa do sector químico, fundada em 1865, em Lisboa.

com a respectiva estação fluvial, estimulou, assim, um crescente fluxo laboral, proveniente não só do Algarve e Alentejo, como também das Beiras. Atraídos pelas possibilidades de trabalho nas fábricas e de alternativas às más condições de vida, agricultores e trabalhadores rurais viajavam rumo ao Barreiro, “como para um novo Brasil em miniatura” (em *O eco do Barreiro*, 4 de outubro de 1930, em Carmona, 2009). Também as primeiras oficinas viraram o tecido social desta vila – anteriormente constituído por agricultores – formando uma nova comunidade de ferroviários.

A partir desta época, a Vila do Barreiro começa então a ganhar uma centralidade comercial que se continuará a desenvolver mais tarde com o crescimento da indústria corticeira<sup>12</sup>, bem como a indústria da química adubeira. Por isso, na paisagem rural que caracteriza o Barreiro até finais do século XIX, a construção de oficinas e fábricas não se impõe de forma sutil. Segundo Ana Nunes de Almeida (ano), a industrialização no Barreiro afeta mesmo todo o meio rural, e os seus modos de vida agrícola e formas de subsistência mais autônomas praticadas pelos pescadores, sobretudo com a poluição das águas do Tejo<sup>13</sup>. Paralelamente, os terrenos e as quintas, já mediados pela especulação imobiliária, destinavam-se, cada vez mais, a bairros de habitação para os trabalhadores especializados da CUF, e para a construção de fábricas (Nunes de Almeida, 1993, p. 24). Mas se na memória dos operários mais velhos surgem poucas referências aos tempos de agricultura, a vida no mar continuou a ocupar um lugar de destaque nesta paisagem e nos modos de vida de certos grupos da população local.

---

<sup>12</sup> Nas fábricas de cortiça, preparava-se sobretudo cortiça em prancha, rolhas, quadros ou bóias de salvação para exportação e também para o mercado interno.

<sup>13</sup> Os gases vindos das chaminés da CUF e o despejo de resíduos de óleo no rio Tejo são dois dos exemplos mais marcantes do impacto das indústrias no meio ambiente.



**Figura 3** - Percurso ribeirinho perto da Praia do Bico do Mexilhoeiro, Moinho de Maré, onde várias famílias continuam a viver em pequenas casas de pescadores próximas do rio.



Fonte: Sara Aranha, janeiro de 2017.

A construção dos moinhos de vento e o desenvolvimento da indústria das moagens no Barreiro, na primeira metade do século XIX, indicam-nos um momento importante no tecido social e econômico desta vila, mesmo antes da construção dos caminhos-de-ferro. Assim, os moinhos de vento surgem aos já existentes moinhos de maré, produzindo, em média, cerca de 17 toneladas diárias de farinha – fruto do crescimento demográfico e das necessidades de consumo dos moradores locais. Apesar da forte presença das atividades piscatórias, a paisagem rural da pequena e média propriedades, e as grandes quintas de veraneio com vinhas, pomares e searas, são elementos representativos até finais de oitocentos. Exemplo disso são a Quinta Braamcamp, que semeava vastas terras de trigo até se tornar numa importante unidade de fabrico de cortiça. Em 1907, com a instalação da CUF, as novas dinâmicas econômicas do Barreiro vão transformando a paisagem e o tecido da cidade. Armando da Silva Pais escrevia que “já em 1861 que começa a definhar a classe piscatória local com o desenvolvimento da indústria dos transportes” (Silva Pais, 1971, p. 13). Ao longo das décadas de ocupação, a CUF tornou-se até, de fato, numa unidade industrial independente, desenvolvendo, paralelamente, uma política de fixação dos operários à fábrica, já antes própria nas fábricas inglesas ao

longo do desenvolvimento industrial - com a construção de padarias, balneários, refeitórios e bairros operários. Com isto, a Vila do Barreiro é marcada por uma atividade industrial em crescimento e por um intenso recrutamento de trabalhadores, muitos deles rurais. Mesmo assim, a vila continua, em parte, a conjugar um quadro econômico interessante, que se caracteriza pelas possibilidades de emprego – quer nas fábricas, dirigidas pela CUF – quer pelas possibilidades de rendimento, dada a sua localização fluvial, constituindo-se como importante fonte de recursos para as comunidades piscatória e agrícola<sup>14</sup>. Todavia, apesar de se observar uma evidente expansão econômica, a falta de matérias-primas, tais como o ferro e o carvão, a baixa instrução da população, a dimensão pequena do mercado interno e o atraso no setor agrícola, terão influenciado o processo desindustrialização no país e, conseqüentemente, na vila. Face a um desaceleramento do desenvolvimento industrial entre 1950 e 1981, o setor terciário ganha, paralelamente, maior destaque, com os serviços cada vez mais evidentes nesta região periférica (apesar das indústrias ainda existentes de refinação de óleos e indústrias químicas, de reparação e construção naval, e de processamento de alimentos importados).

Até a década de 1960, o Barreiro conquistou uma centralidade econômica que foi perdendo lugar ao longo da década de 1970, testemunhando várias conturbações, a começar pela crise petrolífera de 1973 e pela recessão econômica europeia, afetando a estabilidade da economia nacional e o papel do distrito de Setúbal no desenvolvimento do país. Em segundo lugar, a viragem política de 1974 e a nacionalização das indústrias fragilizam, de igual modo, a situação da Margem Sul. A par com este momento, o processo de descolonização acaba por condicionar fortemente o acesso às matérias-primas e aos mercados até então das ex-colônias; a negociação da entrada de Portugal à CEE e a conquista de poder do Partido Comunista trazem consigo períodos que vão alterar a organização do espaço econômico desta região e do país.

Como é possível observar, ao longo dos últimos 125 anos a história do Barreiro é fortemente marcada pela sua dinâmica industrial. As profundas transformações políticas que ocorreram em Portugal na década de 1970, ligadas ao processo de independência das colônias africanas, resultaram num acolhimento de aproximadamente meio milhão de pessoas (Pires et al., 2010 em Malheiros, 2013, p. 30). Só entre 1975 e 1979, o número de residentes oriundos das ex-colônias da África passou de meio milhar para cerca de 20 mil pessoas. A partir de 1980, regista-se ainda um crescimento de 60 mil, no início da década, para cerca de 80 mil, em 1985, “com uma preponderância dos africanos, nomeadamente dos cabo-verdianos que representavam nestes anos mais de 40% do total de estrangeiros em situação regular no país (Malheiros, 2013, p. 31). A adesão de Portugal à CEE, em

---

<sup>14</sup> De fato, o trabalho na fábrica não excluía as situações de pluriatividade e acumulação de rendimentos, com atividades agrícolas familiares ou à pesca artesanal, refletindo uma cumplicidade natural entre estes dois setores.

1986, veio ainda estimular este crescimento. Em relação aos que chegaram à Margem Sul, Jorge Malheiros acrescenta, no seu livro:

“Nota-se uma muito reduzida mobilidade entre os que escolheram as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, e a margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa como primeiro local de residência após a chegada ao país, pois mais de 96% dos entrevistados residiam nestas regiões no momento de aplicação do inquérito” (Malheiros 2013, p. 73).

Segundo fonte de dados disponibilizados pelo PORDATA (INE, 2011), e comparando com outras cidades vizinhas da Margem Sul com um percurso econômico e social semelhante, a população inativa no Barreiro por 100 ativos (total e por sexo) chegou aos 74,1% (homens) e 95,9% (mulheres), e os desempregados no Barreiro por 100 ativos (total e por sexo) rondou os 18,4% (homens) e 17,9% (mulheres). Neste enquadramento, coloca-se a questão de Keith Hart: quantos residentes é que estarão realmente inativos e desempregados? (Hart, 1973, p. 62). Perante a limitação dos dados estatísticos para compreendermos certos fenômenos da realidade social, esta investigação procurou, pois, documentar aquilo que caracteriza certos percursos de vida e práticas de subsistência entre a formalidade e a informalidade, do trabalho assalariado (*formal/wage earning*) ao trabalho por conta própria (*informal/self-employment*) (Hart, 1973, p. 10).

Observando as dinâmicas de acumulação de trabalhos no contexto do negócio da apanha da amêijoia, entende-se, por isso, que as oportunidades de rendimento informais não são marginais às instituições econômicas e ao Estado, mas sim interligadas com ambos (Narotzky et al., 2006). Não podemos deixar de ter em conta a forma como os sistemas econômicos afetam os termos em que os indivíduos se relacionam uns com os outros. Os percursos de vida aqui observados, argumentamos, mostram-nos formas de sobrevivência coletiva, como diria Anna Tsing (Tsing 2015, p. 25) entre pessoas de etnicidades, culturas e religiões diferentes, mesmo com precariedade.

### **“Colegas sem patrão”: Convivialidades e diversidade**

Judith Butler descreve a precariedade como “the politically induced condition in which certain populations suffer from failing social and economic networks... becoming differentially exposed to injury, violence, and death” (Butler 2009, p. 25 em Shaw e Byler). Mas a precariedade é mais do que a condição dos nossos tempos (Tsing 2015, p. 26). É também reconhecermos a nossa vulnerabilidade perante o mundo e sabermos que dependemos dos outros para sobreviver (Tsing 2015). Compreender a precariedade da vida é, assim, compreender a necessidade de coabitações e de “sociabilities of emplacement”, para usar a expressão de Ayse Çaglar e Nina Glick Schiller (2016, p. 11). Qual, então, a

importância de pensarmos as convivialidades como unidade de análise? Na precariedade do mundo, a entreatajuda e os momentos de encontro ganham um lugar central nas estratégias de vida para lidar com certos constrangimentos. Se, por um lado, a noção de precariedade tem sido pensada como uma consequência das transformações econômicas globais, bem como uma condição social e econômica involuntária, por outro, também podemos olhar para as experiências de precariedade como espaços abertos de encontros improváveis<sup>15</sup>. Neste sentido, julgo que também a apanha da amêijoas no Barreiro nos pode mostrar esta condição de vida “sem emprego”. Mais, mostra-nos que a nossa capacidade para partilhar experiências e colaborações em contextos de incertezas torna-se essencial.

Ninguém teria resumido de forma tão rápida uma opinião pessoal sobre certas experiências de diversidade. Para S., um dos apanhadores, a diversidade é o momento da apanha. Como o próprio refere:

“Se estivermos todos lá ao fundo, é impossível perceberes se aquele é branco ou se o outro é preto... lá do fundo parecemos todos iguais, não é?” [entrevista ao diário de campo, 25 de julho de 2018].

Nota-se, assim, que o fortalecimento dos laços sociais “from commodities to gifts” referidos por Pnina Werbner para descrever a partilha dos recursos e de rendimentos em forma de comida, bebidas e alojamento (Werbner em Rogers, 1995, p. 213), são também perceptíveis entre os apanhadores nas boleias e transporte das amêijoas, na partilha de informação sobre as técnicas e os percursos do negócio ou na solidariedade face à precariedade, ao medo e a situações de pobreza e prisão. Mas, se os laços sociais construídos por trabalhadores migrantes, descritos por Werbner, afirmam uma expansão de redes de amizade e entreatajuda inicialmente construídas em contextos de trocas comerciais que se vão desenvolvendo posteriormente à luz de uma economia de oferta, o que podemos observar a partir das convivialidades emergentes em torno deste negócio é o caráter mais espontâneo destas relações, que servem para manter e estabelecer um estilo de vida dentro de hábitos de consumo, mas também de subsistência. Apesar desta incorporação a um sistema que ao mesmo tempo os empurra para situações de marginalidade estrutural, o que estas sociabilidades revelam é que, apesar do cariz utilitário das dinâmicas comerciais descritas, as trocas não comerciais aqui observadas também se revelam um elemento agregador de interesses comuns e de experiências partilhadas, num contexto de interdependência econômica/comercial. Como poderemos ver, os encontros observados mostram-nos de que forma estas interações podem caracterizar um sistema de troca mais complexo – onde as expectativas sociais são negociadas – e não são apenas trocas

---

<sup>15</sup> Ver os trabalhos de Baumann, Gerd, 1996; Gilroy, Paul, 2004; Lamphere, 1992; Schiller, Nina Glick, 2016; Tsing, 2015; Wessendorf, 2014.

isoladas entre indivíduos. Neste sentido, argumento que as convivialidades observadas não são limitativas às interações utilitárias. No contexto aqui analisado, a capacidade de pessoas diferentes viverem juntas – ideia partilhada por Richard Sennett a partir da sua noção de “civility” (Sennett, 2005, p. 1 em Wessendorf, 2014, p. 64) – torna-se também, por isso, importante num contexto onde as boas relações sociais são desejadas.

A respeito da importância do estudo das convivialidades, ou, nas palavras de Paul Gilroy, sobre a multiculturalidade (2004), vários autores têm questionado as limitações de uma observação direcionada para o estudo a partir das diferenças entre comunidades étnicas<sup>16</sup>. Como tivemos a oportunidade de desenvolver, estudos como o de Nina Glick Schiller e Aysa Çaglar (2009, 2015) têm contribuído para um debate que põe em evidência como a antropologia pode contestar ideias essencialistas como raça, etnicidade e cultura. Como vimos, as práticas utilizadas por estes apanhadores mostram a multiplicidade de maneiras possíveis de partilhar um cotidiano de trabalho marcado pela instabilidade e dependência de certas redes sociais. O estudo das convivialidades evoca também, por isso, a importância destes encontros que não se limitam a nacionalidades, educação, gênero ou idade. Aqui, todos são apanhadores. E todos relatam alguma história de colaboração – e de que forma esta influencia os seus projetos de vida e lhes aponta novas direções. Consideramos que este viver com os outros numa arena comum marcada pela precariedade relembra-nos a sua capacidade de mudança perante novas situações e de encontrar pontos de contato que lhes permite sobreviver, mesmo com medo.

Neste sentido, observamos que as promessas não resolvidas de desenvolvimento e progresso levam-nos à seguinte questão: quais são as possibilidades e os limites das nossas ações em contextos de ruptura, num mundo regulado pelo capitalismo e assumido por uma economia política global com tantas incertezas? Sherry Ortner mostra-nos que os espaços de autonomia são permanentemente negociados, e que mesmo o poder tem limites. Esta ideia dentro e fora de uma vida social presente e permanentemente recriada (Ortner, 1984 *apud* Pina-Cabral, 2000, p. 872) obriga-nos a trazer estas margens de vida para o centro desta investigação em curso.

### **Considerações finais**

Num contexto económico e social em que a especialização técnica e a escolaridade são muitas vezes de difícil acesso, a inserção no mercado de trabalho global em Portugal representa para muitos uma grande dificuldade. Esta limitação, aliada a uma vontade de alcançar ou manter um determinado

---

<sup>16</sup> Sobre este tema, ver por exemplo Baumann, 1996, Vertovec, 1996, Brettell, 2003, Glick Schiller et al., 2006.

estilo de vida, faz com que estes apanhadores encontrem oportunidades de rendimento que lhes possibilitem encontrar a diversidade de trabalhos necessários para responder às suas necessidades. Mais ainda, num cotidiano marcado pela instabilidade das marés, das condições meteorológicas ou da inconstância das vendas, as relações sociais acabam por fortalecer uma vida mais estável. Assim, procurou-se debater o tema em torno da importância das sociabilidades como unidade de análise onde o recurso à informalidade e à entreatajuda ganham importância central nas estratégias de incorporação social e econômica ou ainda na decisão voluntária de certos modos de vida. Quanto às possibilidades etnográficas dos estudos sobre sociabilidades, Abrahams afirma:

“Enfatizar as características comuns da experiência requer uma redefinição da própria cultura, afastando-se das práticas celebradas, dos comportamentos regulados e obrigatórios das nossas vidas partilhadas, e enfatizando mais a relativa tipicidade do que acontece recorrentemente a indivíduos que se encontram em situações semelhantes.” (1986, p. 60 em Pina-Cabral, 2000, p. 872).

Neste sentido, somos levados a pensar que, se a vida social está constantemente a ser recriada, por que não procurar dar ênfase ao que se constrói de comum quando certos percursos de vida diferentes acabam por se encontrar em vários momentos de precariedade semelhantes? Por isso, o presente artigo procurou ainda repensar a marginalidade e a informalidade não como condições sociais estanques, mas como processos<sup>17</sup>: a marginalidade torna-se aqui, assim, também o centro (Pina-Cabral, 2000).

---

<sup>17</sup> É importante lembrar que se, por um lado, pensar em informalidade pode caracterizar algum tipo de limitação analítica, por outro, pode ser uma ferramenta útil para estudarmos processos de marginalização (Mapril, 2010).



## Referências

- Ancinhos - Instrumento agrícola em forma de pente, usado para limpar ou aplanar terras agrícolas ou ajardinadas. "**ancinho**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.
- Crivo – Espécie de peneira de fio metálico; Gênero de coador. "**crivo**", em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.
- Ganchorra – Saco de rede cuja abertura está ligada a uma estrutura rígida, de forma e dimensões variáveis dotada, na parte inferior, de um painel com ou sem dentes que revolve o fundo. Os bivalves ficam retidos numa espécie de saco ou crivo que permite a saída da água, areia e lodo. "**ganchorra**", em Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimo, Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/ganchorra>
- Olheiros – Ponto de onde rebenta a água do solo; olho-d'água "**olheiros**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.
- BAUMANN, Gerd. **Contesting Culture: Discourses of Identity in Multi-ethnic London**. The Press Syndicate of the University of Cambridge, University of Amsterdam, 1996.
- BUTLER, J. Performativity, **Precarity and Sexual Politics**. AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana 4, i–xiii, 1996.
- CABRAL, João de Pina. **Os contextos da Antropologia**. DIFEL, 1991.
- CABRAL, João de Pina. **A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições**. *Análise Social* 153, 865–892, 2000.
- CARMONA, R. Barreiro: **O Lugar e a História séculos XIV a XVIII**. Junta de Freguesia do Barreiro, 2009.
- GILROY, Paul. **After Empire: Melancholia or Convivial Culture?** Routledg, 2004.
- HART, K. **Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana**. *The Journal of Modern African Studies* 11, 61-89, 1973.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta; ESTEVES, Alina (coords.) . **Diagnóstico da população imigrante em Portugal**. Desafios e potencialidades. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 324 pp, 2013.
- MAPRIL, José. **Banglapara: imigração, negócios e (in)formalidades em Lisboa**. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* 14, 243–26, 2010.
- MAPRIL, José; VIEGAS, Susana de Matos. **Mutualidade e conhecimento etnográfico**. *Etnográfica, Imprevistos e mutualidade: a produção do conhecimento etnográfico em antropologia* 16, 513–524, 2012.
- NAROTZKY, Susana; SMITH, Gavin. **Immediate Struggles : People, Power and Place in Northern Spain**. University of California Press, 2006.
- NUNES DE ALMEIDA, A. **A Fábrica e a Família: Famílias operárias no Barreiro**. Barreiro: Câmara Municipal, 1993.
- PAIS, Armando da Silva. **III O Barreiro Contemporâneo : A Grande e Progressiva Vila Industrial**. Câmara Municipal, 1971.
- ROGERS, A. **The Urban Context: Ethnicity, Social Networks and Situational Analysis**. Berg, 1995.



- SCHILLER, Nina Glick; CAGLAR, Ayşe. . **Beyond the ethnic lens:** Locality, globality, and born-again incorporation. *American Ethnologist* 33, 612–633, 2006.
- SCHILLER, Nina Glick; CAGLAR, Ayşe. **Towards a Comparative Theory of Locality in Migration Studies:** Migrant Incorporation and City Scale. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 35, 177–202, 2009.
- TSING, A. **The Mushroom at the End of the World:** On the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Princeton University Press, 2015.
- WESSENDORF, S. **Commonplace Diversity:** Social Relations in a Super-Diverse Context, 1st ed, *Global Diversities*. Palgrave Macmillan UK, 2014.

Recebido em 20/05/2019 | Aceito em 03/07/2019.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)